



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

E MELLO DOS SANTOS

GÊNERO, REPRESENTAÇÃO E INSTITUIÇÕES

Brasília, 2007

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

GÊNERO, REPRESENTAÇÃO E INSTITUIÇÕES

Autora: Janine Mello dos Santos

Brasília, 2007
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

GÊNERO, REPRESENTAÇÃO E INSTITUIÇÕES

Autora: Janine Mello dos Santos

Dissertação apresentada ao Instituto de Ciência
Política da Universidade de Brasília ó UnB
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre.

Brasília, dezembro de 2007
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

GÊNERO, REPRESENTAÇÃO E INSTITUIÇÕES

Autora: Janine Mello dos Santos

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Flávia Millena Biroli Tokarski

Banca: Prof^ª. Dr^ª. Clara Araújo.....UERJ
Prof^º. Dr. Luis Felipe Miguel.....UnB



PDF
Complete

Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Às mulheres de minha família, exemplos
inspiradores das fortalezas construídas nas lutas
cotidianas contra a opressão de gênero.

É, sem dúvida, no encontro com as expectativas objetivas que estão inscritas, sobretudo, implicitamente, nas posições oferecidas às mulheres pela estrutura ainda fortemente sexuada, da divisão de trabalho, que as *disposições ditas femininas, inculcadas pela família e por toda ordem social*, podem se realizar, ou mesmo se expandir, e se ver, no mesmo ato, recompensadas, contribuindo assim para reforçar a dicotomia sexual fundamental, tanto nos cargos, que parecem exigir a submissão e a necessidade de segurança, quanto em seus ocupantes, identificados com posições nas quais, encantados ou alienados, eles simultaneamente se encontram e se perdem

(Pierre Bourdieu)

GRADECIMENTOS

Os primeiros e constantes agradecimentos de todas as etapas de minha vida pertencem a minha mãe e a meu pai que, a despeito de todas as suas dificuldades, fossem materiais, fossem pessoais, permitiram e possibilitaram que eu me constituísse enquanto sujeito naquilo que eu desejei ser. Não fossem todas as nossas dificuldades e diferenças não daria eu o sentido que dou ao mundo social que me cerca. Minha mãe e meu pai, nas nuances de suas subjetividades, ainda constituem e influenciam, permanentemente, minha trajetória.

Agradeço, em especial, à minha mãe, começo e fim das minhas forças, único reduto permitido para minhas fraquezas, que fez e faz por mim o que eu nunca poderei suficientemente agradecer. À minha mãe, todo meu reconhecimento, por suas lutas pessoais, suas batalhas vencidas e perdidas, suas resistências cotidianas e suas sujeições ao ideal construído para as mães, esposas e mulheres e por todo incondicional desprendimento dedicado a mim e meu irmão ao longo desses anos.

Ao meu pai, elemento fundante de minha personalidade, agradeço por todos os enfrentamentos, inclusive os maiores, e por todos os compartilhamentos, inclusive os menores. Devo, e deverei sempre, aos trinta anos de sua competência, seriedade e dedicação ao trabalho, minha profissão e minha independência.

Ao meu irmão, dez anos mais novo que eu, agradeço pela relação de amor descomedida construída entre nós, aos seus rompantes de afeto e de esquecimento de brigas, à sua capacidade de chorar a dor alheia como se fosse sua e ao exemplo de tolerância que me ensina, constantemente, na superação de todo e qualquer atrito, sem mágoas ou rancores. Agradeço à minha pequena grande família, à minha avó, Josélia, que me ensinou a ter firmeza de opinião; ao meu avô, Severino, por seu senso de justiça e humildade em relação aos outros; minha tia, Dadá, pelo exemplo das batalhas que ela escolheu para si, e minhas primas,



PDF Complete
*Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

alegria, descontração e aprendizado proporcionadas por

Ao Caio, agradeço pelo apoio, paciência e parceria constantes em todos os meus projetos de vida: pessoais, profissionais, acadêmicos e políticos. Agradeço também pela oportunidade diária de conviver com a especificidade de sua compreensão do mundo. Agradeço, em especial, pelo feliz encontro de nossas percepções acerca da real possibilidade de criar novas instituições para a convivência entre as pessoas baseadas em relações afetivas emancipadoras e, essencialmente, igualitárias.

Agradeço, aos amigos que me foram dados pela Ciência Política, Gabriela Andrade, Caroline Soares, Paulo Victor Resende e Márcio Fernandes, que se tornaram meus irmãos e que compartilharam, em sua totalidade, as dificuldades e problemas enfrentados, não só na elaboração desta dissertação, mas durante toda trajetória do curso de graduação e de mestrado da qual eles participaram e sempre estiveram prontos a me ajudar, em qualquer situação.

Finalmente, meus agradecimentos àquelas e àqueles que tornaram possível a elaboração e conclusão deste trabalho. Agradeço à ex-deputada federal Maria Laura que, prontamente, nos recebeu para ajudar na finalização dos questionários das entrevistas que seriam feitas com as parlamentares, participando de nossa entrevista-piloto e sugerindo melhorias que nos foram de grande valia e importância.

À deputada Maria do Rosário e seu assessor de imprensa Bruno Monteiro pelo tratamento diferenciado dispensado ao nosso pleito de entrevista. O conjunto das entrevistas, infelizmente, não entrou em nossa análise devido à dificuldade de contatar e entrevistar as demais deputadas selecionadas no âmbito da pesquisa.

Agradeço mais uma vez, à Gabriela Andrade que, fazendo parte do mesmo projeto de pesquisa, esteve comigo em todas as dúvidas, discussões, decisões, no cansaço da coleta dos



PDF Complete
Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

sões, nas entrevistas e nos demais momentos relevantes

Meus agradecimentos especiais aos amigos Carlos Machado e Danusa Marques que se dispuseram a me ensinar os procedimentos de coleta e tratamento de dados no software *Sphinx*, sem os quais a tarefa de análise dos dados teria sido muito mais árdua.

Minha gratidão à disponibilidade, apoio e às importantes observações e críticas dispensadas pelo prof. Luis Felipe Miguel durante toda a pesquisa e no momento da defesa do projeto da dissertação, assim como ao aprendizado que tive oportunidade de ter em suas aulas no mestrado. Agradecimentos sinceros também à prof^a. Clara Araújo, por sua acessibilidade e disponibilidade para participar das bancas de defesa de projeto e do texto final da dissertação e por suas valiosas contribuições para a melhoria desta dissertação.

Agradeço, de forma especial, à minha orientadora prof^a. Flávia Biroli, que tem me acompanhado desde as pesquisas de graduação e que exerceu grande influência em minha formação acadêmica e em minha compreensão dos sentidos possíveis das práticas de ensino e pesquisa. A ela meus agradecimentos pela seriedade e dedicação dispensadas em suas orientações que me proporcionaram experiências cotidianas e de pesquisa baseadas não apenas em seu profissionalismo, mas em laços sinceros de solidariedade.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a ação parlamentar das deputadas no Congresso Nacional, relacionando sexo, temáticas de atuação (através de dados sobre sua presença em comissões e proposições legislativas apresentadas) e instrumentos de atuação das mulheres nas diferentes instâncias da esfera decisória entendidos como meios de acumulação de capital simbólico. Trabalha, mais especificamente, com dados referentes à presença das parlamentares na Câmara dos Deputados na 52ª Legislatura (2003-2006) e propõe que as formas assumidas pelas relações de gênero influenciam, através de limitações e/ou ampliações das possibilidades, a entrada e trânsito de mulheres nas esferas legislativas.

Palavras-chave: representação política, gênero, Câmara dos Deputados, partidos políticos.



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ABSTRACT

The following research focuses on the analysis of questions related to gender and the parliamentary action of women in the Chamber of Representatives in Brazil, relating sex, thematic areas of their work (through information about their presence at legislative commissions and propositions presented) and instruments for their action in different instances of the decision-making sphere, understood as ways of accumulating symbolic capital. It works, more specifically, on data about the presence of parliamentary women in the Chamber of Representatives on the 52nd Legislature (2003-2006) and proposes that the forms assumed by gender relations influence, through limitations and/or increase of possibilities, the entrance and transit of women at the legislative spheres.

Key-words: political representation, gender, Chamber of Representatives, political parties.

Lista de Tabelas

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 01 ó Eleições de 2006 ó Cargos por número de eleitas e candidatas do sexo feminino..... | 56 |
| Tabela 02. Número de eleitas/os por partido político nas eleições de 2006 - Câmara dos Deputados.. | 57 |
| Tabela 03 ó Número de eleitas/os e candidatas/os nas eleições 1994, 1998, 2002 e 2006 ó Câmara dos Deputados..... | 58 |
| Tabela 04. Eleições de 2006 ó candidatas/os e eleitas/os em 1º e 2º turno..... | 59 |
| Tabela 05 ó Lista das ocupações e profissões dos parlamentares da 51º Legislatura (1999-2002) na Câmara dos Deputados. | 93 |
| Tabela 06. Ocupações/profissões dos parlamentares por partido (51º Legislatura 1999-2002)..... | 94 |
| Tabela 07. Parlamentares do sexo feminino eleitas em relação ao total de eleitos por partido político nas eleições de 2002..... | 147 |
| Tabela 08. Nível educacional das deputadas por partidos políticos..... | 149 |
| Tabela 09. Grau de instrução dos eleitos de ambos os sexos em 2002..... | 149 |
| Tabela 10. Distribuição por formação acadêmica | 151 |
| Tabela 11. Distribuição por ocupação profissional | 151 |
| Tabela 12. Distribuição das profissões ocupadas por parlamentares na 51ª e 52ª legislatura..... | 153 |
| Tabela 13. Deputadas eleitas apenas para a Câmara dos deputados por partido político..... | 156 |
| Tabela 14. Filiações partidárias das deputadas federais..... | 159 |
| Tabela 15. Quantidade total de filiações e deputadas com filiação única..... | 161 |
| Tabela 16. Posições partidárias das deputadas..... | 164 |
| Tabela 17. Distribuição de deputadas por quantidade de legislaturas..... | 168 |
| Tabela 18. Distribuição das comissões legislativas por temas..... | 172 |
| Tabela 19. Divisão dos temas por eixo temático..... | 173 |
| Tabela 20. Distribuição das comissões por eixo temático..... | 174 |
| Tabela 21. Distribuição das deputadas por eixo temático..... | 178 |
| Tabela 22. Distribuição das condições das deputadas por tema..... | 179 |
| Tabela 23. Distribuição partidária das comissões por eixo temático..... | 182 |
| Tabela 24. Distribuição dos temas das comissões legislativas por partidos..... | 182 |
| Tabela 25. Distribuição partidária das posições das deputadas em comissões legislativas..... | 184 |
| Tabela 26. Distribuição das posições das deputadas em comissões legislativas pelas cinco maiores bancadas femininas..... | 186 |
| Tabela 27. Distribuição das proposições legislativas por eixo temático..... | 192 |
| Tabela 28. Distribuição das proposições legislativas por tema..... | 193 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Proposições apresentadas por eixo temático..... | 196 |
| Proposições apresentadas por tema..... | 197 |
| Tabela 31. Distribuição por eixo temático dos tipos de proposições apresentadas..... | 199 |
| Tabela 32. Distribuição por tema dos tipos de proposições apresentadas..... | 200 |
| Tabela 33. Distribuição das situações das proposições por tema..... | 201 |
| Tabela 34. Distribuição das situações das proposições por eixo temático..... | 203 |

Lista de gráficos

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 01. Distribuição das deputadas por região geográfica..... | 143 |
| Gráfico 02. Distribuição das deputadas por partido político..... | 145 |
| Gráfico 03. Cargos ocupados no Executivo..... | 157 |
| Gráfico 04. Cargos ocupados no Legislativo..... | 157 |
| Gráfico 05. Outros cargos ocupados..... | 157 |
| Gráfico 06. Distribuição de outros cargos ocupados pelas deputadas por divisão ideológica..... | 158 |
| Gráfico 07. Distribuição das posições partidárias por eixo ideológico..... | 165 |
| Gráfico 08. Deputadas reeleitas (%)..... | 166 |
| Gráfico 09. Reeleições por cargo eletivo (N.A.)..... | 166 |
| Gráfico 10. Distribuição das deputadas reeleitas e não reeleitas por eixo ideológico..... | 168 |
| Gráfico 11. Distribuição das deputadas nas condições de suplentes e titulares..... | 176 |
| Gráfico 12. Distribuição das deputadas pelas posições ocupadas nas comissões..... | 178 |
| Gráfico 13. Distribuição das proposições apresentadas por partido político..... | 187 |
| Gráfico 14. Distribuição das proposições apresentadas por tipo..... | 189 |
| Gráfico 15. Distribuição das proposições apresentadas por situação legislativa..... | 192 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 24 |
| CAPÍTULO I - INSTITUIÇÕES E PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO E HISTORICIZAÇÃO..... | 35 |
| 1.1. A condição feminina como instituição..... | 35 |
| 1.2. Dominação e relações de poder | 49 |
| 1.3. Heterotopias e resistências: a criação de alternativas..... | 60 |
| CAPÍTULO II O SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA E IDENTIDADE | 68 |
| 2.1. Sub-representação política: hierarquização de gênero e capital simbólico | 68 |
| 2.2. Inclusão e presença feminina: principais argumentos e justificativas..... | 79 |
| 2.2.1. <i>A especificidade feminina ou o que as mulheres trazem para a política?</i> | 80 |
| 2.2.2. <i>Mulheres enquanto representantes dos interesses das mulheres</i> | 83 |
| 2.2.3. <i>Mulheres como portadoras de perspectivas sociais específicas</i> | 84 |
| 2.2.4. <i>A sub-representação feminina como injustiça ligada a gênero</i> | 87 |
| 2.3. Identidade e sujeito do feminismo: problemas de representação..... | 95 |
| CAPÍTULO III. PARTIDOS POLÍTICOS E LIMITES INSTITUCIONAIS À INCLUSÃO..... | 100 |
| 3.1. Os partidos políticos como elementos do círculo de contenções | 100 |
| 3.1.1. <i>Democracia e representação: por que os partidos importam?</i> | 103 |
| 3.1.2. <i>Campo político e partidos como instituições seletivas</i> | 113 |
| 3.2. Estado e sistema partidário: os limites institucionais à inclusão | 120 |
| CAPÍTULO IV. DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS: DINÂMICA CONGRESSUAL, RECORTE PARTIDÁRIO E CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA. | 130 |
| 4.1. Dinâmica congressual e funcionamento do legislativo brasileiro..... | 130 |
| 4.1.1. <i>Proposições legislativas</i> | 130 |
| 4.1.2. <i>Tramitação de matérias</i> | 133 |
| 4.1.3. <i>Comissões legislativas</i> | 135 |
| 4.2. Aspectos metodológicos da análise dos dados | 138 |
| 4.2.1. <i>Partidos políticos: apontamentos sobre trajetórias políticas e perfis ideológicos</i> | 138 |
| 4.2.2. <i>Distribuição e critérios de classificação temática</i> | 148 |
| 4.2.3. <i>Tratamento dos dados</i> | 151 |
| CAPÍTULO V. A ATUAÇÃO LEGISLATIVA FEMININA: INCLUSÃO ORIENTADA E ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO | 154 |
| 5.1. Análise dos dados e discussão dos resultados | 154 |
| 5.1.1. <i>Trajetórias biográficas e políticas: quem são nossas representantes?</i> | 154 |
| 5.1.2. <i>Comissões legislativas ónde e como atuam nossas representantes?</i> | 182 |
| 5.1.3. <i>Proposições legislativas: como e sobre o que legislam nossas representantes?</i> | 198 |
| 5.2. Temas, partidos políticos e acumulação de capital político: apontamentos conclusivos. | 215 |
| 5.2.1. <i>Círculo de contenções</i> | 216 |
| 5.2.2. <i>Inclusão orientada</i> | 219 |
| 5.2.3. <i>Relações entre o círculo de contenções e inclusão orientada</i> | 222 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 225 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 230 |
| ANEXOS | 235 |

Esta dissertação está inserida no projeto de pesquisa *Determinantes de gênero, visibilidade midiática e carreira política no Brasil*¹, que busca analisar aspectos da intersecção entre três temas que, apesar de consolidados nas ciências sociais, normalmente não são estudados em conjunto: gênero, política e mídia. O projeto busca entender a relação entre estereótipos que são socialmente construídos e reforçados pelos meios midiáticos e entre as formas de atuação política das mulheres nas esferas decisórias.

O objetivo maior do projeto *Determinantes de gênero, visibilidade midiática e carreira política no Brasil* é, a partir de dados obtidos, relacionar os quatro elementos que o orientam: sexo, temáticas de atuação política (questões consideradas como prioridade na atuação política das parlamentares), acumulação de capital político (recursos para progredir na carreira política) e visibilidade na mídia.

O trabalho que será aqui apresentado tem alcance mais restrito, vinculando-se a um dos eixos da pesquisa já mencionada. Especificamente, dedica-se a analisar questões ligadas a gênero e a ação parlamentar de mulheres na Câmara dos Deputados, relacionando sexo, temáticas de atuação (por meio de presença em comissões e proposições legislativas apresentadas) e instrumentos de acesso das mulheres nas diferentes instâncias da esfera decisória entendidos como meios de acumulação de capital simbólico. Trabalha, mais especificamente, com dados referentes à presença das parlamentares na Câmara dos Deputados, na 52^a Legislatura (2003-2006).

A premissa adotada para esta pesquisa compreende as relações de gênero como construções sociais localizadas historicamente e estabelecidas de forma arbitrária através de

¹ Financiado pelo CNPq, edital 045/2005 ó Relações de gênero, mulheres e feminismo, sob coordenação do Prof. Luis Felipe Miguel.



PDF Complete
Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

correlações de poder distribuídas de formas específicas sociais. A arbitrariedade que constitui a construção de referenciais históricos e sociais é resultado de relações de poder que surgem como hegemônicas e legítimas para significar e atribuir sentido a outras relações que compõem a interação entre os sujeitos. Dessa forma, processos de significação são arbitrários na medida em que são conformados por uma rede de poder que limita e configura um conjunto de possibilidades para as relações sociais. A dicotomização das características segundo referenciais masculinos e femininos é, nesse sentido, resultado de processos históricos arbitrários de naturalização, diferenciação e hierarquização de elementos considerados inatos. As instituições que dão significado às relações sociais são criações históricas, portanto passíveis de modificação; nelas, estruturas específicas são estabelecidas, resultando na exclusão de certos grupos, demandas e valores;

Partindo disso, são estabelecidas duas hipóteses. Na primeira, pressupomos que existe um *círculo de contenções* que limita e orienta a entrada e a atuação das parlamentares nas instâncias representativas através de padrões androcêntricos de distribuição e localização das posições, temas e poder político, reforçando estereótipos de gênero e relegando às representantes do sexo feminino as margens das instituições políticas como o legislativo e os partidos políticos.

É possível entender o *círculo de contenções* através da idéia de que ele é composto por duas dimensões de análise: uma dimensão ligada a limitações formais, no sentido de que existem determinadas estruturas que constituem as instituições e configuram as possibilidades de ação dos sujeitos em seu interior; e uma outra dimensão ligada a limitações simbólicas descritas como os padrões de socialização e reprodução de regras e valores que conferem diferentes significados aos grupos sociais. Dizer que existem duas dimensões de análise, não

ação entre estruturas formais e simbólicas no interior das relações sociais podem ser apreendidas através de duas perspectivas que mantêm entre si relações de complementaridade e distanciamento num processo não linear de causalidade.

A segunda hipótese que norteia o trabalho é a de que as formas de atuação das parlamentares nas organizações partidárias e nas esferas legislativas, diferentemente da atuação masculina, são pautadas por processos de inclusão orientada em que certos lugares e certas posições são apresentados e entendidos como mais "adequados" e mais "abertos" à participação feminina. Os partidos políticos funcionariam assim como instituições que compõe o *círculo de contenções* e em função de suas estruturas configuram as possibilidades orientadas de inclusão de grupos e setores marginalizados.

Os estudos recentes sobre gênero² abordam, após as tentativas de explicarem os motivos da exclusão política feminina, questões ligadas a *por quê* defender sua presença na esfera pública. Após a superação das idéias de apatia e desinteresse feminino como características essenciais das mulheres, a questão está em compreender os limites da ação de mulheres focando as dimensões formais e culturais da estrutura social e de suas relações.³

As justificativas para a presença de mulheres nas esferas representativas perpassam diversos argumentos, no entanto, o que nos interessa ressaltar é que a necessidade da presença de grupos excluídos e sem voz na sociedade surge da necessidade de entender a diversidade da representação como um processo mais profundo de "democratização" da esfera pública, permitindo que novos atores, e conseqüentemente, novos *conflitos*, venham à tona como

² Embora o foco da pesquisa seja a atuação política das mulheres, o conceito de gênero será utilizado em referência a relações *inter e intra sexos* mais amplas, que superam o alcance conceitual da noção de sexo. Sexo está ligado a critérios físicos binários que diferenciam os corpos sexuados, enquanto a noção de gênero considera a construção social das identidades dos sujeitos.

³ Para mais, ver ARAÚJO, 2001.

rentes setores e de seus interesses divergentes.

A idéia de conflito nos surge intimamente ligada a noções de construção e desconstrução. A valorização de esferas de dissenso permeadas por posições conflitivas deve ser entendida aqui em contraposição à noção de ordem como elemento silenciador que mantém e mascara as fissuras sociais de possibilidade de construção de alternativas sociais e políticas.

A presença de mais representantes eleitas é importante, se pensarmos, com base na perspectiva de Fraser (2001), que as mulheres, enquanto grupo social, estão sujeitas a dois tipos de exclusão interligadas: exclusão econômica e exclusão simbólica. As soluções para essas exclusões passam por processos de inclusão dessas mulheres nas mais variadas instâncias sociais e por processos de desconstrução de valores predominantes na sociedade de desvalorização daquilo que é associado ao feminino. A presença de mais mulheres é necessária ao, potencialmente, atentar contra a perpetuação dessa estrutura de valores que rege as relações homens/mulheres como relações *entre sexos* e *intra sexos*; e mais, é preciso também que essas mulheres enquanto representantes estejam sensíveis às demandas plurais e diversificadas das demais mulheres.

Dados coletados através de uma pesquisa de opinião realizada pelo CFEMEA⁴ com parlamentares mostram que, quando consideradas as temáticas referentes a questões de gênero, muitos pontos como aborto, regulamentação da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, proteção ao mercado de trabalho da mulher e inclusão da discriminação por orientação sexual como crime na Constituição apresentam um número significativo de respostas sem opinião formada^ø ou então desfavoráveis às reivindicações do movimento de mulheres. A análise feita no relatório permite apontar ainda correspondências entre posições políticas,

⁴ Foram entrevistados 313 parlamentares entre mulheres e homens durante o ano de 1999. Para mais, ver RODRIGUES, 2001.



PDF Complete
Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

o lado, e defesa dos direitos das mulheres e equidade de
a observar de forma mais apurada essas relações e os

limites e contornos que assumem no legislativo brasileiro.

Os limites institucionais a que está sujeita a entrada de mulheres no campo político podem ser questionados e alargados através da participação de mais mulheres nos âmbitos deliberativos e decisórios. A probabilidade que maiorias masculinas legislem a favor de mulheres em detrimento de seus próprios interesses e da manutenção da distribuição de poder é, significativamente, baixa. A participação de mais mulheres confere um maior peso às suas reivindicações e pode fazer diferença durante os processos deliberativos. Contudo, partimos da hipótese, que será discutida de forma mais detalhada nos próximos capítulos, de que a entrada e a ação de mulheres dentro das organizações políticas são limitadas por mecanismos institucionais e regras baseadas em referenciais masculinos que impedem uma participação feminina mais efetiva na luta pela mudança de regras que as desfavorecem. Esse *círculo de contenções*, evidentemente, pode ser quebrado, mas precisa aliar presença feminina, através de mecanismos de ação afirmativa e discriminação positiva, a ações de desconstrução simbólica.

A partir do momento em que as hierarquias baseadas nas relações assimétricas de gênero não forem mais internalizadas pelos indivíduos como relações constitutivas das suas capacidades e possibilidades de ação, a presença feminina será mais efetiva, no sentido real de trazer novas vivências e perspectivas sociais como experiências legítimas. Dessa forma, é possível apontar uma relação de construção/desconstrução entre presença feminina e estrutura de valores.

As estruturas de valores limitam as escolhas das mulheres e influenciam a construção social de suas preferências tornando sua participação política condicionada por esses

tempo que uma maior presença de mulheres na esfera pública e processos de desconstrução de identidades femininas ligadas à esfera privada⁵. Com base nisso, é preciso que esses dois processos ocorram simultaneamente: uma maior participação de mulheres através de mecanismos de cotas, por exemplo, e um esforço individual ou coletivo por parte da sociedade ou, pelo menos, de alguns setores para fortalecer esses processos de desconstrução de valores e símbolos associados à condição feminina em contraposição à condição masculina.

De forma geral, e considerando as hipóteses apresentadas, três eixos de objetivos orientam o trabalho. O primeiro deles discutiu a existência de desigualdades, arbitrariamente estabelecidas, ligadas a questões de gênero, e os efeitos dessas relações de poder nas dinâmicas *inter e intra* sexos. Este eixo se fundamenta na literatura especializada e em dados levantados por outros estudos e pesquisas. O segundo eixo busca entender quais são as correlações existentes entre as desigualdades de gênero e a representação política. Já o último eixo busca apontar explicações para a sub-representação das mulheres nas esferas deliberativas e representativas perpassando limitações institucionais formais e simbólicas. Nesses casos, as análises se fundamentam também na literatura, mas, sobretudo, nos dados levantados no âmbito específico deste projeto e no âmbito mais amplo da pesquisa *Determinantes de gênero, visibilidade midiática e carreira política no Brasil*.

A divisão de capítulos proposta neste projeto para o texto final da dissertação considerará os eixos expostos acima e será definida e organizada, preliminarmente, da seguinte forma:

⁵ Não necessariamente a presença de mulheres indica posições de mudança desses valores, o que pode acontecer e como veremos acontece, muitas vezes, é a reprodução dessa estrutura de valores ou estereótipos pelas mulheres eleitas.

questões ligadas às discussões sobre os processos de fenômenos sociais, apontando as instituições, sejam elas formais ou simbólicas, como criações históricas que buscam estabelecer, arbitrariamente, regras e enquadramentos que regulem as condutas e percepções dos sujeitos em determinado momento histórico e social. Entender os processos sociais e as instituições como elementos inseridos na lógica de construção histórica permitirá que divisões artificialmente estabelecidas sejam questionadas como suportes válidos para processos de diferenciação entre os sujeitos. Para isso, faremos uma revisão bibliográfica abordando as perspectivas presentes nas discussões feitas em Pierre Bourdieu (2002; 2001; 1989), Michel Foucault (2006; 1999) e Cornelius Castoriadis (1982).

Este capítulo abordará ainda questões ligadas à dinâmica das relações de poder subjacentes a esses processos de naturalização, de forma a permitir a observação das relações entre mulheres e homens como relações bidirecionais de sujeição e ação, superando a dicotomia passividade feminina *versus* dominação masculina. Além disso, serão apontadas formas de construção de alteridades e novas subjetividades em meio ao círculo de contenções que se inscreve nos sujeitos e regula comportamentos, percepções e posturas.

A partir da evidenciação da desigualdade entre os gêneros como uma criação histórica arbitrária, o segundo capítulo buscará relacionar a existência de relações de poder na questão de gênero à sub-representação de mulheres na esfera política. A idéia que perpassará o capítulo será a tentativa de compreender quais as implicações dessas desigualdades para a noção de representação.

O terceiro capítulo fará a ligação entre os partidos políticos e as questões ligadas a compreender as causas e elementos que compõem o círculo de contenções a que as mulheres estão, potencialmente, sujeitas e que se manifestam simbolicamente através da hierarquização

Para isso, optou-se pela análise dos partidos políticos, dos limites estruturais que incidem sobre as mulheres e de suas formas de atuação nessas instituições e trajetórias políticas. A premissa básica a ser defendida tem como base a idéia de que a sub-representação política das mulheres é causada por dois conjuntos de limitações: um, formal, inerente às estruturas das instituições políticas, das quais os partidos são um exemplo e outro, simbólico, no qual estão inseridos processos de socialização e reprodução de conjuntos de valores e regras que conferem às mulheres determinadas posições e lugares sociais em detrimento de outros.

No quarto capítulo são discutidos os procedimentos metodológicos adotados para a coleta, análise e tratamento dos dados da pesquisa. Assim como os critérios utilizados no recorte partidário e estabelecimento de perfis ideológicos dos partidos selecionados e a distribuição e critérios de classificação temática das proposições e comissões legislativas.

No último capítulo serão apresentados e discutidos os dados coletados sobre a atuação das parlamentares no Congresso Nacional evidenciando os limites e possibilidades de sua ação legislativa e discursiva, apontando possíveis explicações e questionamentos, observando se existem diferenças de atuação quando o critério de análise são os partidos a que as parlamentares pertencem e verificando a validade da premissa de que existe uma inclusão orientada das mulheres em espaços políticos reservados a elas, previamente, devido ao *círculo de contenções* a que estão sujeitas, e que limita sua ação política em relação aos parlamentares do sexo masculino e impede que a representatividade seja ampliada de forma efetiva através de sua presença nas esferas deliberativas. As considerações finais retomarão brevemente os

Problemas de pesquisa e hipóteses

A pesquisa contará com três conjuntos de questões:

1. Considerando a existência de desigualdades de gênero, de que forma se dão as relações entre essas desigualdades na política e nas demais esferas sociais? De que forma são instituídas? Depois de instituídas, de que forma se mantêm e se inscrevem nas relações *inter* e *intra* sexos? Como as relações de poder se dão no interior dos processos de diferenciação e de instituição arbitrária das diferenças?
2. Considerando que exista desigualdade de gênero, por que essa questão é importante para a representação política? Quais os efeitos da hierarquização entre os gêneros para a representação dos sujeitos e sua constituição como agentes sociais e políticos? Por que considerar a sub-representação das mulheres e a necessidade de inclusão de grupos marginalizados um problema político para as democracias contemporâneas?
3. Partindo da indicação de que existe desigualdade de gênero, que ela é arbitrariamente estabelecida através de processos históricos, e do entendimento de que essas relações de poder afetam a representatividade política e a inserção política das mulheres, quais as explicações para a sub-representação? Quais os processos que limitam a entrada e o trânsito das mulheres no campo político e que, uma vez eleitas, restringem suas possibilidades de atuação? Qual o papel dos partidos políticos como canais de expressão de demandas entre sociedade e Estado, especificamente no que se refere às questões da pesquisa? Como se dá a atuação política das parlamentares em relação aos seus pares do sexo masculino nas instâncias representativas?



PDF Complete
Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

das parlamentares pertencentes a diferentes partidos
enças?

As hipóteses que norteiam o trabalho de pesquisa são:

1. Existe um *círculo de contenções* que limita e orienta, através de mecanismos institucionais formais (regras legais, jurídicas, procedimentais) e simbólicos (normas androcêntricas e hierarquizadas), a entrada e ação política das mulheres nas instâncias representativas reforçando a reprodução de estereótipos e estigmas ligados a questões de gênero;
2. A atuação política da maioria das mulheres nas organizações políticas partidárias e nas instâncias legislativas pode ser definida por processos de *inclusão orientada* em que a entrada e ação das mulheres nessas esferas se dão de forma controlada e limitada a determinados espaços e lugares considerados mais "adequados" ou mais "abertos" à participação das mulheres, seja no interior dos partidos, seja no âmbito do legislativo federal. Os partidos políticos funcionariam assim como instituições que compõem os círculos de contenções e, em função de suas estruturas, configuram as possibilidades orientadas de inclusão de grupos e setores marginalizados

Objetivos gerais e específicos

Os objetivos de alcance mais geral e específicos da pesquisa são:

- (a) produzir um levantamento sobre a presença feminina na Câmara dos Deputados durante a 52ª Legislatura (2003-2006), por meio de levantamento de suas atuações em comissões legislativas e das iniciativas parlamentares das deputadas em exercício;



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

As formas de representação simbólica do feminino e das trajetórias políticas das mulheres, o capital simbólico e, conseqüentemente, interferem em sua atuação política e nas trajetórias que desenvolvem no campo político (nos partidos e na Câmara dos Deputados);

(c) apontar as limitações da estratégia de ampliação do acesso às posições formais de poder como mecanismo de construção da igualdade política entre os sexos. O que implica em dizer que instrumentos como cotas eleitorais são importantes, mas insuficientes, sendo necessário incorporar à discussão outras esferas de representação e de geração de capital simbólico, como as formas de socialização e os processos de estruturação encampados pelas instituições;

(d) a partir dos dados obtidos nos processos descritos nos itens anteriores, relacioná-los aos elementos que orientam este projeto de pesquisa: sexo, temáticas de atuação política, acumulação de capital simbólico e partidos políticos;

(e) analisar a atuação das deputadas cruzando dados referentes à atuação temática das parlamentares e seus partidos políticos;

(f) analisar as rotas de ingresso e as trajetórias políticas das parlamentares, considerando as diferentes instituições políticas que compõem a esfera decisória, especialmente, os partidos políticos considerados nessa pesquisa como filtros para a análise; e

(g) estabelecer um mapeamento das posições legislativas e partidárias ocupadas pelas mulheres no campo político brasileiro atual.



PDF Complete
Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO E HISTORICIZAÇÃO

“Há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem. E um princípio mau que criou o caos, as sombras e a mulher.”
Pitágoras

1.1. A condição feminina como instituição

As diferentes instituições que regem, organizam e dão significado às sociedades devem ser entendidas como *criações históricas* em que conjuntos de valores e estruturas formais são arbitrariamente estabelecidos, o que resulta, na maioria das vezes, na exclusão deliberada ou não de certos grupos, demandas, valores ou estruturas. A lógica que rege o estabelecimento das instituições pressupõe uma dinâmica de manutenção/reprodução ou de mudança/desconstrução da distribuição dos bens materiais e simbólicos existentes nas sociedades. Dessa forma, não é possível entender processos de institucionalização sem considerar o papel central exercido por discursos, grupos, valores ou estruturas hegemônicas na criação de padrões de comportamento e de regras de inserção e exclusão.

Partindo disso, é possível entender as relações de gênero como construções sociais localizadas historicamente e estabelecidas de forma arbitrária através de processos advindos de determinadas correlações de poder distribuídas de formas específicas em diferentes momentos históricos e sociais. A arbitrariedade que constitui a construção de referenciais históricos e sociais é resultado de relações de poder que surgem como hegemônicas e legítimas para significar e atribuir sentido a outras relações que compõem a interação entre os sujeitos. Dessa forma, processos de significação são arbitrários na medida em que são



PDF Complete
Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

que limita e configura um conjunto de possibilidades

As condições sociais a que estão sujeitas as mulheres nas diferentes sociedades não são fixas e devem ser entendidas como processos dinâmicos de manutenção/modificação das instituições que organizam as relações *entre os sexos* e *intra sexos*: as relações de gênero. A essa condição social e histórica chamaremos *condição feminina*, de forma a evitar o uso de termos essencializantes que fazem referências a características atribuídas às mulheres ou à feminilidade. A condição feminina como instituição só pode ser entendida como processo arbitrário de significação das relações entre mulheres e homens, perspectiva essa que se contrapõe às tentativas de *naturalização das diferenças* entre os indivíduos, sejam mulheres ou homens. Definir como instituição uma determinada *condição feminina* significa definir papéis, lugares e possibilidades às mulheres num tempo histórico específico.

A condição feminina pode ser caracterizada, com base na definição de Therborn (2006) sobre as instituições, como o equilíbrio existente entre os padrões de direitos e obrigações e a distribuição de recursos de poder entre os membros de uma sociedade. A posição destinada às mulheres é constituída, dessa forma, pelos papéis que elas são compelidas a cumprir como parte das obrigações consideradas *femininas* e as possibilidades para que elas deixem de cumprir esses papéis estão relacionadas à configuração de poder existente em determinados momentos históricos.

Em seu livro *Sexo e Poder* (2006), Therborn discorre sobre as relações familiares em cinco grandes sistemas familiares desde o começo do século XX. Nessa análise o autor aponta o patriarcado como elemento central, para a maioria das sociedades, na organização das

⁶ Para essa discussão, conferir as análises feitas em diversas obras de Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Cornelius Castoriadis, entre outros autores, classificados como pertencentes à corrente pós-moderna, e em alguns casos, definidos como pós-estruturalistas, do pensamento político contemporâneo.

es de geração e de gênero. Para ele: *õ(...)* no começo de sociedades importantes eram patriarcais. Não havia uma única exceção (THERBORN, 2006, 33). O patriarcado é definido, por ele, como o poder do homem enquanto pai e enquanto marido, sobre suas filhas e filhos e sobre suas esposas. O *patria potestas* e o *manus maritis* surgem como poderes ligados a outros poderes, como o religioso, o econômico e o político. Sendo assim, as formas como são organizadas as relações no âmbito privado não estão isoladas das formas de manifestação pública de outros poderes hegemônicos que organizam relações políticas, religiosas e econômicas.

É preciso ressaltar, entretanto, a impossibilidade de analisar o patriarcado como fenômeno mundial homogêneo. As relações de gênero e de geração não são as mesmas, elas são dinâmicas e são diferenciadas em função das configurações que assumem em cada sociedade particular. O que Therborn (2006) procura demonstrar é que a hierarquização entre mulheres e homens com base em diferenças consideradas "naturais" existe, de forma mais geral, como regra mais ou menos aceita e legítima em várias organizações sociais, durante o século XX.

Sociedades como a hindu valorizam o casamento como o pagamento de dívidas que cada sujeito possui com seus ancestrais, assim como a procriação. Além da dívida com os ancestrais, os sujeitos possuem ainda mais duas dívidas que contraem desde seu nascimento: as dívidas com os deuses e com os sábios. No entanto, os únicos habilitados a pagarem essas últimas duas dívidas são os homens através da aquisição de conhecimento e de diversos rituais e sacrifícios. Para as mulheres, a única forma de vida considerada virtuosa é a total devoção ao marido visando pagar a sua dívida com os ancestrais através do casamento e da geração de filhos (THERBORN, 2006). Nas palavras do *Código de Manu* que orienta a religião hindu e data, aproximadamente, do começo da era cristã:

mente venerado como um deus por uma esposa fiel, mesmo se procurar prazeres alhures ou se for desprovido de boas o paraíso não por virtude de alguma penitência austera, mas como resultado de sua obediência e de sua devoção a seu marido (Kapadia, 1966, 253 *apud* THERBORN, 2006, 69).

Sociedades como a de *Kerala*, na Índia, apresentam uma estrutura familiar diferente baseada em uma organização matrilinear e matrifocal. A chefe da família é sempre a mulher mais velha, mesmo que haja também um papel importante destinado ao homem mais velho. Entre algumas castas as mulheres não vivem com seus maridos e em função disso gozam de uma considerável autonomia sexual. Os maridos vivem nas extensas famílias de suas mães e não possuem direitos sobre seus filhos (THERBORN, 2006). Sociedades africanas como os *Axânti* de Gana, os *Akan* que vivem na Gana e na Costa do Marfim, os *Bakongo* do Congo e os *Bemba* da Zâmbia, são matrilineares, nelas a descendência e herança pertencem também à mulher e são transmitidas por elas. Esses povos normalmente permitem às mulheres autonomia, no entanto, isso não é geral e, com frequência, as mulheres assumem o papel de provedoras de subsistência e mesmo assim estão subordinadas a posições marginais em relação à tomada de decisões (THERBORN, 2000). Mesmo em sociedades matrilineares, Therborn (2006) ressalta, o poder público costuma estar em mãos masculinas.

Com base nos exemplos históricos descritos é possível perceber que as condições sociais a que estão sujeitas as mulheres variam de uma sociedade para outra, de um tempo histórico para outro. No entanto, é preciso observar que apesar das diferenças, a hierarquização entre mulheres e homens aparece ainda como elemento definidor e significativo das relações de gênero e dos papéis desempenhados por mulheres e homens. A hierarquização se manifesta através de práticas de submissão das mulheres como o *sati* indiano em que as viúvas são queimadas vivas como demonstração de sua morte social após a morte física do marido; da infibulação africana que mutila os órgãos genitais das mulheres; da amarração dos



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.
[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

de beleza para agradar os maridos; e de práticas mais recentes como a idéia de maternidade como

redenção da culpa; da poligamia como parte da natureza masculina ou das mulheres como sujeitos dotados de uma fragilidade natural que precisam de cuidado masculino.

A definição de diferenças entre mulheres e homens como características inatas e inerentes a cada sexo confere um caráter de imutabilidade às relações entre os indivíduos e um caráter essencialista às diferentes posturas e lugares destinados a cada sexo. Pensar a divisão entre homens e mulheres como uma divisão natural mascara a arbitrariedade subjacente aos processos de distinção efetivados nas relações de socialização e de construção de sentido do que é "ser mulher" e "ser homem". Sugerir que as diferenças são *normais* ou *naturais* significa afirmar a inevitabilidade de determinadas relações. Assim, a divisão sexual das atividades nada mais seria que o respeito às diferenças físicas e psíquicas estabelecidas no nascimento entre mulheres e homens: mulheres estariam mais aptas a ocuparem determinados "lugares", enquanto homens seriam mais habilitados a desempenhar outras atividades e qualquer transgressão dessa "ordem das coisas" surge, então, como anomalia ou exceção frente à "lei natural" ou à "lei divina".

Historicizar é conferir às relações sociais uma dinâmica própria de manutenção e mudança com base nas diferentes formas de organização social ao longo da história. Historicizar é questionar a existência de uma natureza humana imutável que determina como serão as relações entre os sujeitos indefinidamente. Os processos de naturalização surgem assim como esforços no sentido de atribuir um caráter de inevitabilidade e imutabilidade a determinadas relações, esses esforços devem ser historicizados para que seja possível entender as formas com que certas regras e normas surgiram e observar quais configurações de poder as originaram. A idéia de que existe uma força heterônoma capaz de definir quais

que formas assumem, tem efeitos políticos relevantes, caráter apolítico a questões consideradas como "naturais" e "inevitáveis" e conseqüentemente, desqualificando ações que visem alargar o campo de alternativas para as relações entre os sujeitos.

É importante observar a intencionalidade presente nos processos de naturalização: naturalizar é afirmar que para determinada situação não existe alternativa e que não cabe mais nada aos sujeitos a não ser aceitar as imposições de sua própria natureza e da "forma como as coisas são" desde o "começo dos tempos". Propomos que a lógica da naturalização seja substituída pela lógica da historicização em que nada pode ser colocado fora do manto da história e da construção da realidade feita pelos próprios sujeitos distribuídos de forma desigual nas teias de poder existentes em cada momento histórico. Não há nada fora das construções sociais estabelecidas pelos sujeitos, não há forças externas que obriguem as relações a serem de determinada forma e não de outra, há, sim, arranjos de poder que conferem legitimidade a uma ordem de relações em detrimento de outras possíveis.

Hobsbawn (1984) ressalta que o objetivo de estabelecer "tradições" através de processos de naturalização, é a estruturação de aspectos da vida social como imutáveis e invariáveis. A invariabilidade permite que qualquer mudança que se queira realizar precise da sanção daquilo que a precede, precise respeitar uma certa continuidade histórica capaz de controlar as características e efeitos das mudanças através da referência constante a um passado histórico com o qual tenta manter uma continuidade artificial. A adoção pelas mulheres do nome de seus maridos sem que haja o questionamento dos significados subjacentes a essa prática é um exemplo disso, tentativas de romper com "tradições" como essa implicam em justificativas cobradas pelo marido e mesmo pela família do marido, em muitos casos. Uma "tradição inventada" seria nas palavras de Hobsbawn (1984):

, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Alias, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN, 1984, 09).

As tradições, entendidas aqui como instituições, funcionam, dessa forma, como *processos de formalização e ritualização, caracterizados por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição* (HOBSBAWN, 1984, 12) que visam: estabelecer ou simbolizar a coesão social ou as condições de admissão de um grupo específico; estabelecer ou legitimar instituições, status ou relações de autoridade legítimas; ou ainda socializar e inculcar idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento como hegemônicos na organização das relações sociais (HOBSBAWN, 1984).

A noção de que as coisas sempre foram assim, resultante do caráter exógeno atribuído às origens fundantes das sociedades, confere a idéia de que as origens detêm as explicações acerca das razões do mundo ser o que é e não outro, em detrimento de uma perspectiva historicizante em que a história e os significados do mundo aparecem como resultados das posições ocupadas pelos próprios sujeitos em relação ao mundo no qual estão inseridos. A história é ela mesma uma construção de sentidos acerca das relações que os cercam e, por isso mesmo, a história não é única, a história é múltipla e está fortemente relacionada às posições que ocupam aqueles que a descrevem.

Através de perspectiva semelhante, Castoriadis (1982), questiona as significações que permeiam a realidade social e histórica como formas subordinadas a relações lógicas e compreensivas já existentes. O que se apresenta como natural só é pensável através de categorias estabelecidas previamente que permitem localizar e definir o sentido das coisas. A instituição da sociedade considera, por exemplo, a divisão binária entre homens e mulheres: as diferenças biológicas entre os sexos são revertidas em significações sociais do que significa

iedade, para Castoriadis (1982), é instituir um mundo de relações entre os indivíduos e destes com a realidade e, conseqüentemente, é também produzir indivíduos através da sociedade e de seus processos de socialização, de legitimação de posturas, gestos e comportamentos.

As significações consideradas "racionais" para Castoriadis (1982), são produzidas e deduzidas umas a partir das outras, o "novo" se constitui por processos de estabelecimento de uma "identidade" relacionada àquilo que já existia, o "novo" surge então como repetição e resgate do velho, sem isso implique em uma noção sucessiva da história. Com base nisso, é preciso questionar as significações recebidas como "determinidade" ou inseridas na lógica como "determinação" e observar de que formas são encobertas e marginalizadas certas relações e possibilidades através de processos de "desnaturalização do social histórico" nas palavras de Castoriadis (1982), para não revelar essas construções. Para ele, não há articulação do social que seja dada de forma definitiva e inalterável, as relações estabelecidas entre as partes de um todo são elas mesmas criações de uma sociedade específica.

As sociedades possuem modos diferentes de instituir sua organização histórica e social e modos diferentes de realizarem dinâmicas de mudança e manutenção através do estabelecimento de "figuras estáveis" que são as instituições e que tornam visível a lógica que permeia as construções sociais. Dessa forma, toda sociedade existe instituindo o mundo como o "seu mundo" ou mesmo o "seu mundo" como o mundo e instituindo-se também como parte deste mundo, sob a perspectiva de Castoriadis (1982). A questão é que os sujeitos, em função da configuração atribuída à organização social de uma sociedade, assumem certos papéis que já lhe são destinados como legítimos e adequados, entretanto importa também perceber além dos papéis, importa perceber *õ(...) quem escreve a peça que contém esses papéis?õ* (CASTORIADIS, 1982, 411).

Castoriadis é a *ō(...)* fixação e difusão do produto e do modo de operar sejam participáveis, que fazem com que indivíduos capazes de participar deles (1982, 309). Apesar disso, a instituição da sociedade não é percebida pela própria sociedade como auto-criação, a sociedade não reconhece-se como aquela que faz a si mesma, como auto-instituição.

A alteridade se coloca então, ela própria, como uma instituição em que a sociedade atribui seu ser histórico a algo exterior a ela mesma, como se, de alguma forma, não fosse ela mesma o motor de auto-alteração da história, da emergência do novo radical, nos termos de Castoriadis (1982). Entender isso é entender a instituição da sociedade como a instituição de determinadas significações e atribuir à sociedade o papel instituinte é permitir que ela mesma seja a força da auto-alteração, da emergência de alternativas e, logo, de ressignificados. É pensar de que maneira a sociedade é capaz de reconhecer em sua própria instituição a auto-criação, reconhecer-se como instituinte e auto-instituir-se explicitamente superando a perpetuação daquilo que já foi instituído retomando e transformando as instituições segundo outra dinâmica que não a inércia? A emergência de novas formas de compreensão requer a instauração de uma sociedade que se percebe, se reconhece como auto-instituinte e, de forma explícita, luta para desconstruir aquilo que está encoberto ou naturalizado como permanência social:

ō(...) nós visamos porque o desejamos e sabemos que outros homens o desejam, não por que tais são as leis da história, os interesses do proletariado ou o destino do ser ó a instauração de uma sociedade não somente que se sabe, mas se faz como auto-instituinte e explicitamente, implica numa destruição radical da instituição conhecida da sociedade até seus recônditos mais insuspeitados, que só pode ser como posição/criação não somente de novas instituições, mas de um novo modo de instituir-se e de uma nova relação da sociedade e dos homens com a instituição (CASTORIADIS, 1982, 418).

erando as relações entre origens fundantes e perspectivas fundadorã considerada e criticada por Bourdieu (2002), atribui a um determinado momento histórico a origem das representações de características distintivas entre homens e mulheres. Dessa forma, o tempo fundador justifica as diferenças ditas *naturais* e seus significados nas relações entre indivíduos. A idéia da mulher como a figura de Eva, por exemplo, guarda em si pressupostos que seriam inerentes à "natureza" da mulher como a curiosidade, a audácia, a fraqueza frente à tentação ou o caráter mais vulnerável. A idéia de mulher ligada ao mito de Eva aparece como aquela que precisa ser controlada e submetida à vontade racional do homem, que precisa ser guiada por ele em sua ignorância e tendência ao excessivamente emocional⁷. Essa idéia dotada de sentido, em vários momentos da história, é utilizada para construir representações e normatizar as relações de gênero de uma forma específica e não de outra.

A construção da "mulher" e das significações que caracterizam o "feminino" foram fortemente influenciadas pelas teogonias religiosas, a figura de Eva descrita na Gênese foi retomada como justificativa da hierarquização entre mulheres e homens em diversos momentos, Pateman (1993) demonstra o uso dos argumentos presentes no Antigo Testamento para justificar a supremacia natural e incontestável dos homens sobre as mulheres nos escritos dos autores modernos como Filmer, Locke, Hobbes e Rousseau. Historicizar os princípios que regem as religiões, particularmente as religiões cristãs, que baseiam suas filosofias na Escrituras, é necessário como forma de questionar a naturalização presente nas caracterizações das relações entre Adão e Eva, por exemplo.

A autoridade atribuída à figura de Adão decorre do erro cometido por Eva em função das falhas de sua "natureza" a mulher representada por Eva seria naturalmente afeita aos

⁷ Para mais sobre a idéia de que cabe aos homens guiar as mulheres ver FOUCAULT, Michel, *História da Sexualidade* 2 (1984) e 3 (1985).

...já que ela convence Adão a comer o fruto proibido...
...ela serpente. Como castigo por ter comido a fruta e
convencido Adão a também provar a fruta, Deus teria dito à Eva: *“Vou aumentar o seu sofrimento na gravidez, e com muita dor você dará à luz filhos. Apesar disso, você terá desejo de estar com seu marido, e ele a dominará”* (Gênesis, 3:16). A idéia do parto doloroso como redenção da culpa, muito presente nas representações sobre a maternidade, tem como um de seus pilares a tradição cristã advinda da hierarquização entre mulheres e homens descrita na Gênesis.

Outras passagens bíblicas retomam ou reinterpretam a hierarquização entre mulheres e homens e definem o papel privado destinado à mulher baseado na maternidade, no casamento e na submissão:

“Foi pela mulher que começou o pecado, e é por culpa dela que todos morreremos” (ECLESIAÍSTICO, 25:24);

“Eu não permito que a mulher ensine ou domine o homem. Portanto, que ela conserve o silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que seduzida, pecou. Entretanto, ela será salva pela sua maternidade, desde que permaneça com modéstia na fé, no amor e na santidade” (TIMÓTEO 2: 9-14);

“Que as mulheres fiquem caladas nas assembléias, como se faz em todas as igrejas dos cristãos, pois não lhes é permitido tomar a palavra. Devem ficar submissas, como diz também a lei. Se desejam instruir-se sobre algum ponto, perguntem aos maridos em casa; não é conveniente que a mulher fale nas assembléias” (CORÍNTIOS, 14: 34-35)

A construção da figura de Eva é um exemplo das possibilidades de construção histórica e social do “feminino” e dos significados de “ser mulher”. Além dela existem outras que, em maior ou menor grau, conferem um caráter de supremacia a mulheres ou a homens. Nossa intenção é ressaltar a importância dessas representações que são perpetuadas ao longo da história como elementos fundantes de certas tradições e que exercem influências significativas nos processos de naturalização de fenômenos que podem ser localizados

fenômenos sempre inseridos em relações de poder. Existem
construção da mulher e das relações de gênero, *intra* e *inter*

sexos.

As relações que constituem a maternidade e a conjugalidade são elementos centrais na construção da "mulher" e do "feminino" nas relações de gênero, *inter* e *intra* sexos. As construções das figuras da mãe e da esposa estão permeadas, como já ressaltamos, por fortes influências das religiões, que funcionam em nossas sociedades como sistematizadoras de normas e valores capazes de regular comportamentos com base em fenômenos exteriores à realidade material. Del Priori, em seu livro *Ao sul do corpo* (1993), ressalta a importância da Igreja para a construção da imagem da mulher no Brasil Colônia. Para ela, a figura da mulher ideal é construída de forma referenciada, sempre ligada ao que ela chama de a "santa-mãezinha" e o casamento é definido como a forma de "adestramento de mulheres na figura da mãe". O importante era *õ(...)* *fazer da mãe um exemplo, e da maternidade uma tarefa* (DEL PRIORI, 1993, 106).

Dessa forma, em meio ao ideário religioso foram constituídas as funções adequadas às mulheres, sempre fora do público. Mesmo quando a educação feminina era defendida seus objetivos estavam ligados ao poder de transmissão oral das normas e valores que as mulheres detinham ao educarem os filhos. Com base nisso, apesar de estarem destinadas à esfera privada, era necessário que as mulheres fossem educadas de forma adequada para cumprirem seus papéis de mãe e esposa:

õ(...) elas tem uma casa que governar, marido que fazer feliz e filhos que educar na virtude; os homens que tem toda a autoridade no Público não podem por si mesmos estabelecer nas suas famílias algum bem efetivo se as mulheres não os ajudam a executar. (...) elas, pelos deveres que lhes são próprios, fazem o fundamento da humana sociedade e são metade do gênero humano igualmente destinadas para a vida eterna e temporal (DEL PRIORI, 1993, 112).

... forma de "adestramento" das mulheres, que eram
... das que se confundiam com o mal, com o pecado ou com
a traição, *õ(...) como o intento do demônio é fazer na terra todo o mal que pode, por isto
conserva as mulheres, porque elas são de todo o mal o instrumento* (DEL PRIORI, 1993,
114). O papel do homem na relação de conjugalidade seria, então, o de controlar a mulher que
como potencial pecadora deveria ser "domesticada" e relegada ao domínio privado da casa e
tendo seus gestos, corpo, trajes e comportamentos conformados de acordo com a submissão e
obediência devida ao marido.

A culpa foi utilizada como elemento do cotidiano capaz de justificar a hierarquização
entre os gêneros e, segundo Del Priori (1993), foi útil ao confinamento considerado legítimo
das mulheres ao âmbito privado e ao estabelecimento do homem como o único elo de ligação
das mulheres com a esfera pública. A construção da mulher é permeada pelo binarismo que
define a mulher como Eva e como Maria, na tradição cristã. Ao mesmo tempo em que a
mulher é detentora de uma natureza lasciva e pecadora, ela pode através da redenção
resultante da maternidade elevar-se ao patamar da mulher ideal que supera sua natureza falha
e alcança o ápice cumprindo com devoção e resignação os papéis de mãe e esposa que lhe
foram conferidos enquanto mulher.

Os significados construídos em torno da gravidez e da dor do parto são elementos
constitutivos da considerada "identidade feminina", e para isso as mulheres devem *õ(...) sofrer
com paciência as incomodidades da prenhez e as dores do parto, como pena do pecado*
(DEL PRIORI, 1993, 255). Passar pela gravidez e pela dor do parto aparece nas
representações do que é ser mulher como a ápice da força feminina, como um sacrifício que a
exalta e a coloca em outro patamar da existência humana: o de mãe. Não é possível ser mãe

enitude de ser mulher, sem sentir a dor do parto ou sem

A institucionalização da condição feminina e a construção do "feminino" possuem uma relação íntima com o corpo da mulher, com a fatalidade da maternidade como papel natural, ou como regeneração do pecado original ou como uma espécie de vocação única para a qual todas as mulheres nascem. No entanto, perceber os processos de institucionalização desses papéis e dos significados que os permeiam é entender de que forma no seio dessas relações *intra* e *inter* sexos são demarcadas posições e possibilidades e são estabelecidas relações de dominação e subordinação mascaradas pela idéia de que "ser mulher/mãe/esposa é padecer no paraíso".

Pensar no "masculino" e no "feminino" através de esquemas dicotômicos de significação tem como resultados a atribuição de determinadas características, entendidas como fixas e naturais, que também trazem em si relações de hierarquias e subordinação entre os sexos⁸. Segundo Bourdieu (2002), as características definidas como femininas estabelecem uma *posição* às mulheres: uma posição de inferioridade em relação às características definidas como masculinas⁹.

Pensar o "masculino" significa pensar o ativo, o racional, aquele que preenche, aquele que provê, o forte, o estável, aquele que dá segurança. Pensar o "feminino" significa lidar com aquela que sofre, aquela que sente, a mais fraca, a mais sensível, aquela que depende, que é preenchida, a emocional e, logo, a instável e pouco confiável. A negatividade dos elementos definidos como femininos pressupõe uma demarcação clara dos lugares e posições assumidos

⁸ Ainda no capítulo I, no item Heterotopias e resistências, serão discutidas as limitações e os espaços possíveis para resistências e ações de insubordinação no âmbito das relações de gênero e seus efeitos simbólicos.

⁹ Características definidas como "femininas" podem ser, eventualmente, entendidas de forma positiva, o que, no entanto, reforça ainda mais o "lugar" destinado às mulheres enquanto "seres elevados moralmente" ou "indivíduos menos egoístas e mais voltados para o cuidado com os outros", entre outras adjetivações.

ações¹⁰. O papel das instituições é o de realizar essas
define Bourdieu (2002), e delimitar distinções sexuais

entre os indivíduos limitando as práticas e as restringindo como próprias de mulheres ou de
homens.

1.2. Dominação e relações de poder

Essas operações de diferenciação só se tornam efetivas porque existe a internalização
pelos indivíduos dessas regras e dessas diferenças. A perspectiva de dominação simbólica
adotada por Bourdieu (1989; 2001) nos serve aqui para explicar como se dão os processos de
aceitação e incorporação das estruturas sociais. Entender as relações entre homens e mulheres
ultrapassa a noção de que as mulheres agem de forma passiva sempre, enquanto os homens
exercem seu poder silenciador sobre elas. Entender a demarcação dessas posições e a
naturalização dos lugares destinados a mulheres e homens e sua conseqüente hierarquização é
entender de que forma esses padrões são incorporados por mulheres e por homens e de que
forma são colocados em prática na maneira com que os sujeitos entendem a realidade social.

Dessa forma, as práticas e discursos das mulheres são atos de reconhecimento e
incorporação dessas relações de poder, não sendo possível para Bourdieu, entender as
relações de poder sem considerar a dominação como um processo simbólico em que o

¹⁰ Mariza Corrêa (1999), em referência ao livro *A dominação masculina* de Bourdieu, levanta algumas questões e tece críticas relevantes para a compreensão das relações entre mulheres e homens quando entendidas como relações de sujeição/dominação. A dominação masculina enunciada por Bourdieu (1999) não pode ser analisada sob a perspectiva da universalidade, como indica Corrêa (1999), o uso de uma lógica de oposição considerada por ela como ocidental, pode atribuir à observação das práticas de dominação masculina em outras sociedades um viés etnocêntrico. Dessa forma, o uso de pares de oposição ó cultura/natureza; sujeito/objeto; público/privado; nós/outros; masculino/feminino; bem/mal - como suporte da análise deve ser visto através de suas limitações interpretativas. Para Corrêa, é *õ(...) difícil aceitar a transposição daqueles pares de oposição como traços isolados do contexto social, de uma sociedade para outra e vice versaõ* (CORRÊA, 1999, 45). A preocupação presente no artigo de Corrêa é a de que seja atribuído um *sexo* à dominação em função da perspectiva determinista que as explicações de Bourdieu podem assumir¹⁰. Para ela: *õ(...) Bourdieu passa quase que sem transição da análise de uma dominação que é social para uma dominação que é masculina e, dessa, para um modo de dominação no qual o sexo do dominante é determinante: homens e mulheres voltam à cena textual esquecidos de sua origem Cabila ou ocidental, das distinções de classe, ou outras, como *homens e mulheres (grifo original)*õ* (CORREA, 1999, 45).



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

...nantes. O poder simbólico conta com a colaboração dos ...o implica em um tipo de "servidão voluntária" como Bourdieu ressalta em *Meditações Pascalianas* (2001). A cumplicidade entre dominantes e dominados é construída, não de forma deliberada e, sim, como resultado do efeito exercido por um poder inscrito nos corpos dos indivíduos sob a forma de *habitus*.

Habitus, na acepção de Bourdieu (2001), deve ser entendido como o "produto de uma história", história inscrita nos corpos dos indivíduos através de esquemas de percepção, compreensão, julgamento e ação resultantes do conjunto de experiências passadas que passam a compor a forma com que a realidade social é entendida. O *habitus* constrói o mundo através de formas de se orientar dentro dele, não é possível pensar o sujeito e suas incorporações fora do mundo em que ele está inserido e sem também ser agente construtor dessas estruturas que ele, ao mesmo tempo, constrói e a elas está submetido. O sujeito enquanto agente social constrói a realidade não como força exterior a ela, mas como corpo socializado *nela*, investido de estruturas organizadoras que foram socialmente construídas e adquiridas ao longo de experiências históricas passadas.

Dessa forma, o *habitus* como incorporação dessas disposições produz condutas, práticas, ações e percepções que se adaptam aos limites e possibilidades que o próprio *habitus* construiu em uma determinada realidade social e histórica. Os diferentes *habitus* se inserem num processo de "orquestração" em que se ajustam às situações sociais adequadas (e que, conseqüentemente, as reforçam enquanto estruturas legítimas) e produzem conjuntos de ações que se apresentam como *normais* e *naturais*, aparecem como *harmonizadas* com aquilo que é definido como o interesse ou a vontade dos agentes.

Na relação entre homens e mulheres, por exemplo, a preferência feminina por atividades ligadas ao doméstico ou por certos tipos de comportamento ou pela aceitação de

intimamente relacionada aos *habitus*¹¹ incorporados por determinados comportamentos significa incorporar estruturas que nos antecedem enquanto sujeitos e, ao mesmo tempo, reforçar essas estruturas ao aceitá-las como legítimas e como elementos de compreensão do meu lugar e papel *no mundo* como mulher ou como homem.

A lógica social das *vocações* se constrói dessa forma: produz encontros harmoniosos entre *disposições* (*habitus* incorporados) e *posições* (lugar dos indivíduos na estrutura social) que resultam na idéia de que as mulheres, por exemplo, *cumprem seu papel com felicidade* ao se dedicarem a trabalhos *maternais*, *cuidando* dos outros ou inserindo-se no mercado de trabalho através de reproduções da divisão sexual das atividades. Nas palavras de Bourdieu:

É, sem dúvida, no encontro com as *expectativas* objetivas que estão inscritas, sobretudo, implicitamente, nas posições oferecidas às mulheres pela estrutura ainda fortemente sexuada, da divisão de trabalho, que as disposições ditas femininas, inculcadas pela família e por toda ordem social, podem se realizar, ou mesmo se expandir, e se ver, no mesmo ato, recompensadas, contribuindo assim para reforçar a dicotomia sexual fundamental, tanto nos cargos, que parecer exigir a submissão e a necessidade de segurança, quanto em seus ocupantes, identificados com posições nas quais, encantados ou alienados, eles simultaneamente se encontram e se perdem (BOURDIEU, 2002, 72).

Vários caminhos interpretativos são possíveis como formas de explicar as relações de poder, dominação e submissão entre mulheres e homens. Apresentamos as noções de *habitus* e violência simbólica de Bourdieu. Entretanto, recorreremos ainda à noção de poder definida por Foucault como possibilidade de compreensão das relações de gênero como instituições históricas arbitrárias.

¹¹ Corrêa (1999) chama a atenção para o fato de que, em alguns momentos, permeia os textos de Bourdieu uma idéia de atemporalidade conferida aos elementos que constituem o *habitus* que parece surgir nas palavras de Bourdieu. Para ela, em certos momentos o *habitus* aparece sem marcação de gênero e quando é marcado, o *habitus* assume um caráter de atemporalidade, como maneiras de ser *permanentes* (BOURDIEU, 1999 apud CORRÊA, 1999). É preciso considerar que a dinâmica social vale também para os processos de construção e desconstrução do *habitus* sujeito constantemente a conflitos e deslocamentos em relação às circunstâncias sociais e históricas.



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.
[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

O poder não pode ser descrito como um *õconjunto de* *da sujeição dos cidadãos em um estado determinado*, e também não pode ser compreendido apenas como *õ(...) modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra. Enfim não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre o outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro* (FOUCAULT, 2006, 102).

O poder em Foucault seria descrito, então, como a:

õ(...) multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 2006, 102-103).

O poder não teria sua origem em um único ponto central, o poder, em Foucault, possui um caráter onipresente porque se produz a cada instante, em todos os pontos, e em todas as relações existentes entre os pontos que compõem o tecido social. O poder estaria em todos os lugares porque se originaria em todos os lugares e não porque teria a capacidade de englobar a totalidade social. Dessa forma, o poder não é *õ(...) uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada* (FOUCAULT, 2006, 103).

O poder que permeia as relações sociais, de acordo com a perspectiva de Foucault, não é algo que se adquira ou mesmo que se compartilhe, o poder é algo que se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações sociais desiguais, assimétricas e móveis. Considerando isso, as relações de poder não ocupam uma posição de exterioridade quando consideradas as demais relações sociais: o poder seria, para Foucault, imanente a essas relações. As relações

Como efeitos das desigualdades e desequilíbrios, são as tensões internas dos processos de diferenciação devido, em grande parte, ao papel produtivo que o poder assume em detrimento do caráter proibitivo atribuído ao poder.

Em Foucault, o poder não é resultado, necessariamente, da subjugação consciente de um grupo por outro, apesar de ser intencional, o poder não é subjetivo e não pode ser considerado apenas como a escolha de um ou outro grupo. A oposição entre dominados e dominantes pode ser entendida como o resultado de múltiplas correlações de poder que se formam e atuam nos aparelhos de produção da verdade como as famílias, os grupos sociais, as instituições em geral. Dessa forma, essas correlações funcionam como suportes para o estabelecimento de clivagens sociais: o poder é capaz, dessa forma, de alinhar, redistribuir e homogeneizar os sujeitos e as relações sociais. Em Foucault: *“Não há, pois, um único foco de onde sairiam como que por emanção todas essas relações de poder, mas um emaranhado das relações de poder, que, em suma, torna possível a dominação de uma classe sobre a outra, de um grupo sobre o outro”* (FOUCAULT, 2000, 335).

Apesar do poder permear as relações sociais e se constituir como uma rede sem pontos de origem definidos, em Foucault, dizer que existe poder implica em dizer que existe resistência: *“(...) desde que há uma relação de poder há a possibilidade de resistência. Nunca somos pegos na armadilha pelo poder: sempre podemos modificar-lhe o domínio em determinadas condições e seguindo uma estratégia precisa”* (FOUCAULT, 2000, 337). Entretanto, as resistências não estão localizadas em algum ponto fora das relações sociais permeadas pelo poder, a resistência não é exterior ao próprio poder. Existem múltiplas resistências que ocorrem em gradações diferentes e com propósitos diferentes, os focos de



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

menos ou mais força em determinados momentos social

As relações de poder não podem ser consideradas como exteriores às relações sociais mais amplas e sua dinâmica depende intrinsecamente da configuração predominante em momento histórico específico, depende da configuração que as forças sociais existentes assumem e das formas com que os sujeitos e grupos são distribuídos no tecido social.

Dessa forma, pensar as instituições e a configuração de poder existentes em uma determinada sociedade, implica em admitir que não existe uma dinâmica estável, que as relações de poder pressupõem, elas mesmas, uma contra-dinâmica, um contrapositionamento: ao poder sempre correspondem múltiplas resistências e contrapontos. Algumas instituições servem de suporte para manter o *status quo* através da reprodução das normas que são o reflexo da configuração de poder em um tempo social e histórico específico, mas existem diversas inflexões e brechas que são abertas e que permitem que as condições de transformação se apresentem como viáveis.

Apesar das diferenças entre os autores em suas interpretações acerca das formas de exercício do poder e da influência das relações de poder na dinâmica social, existem três pontos em comum nas explicações apresentadas e que nos servem aqui como pontos de reflexão acerca da dinâmica das relações de gênero: a idéia de "significação", a existência do conflito; e o papel assumido pelas instituições nas relações de poder.

Em primeiro lugar é relevante para a compreensão das relações de dominação observar que, tanto em Bourdieu, quanto em Foucault e em Gramsci, a idéia de "significação" assume papel central. Entender o habitus como a "incorporação de formas de compreender o mundo" a hegemonia como "visão de mundo que dá sentido às relações sociais" e o poder como uma



PDF Complete
Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

lidades de "produção da verdade" é colocar no cerne da de "dar sentido" a determinadas configurações, regras,

percepções, valores e comportamentos em detrimento de outros. *Habitus*, hegemonia e poder estão intimamente relacionados à possibilidade, existente nas relações de subordinação e dominação, de que certas relações sejam escolhidas como válidas e legítimas com base na arbitrariedade subjacente à distribuição dos diferentes recursos sociais entre as forças que compõem as sociedades.

Em segundo lugar, pensar as relações de gênero pressupõe, com base nas interpretações, que existem múltiplos focos de resistência que se contrapõem ao exercício do poder. Entender as relações entre mulheres e homens implica em superar a idéia de que as mulheres são eternamente passivas e os homens dominadores implacáveis. O que precisa ser ressaltado é que existem determinadas condições estruturais, simbólicas e formais, que limitam ou expandem as possibilidades das mulheres em relação aos homens e essa dinâmica faz parte de um processo dialético de exercício do poder e de contra-posicionamentos entre grupos em conflito. Dessa forma, mesmo através das perspectivas de *habitus*, de hegemonia e de rede de poder, o conflito aparece como cerne de uma dinâmica, que não pode ser caracterizada como unilateral em que as mulheres sempre seriam subordinadas e os homens sempre aqueles que subordinam.

O terceiro ponto é baseado na importância atribuída às instituições nas explicações que apresentamos. A família, as religiões, os padrões de conjugalidade e maternidade, o mundo do trabalho e as relações entre os sujeitos de uma forma mais ampla carregam em si uma série de valores e percepções que, mesmo sendo apresentados como "universais", "naturais" ou "inevitáveis", estão permeados por relações de poder que validam certas possibilidades de ação social ou política e não outras. Dessa forma, pensar nas relações de poder subjacentes às

pecial atenção às instituições que constituem a realidade que permite circular neste mundo de forma aceitável ou compreensível. As instituições *significam* *tornam inteligíveis* e *dão sentido* às relações, ao mesmo tempo em que localizam e distribuem os sujeitos e as relações que eles travam entre si no interior de uma realidade social e histórica.

Pensar a arbitrariedade inerente à atribuição de sentido às relações sociais feitas pelas instituições nos leva a analisar, como exemplo do exercício das relações de dominação *entre e intra sexos*, a divisão entre o espaço social em público e privado e os significados atribuídos a essas esferas.

1.2.1. A construção social da divisão entre as esferas pública e privada

Os argumentos presentes no debate contemporâneo partem de antemão do pressuposto de que aquilo que é público pode ser separado do que é privado e, além de serem esferas distintas, podem ser analisadas e discutidas também de forma separada. No entanto, o feminismo propõe novas questões ligadas à separação público/privado. Entendendo o gênero como a institucionalização social das diferenças sexuais, como Okin (1998) propõe, é possível afirmar que as desigualdades entre os diferentes sexos são resultados de *fenômenos* socialmente construídos.

A divisão entre público e privado, analisada através da perspectiva liberal, define a esfera privada como aquela em que não há interferência do Estado, ou seja, daquilo considerado como *público*. A perspectiva liberal assume o indivíduo enquanto portador de direitos e livre da intervenção, no entanto, apesar de estarem na esfera das relações privadas existe uma condição de desigualdade entre mulheres e homens no uso dos direitos privados. As práticas patriarcais e os fundamentos teóricos para a divisão sexual das atividades definem



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.
[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

de indivíduo e de sujeito de direitos está centrado na esfera privada estão livres da interferência do Estado são os

homens.

Okin (1998) argumenta que a perpetuação irrefletida da dicotomia público-privado reproduz também estereótipos de gênero baseados em idéias de família e da condição das mulheres referenciadas de forma androcêntrica, em que os homens possuem liberdade no trato com suas propriedades (incluindo as mulheres sob sua 'proteção') sem que o Estado intervenha em suas relações privadas.

As descobertas e questões trazidas pelo feminismo têm, então, importantes efeitos sobre a teoria política. Primeiro por questionar os referenciais liberais basilares da teoria política moderna: questiona a validade do indivíduo como unidade de análise e desconstrói a divisão entre público e privado ao afirmar que o pessoal é político. É importante frisar e Okin (1998) chama a atenção para o fato de que o feminismo não é único e existiram correntes em seu interior que não puseram em questão o papel atribuído às mulheres na esfera privada. Na verdade, essa perspectiva defendia que existiam qualidades inerentemente femininas que deveriam ser trazidas da esfera privada para a esfera pública, como discutiremos nos próximos capítulos.

Outras correntes do feminismo ainda defendiam, numa posição claramente oposta à anterior, que a separação entre as esferas deveria ser abolida e que as mulheres não deveriam assumir papéis naturais na esfera privada. Outra perspectiva feminista, na qual aparentemente Okin se insere, optou pela não desistência da família e nem pela naturalização da divisão sexual das atividades. Okin (1998) propõe que sejam elaboradas novas reflexões que pensem a família como um espaço não estruturado por relações de gênero e de desigualdades entre os sexos.

oal como político implica em questionar os papéis
padrões de socialização e seus efeitos na desigualdade e

segregação nos outros espaços sociais. Nas palavras de Okin:

“Feminists of different political leanings and in a variety of disciplines have revealed and analysed the multiple interconnections between women's domestic roles and their inequality and segregation in the workplace, and between their socialization in gendered families and the psychological aspects of their subordination.” (OKIN, 123, 2003).

“Feministas de diferentes inclinações políticas e em diversas disciplinas tem revelado e analisado as múltiplas interconexões entre os papéis domésticos das mulheres e a sua desigualdade e segregação no ambiente de trabalho, e entre a sua socialização em famílias generificadas e os aspectos psicológicos da sua subordinação” (tradução minha).

Com base nisso, Okin (1998) propõe que as famílias e suas estruturas de socialização e regulação sejam o foco central das discussões do feminismo, o que implicará na invalidação definitiva da divisão público/privado. Dizer que *o pessoal é político* implica em aceitar que as relações privadas não estão livres de uma dinâmica de poder e que as esferas pública e privada não podem ser analisadas de forma separada, é preciso discutir as duas esferas sempre em referência uma à outra. As relações entre público e privado podem ser entendidas através de um ciclo causal de mão dupla que gera efeitos entre as duas esferas.

Para Okin (1998), a separação entre público e privado é ideológica ao apresentar a sociedade através de uma perspectiva androcêntrica que difere os papéis sociais com base em diferenças entre os sexos socialmente construídas como diferentes preferências e aptidões.

Okin (1998) discorre em seu artigo sobre as explicações dadas pelas diferentes vertentes da teoria feminista para as desigualdades de gênero. Para ela, considerar essas discussões tem efeitos sobre a teoria política, a partir do momento em que questões como quais teriam sido as formas de organização das práticas e estruturas do mercado de trabalho, da economia, da política e das relações sociais se a divisão sexual das atividades não

os por mulheres e homens?ö são consideradas como

A perspectiva liberal se baseia na premissa de que a separação entre público e privado se aplicaria *a todos os indivíduos*. No entanto, como Okin (1998) ressalta, existe uma orientação androcêntrica no usufruto desses direitos. O direito à privacidade pode ser incluído entre os direitos que não estão plenamente estabelecidos para as mulheres, por exemplo. Bases patriarcais estabelecem que a privacidade do âmbito doméstico é inviolável e, considerando as relações de gênero como próprias da esfera privada, os indivíduos seriam livres para agirem entre si apenas quando os indivíduos em questão fossem homens. Nas relações privadas surge entre mulheres e homens relações assimétricas de poder em que ficam estabelecidos os limites impostos à atuação das mulheres.

Okin (1998) afirma que existem três razões principais para que todos os sujeitos tenham direito à privacidade: em primeiro lugar o direito à intimidade: a intimidade no interior das relações de gênero é permeada por relações de poder e desigualdades de gênero¹²; em segundo lugar a possibilidade de 'escapar' dos papéis públicos que desempenhamos: a esfera privada é entendida como o lugar em que 'as máscaras podem cair', no entanto, as mulheres não deixam de desempenhar os papéis que lhes são cobrados quando estão no âmbito doméstico; e, finalmente, em terceiro lugar a importância de um espaço para o desenvolvimento mental: concentração e tempo disponível são importantes para o desenvolvimento criativo das pessoas e, no âmbito doméstico, as mulheres não possuem esse direito em função dos papéis que desempenha.

Okin (1998) conclui que não é possível separar de forma simples as esferas pública e privada sem considerar as bases patriarcais que sustentaram suas demarcações. A importância

¹² Nas relações sexuais, por exemplo, nem sempre direitos iguais são garantidos a homens e mulheres na livre expressão dos desejos e preferências.

Segundo a autora, em função das possibilidades ligadas ao gênero, homens e mulheres precisam de privacidade e ela só poderá ser usufruída de forma igualitária quando as divisões das atividades não forem baseadas mais em referenciais de gênero.

1.3. Heterotopias e resistências: a criação de alternativas

Após entender que as diferenciações existem, são estabelecidas de forma arbitrária e buscar explicações para a aceitação de mulheres e homens dessas regras na incorporação de estruturas e disposições sob a forma de habitus, é possível apontar caminhos? É possível pensar meios de transformação das condições de produção de discursos e normalizações? As discussões do pós-modernismo e de autores como Bourdieu, Foucault e Castoriadis apostam em caminhos e projetos alternativos. No caso das desigualdades de gênero, não é uma escolha deliberada das mulheres a submissão a determinadas estruturas repressivas, a incorporação de percepções e disposições torna, potencialmente, a pessoa mais sensível ou vulnerável a determinadas relações e manifestações de poder.

O foco da mudança está inserido nos processos de desconstrução e construção das estruturas sociais simbólicas e formais que estão internalizadas pelos indivíduos e que orientam condutas, comportamentos e percepções. Não existe momento da libertação das relações de poder e de dominação, as mulheres não estarão livres da dominação masculina apenas quando se derem conta disso. A dominação como relação bidirecional não é composta apenas de processos de sujeição feminina e repressão masculina, nas relações entre os sexos existe uma multiplicidade de relações que configura teias de poder ao redor e entre os indivíduos. Mulheres também se comportam de forma repressiva em relação a outras mulheres e ao papel de conjugalidade que os homens devem assumir, por exemplo.

e a inserção de homens e mulheres num mundo social arbitrárias de mando e legitimidade onde são agentes também de reprodução dessas estruturas. A idéia seria então que os agentes de reprodução pudessem também ser agentes de transformação. O foco da mudança não está no indivíduo enquanto entidade isolada e sim nas condições sociais de produção de discursos e verdades:

Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder e, também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo (FOUCAULT, 2006, 111-112).

A ruptura da relação de violência simbólica, enunciada por Bourdieu, seria a *transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes* (BOURDIEU, 2002, 54). Ou seja, a mudança das formas de *construção da verdade* através do questionamento dos padrões de naturalização e harmonização das diferentes perspectivas existentes.

Foucault (1999) ressalta a impossibilidade da destruição completa das relações de poder, mas acredita e aposta na configuração de novas relações que possibilitariam que novos discursos surgissem como hegemônicos. Deslocamentos no que ele enuncia como política de verdade trariam a possibilidade da construção de novas formas de subjetividade que modificariam, por exemplo, as relações de gênero, os padrões heterossexuais de afetividade ou os papéis destinados a homens e mulheres em novas configurações familiares. A heterotopia se constitui quando desconstruímos imagens, valores, percepções através da instauração de sentidos, lugares e rupturas lá onde não são esperados (Navarro, 2006).

topias, em Foucault, como construções que substituiriam , surgem como *contrapositionamentos* localizados no momento presente através de deslocamentos de perspectivas e olhares hegemônicos (RAGO, 2006). As heterotopias permitiriam às mulheres, por exemplo, se livrarem da idéia de -Mulherø e lerem novos espaços com olhares mais plurais. Dessa forma, seriam buscados novos modos de subjetivação entendidos como aquelas maneiras através das quais *õ(...)* o indivíduo constitui relações de si para consigo, abrindo espaços da liberdade para além dos saberes e poderes que ameçam capturá-lo e despotencializá-loö (RAGO, 2006, 101-102). Os objetivos subjacentes à noção de heterotopias seriam, dessa forma, as tentativas de desnaturalizar os sujeitos através da problematização das condições de produção da subjetividade e da evidenciação das -vontades de poderø no sentido dado por Foucault, que estão inscritas nas formas de sujeição dos indivíduos (RAGO, 2006). A criação de heterotopias permitiria questionar, por exemplo, os modelos de feminilidade que nos são socialmente impostos e estimulados.

Foucault (2006) aposta em novas formas de subjetivação que possibilitariam aos sujeitos constituírem relações diferenciadas de si para consigo, definidas como -práticas de siø que, de forma alguma, podem ser entendidas como ações individualizantes: as -práticas de siø são sempre relacionais e inscritas nas relações sociais. Essas práticas requerem também que os sujeitos construam espaços de liberdade em relação aos -saberes e poderesø que compõem as formas de sujeição e os regimes de verdade.

Romper com a reprodução das condições de -produção da verdadeø e permitir que alternativas sejam compreendidas como viáveis para a modificação das estruturas sociais de significação e legitimação das relações sociais fazem parte de um conjunto de ações que assumem um caráter político devido ao grau de conflito subjacente a esses enfrentamentos.

práticas cotidianas trazem em si, diferentes ações de atos, menos visíveis e menos perceptíveis no interior das relações de gênero, mas que na verdade, implicam em manifestações de que as relações de sujeição/dominação não caminham apenas no sentido da subordinação e do consentimento completo.

A dedicação a atividades ligadas ao "cuidado" identificadas como essencialmente femininas, pode ser compreendida de outras formas quando assumimos a perspectiva de que forças que, usualmente, são definidas como limitadoras podem atuar como forças de "libertação" e autonomização (MONTENEGRO, 2003). As ideologias maternalistas analisam a política do cuidado (*care politics*) como a transferência das "habilidades" femininas e das funções privadas de cuidado para o espaço público e atribuem a esse deslocamento um caráter positivo devido aos compromissos e às diferentes motivações que orientariam as mulheres.

Com base nisso, a política do cuidado poderia ser vista de duas formas (MONTENEGRO, 2003). Em primeiro lugar como uma forma de manter e perpetuar a posição de inferioridade atribuída às mulheres e as atividades descritas como femininas que possuem como resultados para as mulheres menos poder, menos possibilidade de autonomização e realização pessoal, e desvalorização social das profissões ligadas ao cuidado que são, em sua maioria, exercidas por mulheres.

Em segundo lugar, a política do cuidado pode ser compreendida como uma forma encontrada pelas mulheres para se sentirem aceitas, pertencentes ao mundo social e de buscarem a realização pessoal que lhes é negada em outros âmbitos do espaço social. O cuidado, então, passa a ser entendido como um substituto para a "racionalidade" e são atribuídas às mulheres características morais diferenciadas em relação aos homens, o que,



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

er internalizado como um mecanismo de compensação
zado.

Pensando nisso, podemos observar que existem deslocamentos nas práticas e nas significações de algumas relações sociais que buscam acomodar novos sentidos às relações de gênero e aos estereótipos ligados a elas que configuram formas de resistências às situações existentes na realidade social.

O grande número de mulheres [e meninas] nem aceita, nem rejeita totalmente os imperativos da "feminilidade". Preferencialmente, a maioria das mulheres opta (consciente tanto quanto inconscientemente) por tentativas cotidianas de resistir à degradação psicológica e à baixa auto-estima que resultaria da aplicação exclusiva e total das ideologias correntes de feminilidade enquanto submissão, dependência, domesticidade e passividade (ANYON, 1990 *apud* MONTENEGRO, 2003, 495).

Resistir, nesse caso, aparece intimamente relacionado com a adaptação de um tipo de "feminilidade" a objetivos de valorização em detrimento da inferiorização das características consideradas "femininas". Partindo disso, é possível questionar a passividade atribuída às mulheres mesmo quando consideramos seu enquadramento nas expectativas sociais que são construídas em torno do papel da mulher. As mulheres, ao deslocarem o "valor" dado aquilo que é considerado como sua natureza, tem uma participação ativa no processo de significação e na dinâmica de aceitação de certos padrões e valores (MONTENEGRO, 2003).

A exaltação de elementos considerados como constitutivos da "natureza feminina" está presente também em processos que podemos definir como de "empoderamento simbólico" das mulheres, através da valorização atribuída ao poder conferido pela maternidade como o alcance de outro patamar das relações de afetividades humanas; ou ao poder de sedução "próprio" da mulher e dos encantos e beleza de seu corpo; ou ainda à ideia de que, nas relações com os homens, as mulheres "permitem que eles pensem que mandam" quando, na verdade, o que ocorre é o oposto.



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.
[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Montenegro (2003), observar que não, necessariamente, s nas relações de gênero, o poder social extraído do mundo da casa não implica em afirmar que esses processos de empoderamento simbólico internalizados por algumas mulheres levam à modificação do status social hierarquizado entre mulheres e homens.

James Scott em seu livro *Domination and the arts of resistance* (1990) analisa o comportamento dos grupos subordinados e procura indícios que apontem quais as razões que impedem de se revoltarem contra os grupos e regras que lhe são impostos. Segundo a perspectiva adotada por Scott, como outras aqui já enunciadas, sistemas de dominação pressupõem resistências que podem ser manifestadas sob a forma de subculturas ou de discursos ocultos (*hidden transcripts*) em que os grupos subordinados constroem suas próprias versões da dominação a que estão sujeitos.

Partindo dessa perspectiva, a dinâmica entre dominantes e dominados é analisada por Scott (1990) com base na adoção, pelos grupos subordinados, de estratégias que subvertam, ao menos em alguns momentos específicos, a hierarquização presente nas relações de dominação e a aceitação completa pressuposta pelos dominantes. Essas manifestações dos discursos ocultos podem se dar através de técnicas que buscam, ao tornar pública a resistência ideológica que a constitui, disfarçar seu conteúdo efetivamente contestador de forma que aqueles que os enunciam estejam livres de qualquer retaliação por parte dos grupos que os subordinam.

Segundo Scott (1990), essas técnicas de disfarce podem ser elementares, como o anonimato; a utilização de eufemismos e as reclamações sob a forma de resmungos ou, então, podem ser técnicas mais elaboradas, como elementos presentes na cultura oral de determinados grupos; ou nos contos folclóricos; ou mesmo nos momentos de festas (*carnival*)



PDF Complete
Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

s dominantes diminui e os comportamentos estão menos

Dessa forma, em situações sociais em que estão presentes relações de dominação, os grupos subordinados adotam formas cotidianas de resistência que, normalmente, são manifestadas sob a forma de discursos ocultos em que a segurança daqueles que se pronunciam é mantida pela publicização velada de certos discursos contrários aos padrões de comportamentos aceitos socialmente. Os grupos subordinados, segundo Scott (1990), possuem noção de que existe uma relação assimétrica entre eles e aqueles que os sujeitam, mas optam por ações estratégicas de resistência que não resultem em retaliações graves ou que dificultem suas condições de subsistência, por exemplo.

Com base nisso, vários comportamentos de resistência cotidiana podem ser observados nas relações entre mulheres e homens, entretanto, grande parte das mulheres opta por não questionar abertamente uma série de questões para evitar problemas maiores mesmo que em algumas situações sociais, onde estejam presentes outras mulheres, por exemplo, elas se permitam falar abertamente sobre os problemas que enfrentam em suas relações de maternidade ou conjugalidade, por exemplo.

Perceber os processos de continuidade e mudança como movimentos de retomada e redefinição de determinados limites ou expansões possibilita o questionamento dos elementos de compreensão que permeiam as relações que tecemos com os demais e nossas percepções sobre essas relações. A desconstrução passa por dois processos diferentes: um é o questionamento e a desnaturalização da estrutura de valores que ordena as relações entre os sujeitos e o outro é a incitação da mudança dentro das instituições formais como a escola, igreja, família, partidos políticos, instâncias deliberativas, entre outros. Inserir novos elementos em campos excludentes, onde predomina uma determinada organização



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

e estruturas que legitimam a existência e atuação dessa
nas instâncias representativas não garante, como foi
ressaltado, que as mulheres sejam representadas efetivamente, mas é um processo de
reconfiguração das relações e estereótipos de gênero no campo político. Incluir é um passo
inicial para a mudança da dinâmica de significação social.

Devemos defender a causa da ordem e não tolerar de nenhuma maneira que a mulher nos ensine lições. Devem ser mulheres e não andar livremente. Devem ser servidoras. Sófocles

2.1. Sub-representação política: hierarquização de gênero e capital simbólico

A sub-representação feminina não é um tema novo quando tratamos dos problemas concernentes ao cenário político brasileiro. Nas eleições de 2006, o número de mulheres eleitas correspondeu às tendências observadas em eleições anteriores. Foram eleitas, segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 176 mulheres para os cargos em disputa. Esse número representa 7% do total de candidaturas de mulheres (2.498 candidatas). Tivemos 2 candidatas à presidência da República, 26 aos governos dos Estados, 35 ao Senado, 652 à Câmara dos deputados e 1.783 às Assembleias Legislativas e Câmaras Legislativas. Dessas, foram eleitas: 3 governadoras, 4 senadoras, 46 deputadas federais e 123 deputadas estaduais e distritais. Esses números indicam claramente a insuficiência de representantes do sexo feminino nas instâncias decisórias brasileiras.

Tabela 01 – Eleições de 2006 – Cargos por número de eleitas e candidatas do sexo feminino.

| Eleições 2006 – Número de candidatas e eleitas | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------------------------|-----------------|-----|------------------|------|----------------|------|----------------------|-----|-----------------------|-----|-------|-----|
| Cargos | Governo federal | | Governo estadual | | Senado Federal | | Câmara dos Deputados | | Assembleias e Câmaras | | Total | |
| | N.A. | % | N.A. | % | N.A. | % | N.A. | % | N.A. | % | N.A. | % |
| Candidatas | 2 | 100 | 26 | 100 | 35 | 100 | 652 | 100 | 1783 | 100 | 2498 | 100 |
| Eleitas | 0 | 0 | 3 | 11,5 | 4 | 11,4 | 46 | 7 | 123 | 6,8 | 176 | 7 |

Fonte: Elaboração a partir dos dados do TSE/CFEMEA, disponíveis em www.cfemea.org.br

A sub-representação política das mulheres é um fenômeno constante. Apesar de apresentar algumas variações que podem ser observadas através das clivagens de partidos,

Para a tabela 02, a dinâmica de perpetuação da baixa
pequeno número de eleitas é um problema que merece ser
observado de forma sistemática. Em números percentuais a sub-representação feminina torna-
se mais visível. As mulheres são 11% dos governantes estaduais; 14,8% da bancada renovada
do Senado Federal; 8% da Câmara dos Deputados; e 11,6% das Assembléias Legislativas e
Câmara Legislativa.

Tabela 02. Número de eleitas/os por partido político nas eleições de 2006 - Câmara dos Deputados.

| ELEIÇÕES 2006 - BRASIL | | | | | |
|---------------------------------------------------------|-----------------|-----------|---------------|-----------|--------------|
| Câmara dos Deputados ó eleitas/os ó partido/sexo | | | | | |
| Partidos Políticos | Mulheres | | Homens | | Total |
| | N. A. | % | N. A. | % | |
| PAN | 0 | 0 | 1 | 100 | 1 |
| PC do B | 5 | 38 | 8 | 61 | 13 |
| PCB | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PCO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PDT | 1 | 4 | 23 | 96 | 24 |
| PFL | 5 | 8 | 60 | 92 | 65 |
| PHS | 0 | 0 | 2 | 100 | 2 |
| PL | 1 | 4 | 22 | 95 | 23 |
| PMDB | 9 | 10 | 80 | 90 | 89 |
| PMN | 0 | 0 | 3 | 100 | 3 |
| PP | 4 | 10 | 37 | 90 | 41 |
| PPS | 2 | 9 | 20 | 91 | 22 |
| PRB | 0 | 0 | 1 | 100 | 1 |
| PRONA | 1 | 50 | 1 | 50 | 2 |
| PRP | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PRTB | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PSB | 6 | 22 | 21 | 78 | 27 |
| PSC | 0 | 0 | 9 | 100 | 9 |
| PSDB | 3 | 4 | 63 | 95 | 66 |
| PSDC | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PSL | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PSOL | 1 | 33 | 2 | 67 | 3 |
| PSTU | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PT | 7 | 8 | 76 | 91 | 83 |
| PT do B | 0 | 0 | 1 | 100 | 1 |
| PTB | 0 | 0 | 22 | 100 | 22 |
| PTC | 1 | 33 | 2 | 67 | 3 |
| PTN | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

¹³ RODRIGUES, Almira. *Eleições de 2006 no Brasil: a difícil conquista de mandatos eletivos por Mulheres*. CFEMEA, nov. 2006.

| | | | |
|----------|------------|-----------|------------|
| 0 | 13 | 100 | 13 |
| 9 | 467 | 91 | 513 |

/CFEMEA, disponíveis em www.cfemea.org.br

De acordo com a tabela 02, é possível observar quantas mulheres e homens foram eleitos em 2006 para a Câmara dos Deputados em cada partido político. Observa-se que os partidos com o maior percentual de mulheres eleitas são o PC do B em que são mulheres 38% das/os eleitas/os e o PRONA em que 50% das/os eleitas/os são mulheres. Entretanto é possível observar que, em números absolutos, as bancadas eleitas dos dois partidos são pequenas em relação aos outros partidos. As/os eleitas/os do PC do B e do PRONA são, respectivamente, 13 parlamentares e 2 parlamentares. As maiores bancadas eleitas em 2006 para a Câmara dos Deputados são dos partidos PMDB, PT, PSDB e PFL. O PMDB teve 89 eleitas/os, em que apenas 10% (9 eleitas) são mulheres; o PT elegeu 83 parlamentares e 8% (7 eleitas) são mulheres; o PSDB elegeu 66 parlamentares e apenas 4% (3 eleitas) são mulheres e, finalmente, o PFL elegeu 65 parlamentares e deles 7% (5 eleitas) são mulheres.

Tabela 03 ó Número de eleitas/os e candidatas/os nas eleições 1994, 1998, 2002 e 2006 ó Câmara dos Deputados.

| ANO DA ELEIÇÃO | Candidatos/as | | | | Eleitos/as | | | |
|----------------|---------------|---------|--------------|---------|------------|---------|--------------|--------|
| | Nº. homens | (%) | Nº. mulheres | (%) | Nº. homens | (%) | Nº. mulheres | (%) |
| 1994 | 2.822 | (93,85) | 185 | (6,15) | 481 | (93,76) | 32 | (6,24) |
| 1998* | 3.009 | (89,63) | 348 | (10,37) | 484 | (94,35) | 29 | (5,65) |
| 2002 | 3.909 | (88,48) | 509 | (11,52) | 471 | (91,81) | 42 | (8,19) |
| 2006 | 4.499 | (87,34) | 652 | (12,66) | 468 | (91,23) | 45 | (8,77) |

Fonte: Elaboração a partir dos dados do TSE/CFEMEA, disponíveis em www.cfemea.org.br

*1998: ano de adoção das cotas por sexo nas candidaturas proporcionais.

Considerando as eleições de 1994 até 2006 é possível observar que o número de candidaturas femininas aumentou, embora de forma tímida. O maior crescimento aconteceu entre 1994 e 1998 e após este ano, o aumento no número de candidaturas femininas não

utos, o aumento parece mais expressivo, entretanto é diminuição percentual das candidaturas masculinas, o número absoluto de homens candidatos também aumentou.

O número de mulheres eleitas também teve um aumento pouco expressivo, tendo inclusive uma inflexão de crescimento em 1998, ano de implantação das cotas nos partidos, neste ano mais mulheres foram candidatas, entretanto menos mulheres foram eleitas. Partindo disso, é possível observar, de forma geral, limitações da política de cotas para mulheres nos partidos políticos, no modelo adotado no Brasil. A política de cotas não garante, em primeiro lugar, que o crescimento do número de eleitas acompanhe necessariamente o crescimento no número de candidaturas de mulheres e que, em função dos termos legais em que a política de cotas vigora, não há uma efetiva substituição de homens por mulheres considerando que os números absolutos de candidaturas e eleição de mulheres e homens vêm crescendo.

Tabela 04. Eleições de 2006 ó candidatas/os e eleitas/os em 1º e 2º turno.

| Número de eleitos/as | Homens candidatos | Mulheres candidatas | Homens eleitos | Mulheres eleitas | Total de Candidatos | Total de Eleitos |
|-----------------------------|--------------------------|----------------------------|-----------------------|-------------------------|----------------------------|-------------------------|
| CARGOS | | | | | | |
| Câmara dos Deputados | 4987 | 723 | 468 | 45 | 5710 | 513 |
| Governadoras/es | 185 | 25 | 24 | 3 | 210 | 27 |
| Presidenta/e | 6 | 2 | 1 | 0 | 8 | 1 |
| Deputadas/os distritais | 565 | 168 | 21 | 3 | 733 | 24 |
| Deputadas/os estaduais | 11477 | 1797 | 916 | 119 | 13274 | 1035 |
| Senadoras / es | 207 | 41 | 23 | 4 | 248 | 27 |
| Total | 17427 | 2756 | 1445 | 171 | 20183 | 1616 |

Fonte: Elaboração a partir dos dados do TSE, disponíveis em www.tse.gov.br.

Muitas razões são apontadas como potenciais explicações para a sub-representação política das mulheres. A maioria delas está relacionada às estruturas familiares que moldam a vida privada dos sujeitos e às estruturas institucionais que regulam o campo político. Avelar

icações que pode ser considerado na análise da baixa participação e uma forma mais geral.

A primeira razão apontada por Avelar (2001) para explicar a baixa participação feminina está relacionada aos processos de socialização aos quais são submetidos mulheres e homens ao longo da vida no âmbito de diversas instituições: escola, família, igreja, trabalho, entre outros. É possível perceber que existem diferentes mecanismos de socialização entre meninas e meninos e que esses processos de aprendizagem estão diretamente ligados à diferenciação de papéis masculinos e femininos. Adotando uma perspectiva semelhante à de Bourdieu (2002), para Avelar (2001), as crianças internalizam regras e valores que exercem influência sobre a constituição de suas preferências futuras.

Dessa forma, valores diferenciados de uma "cultura feminina" e de uma "cultura masculina" influenciam as escolhas futuras dos sujeitos em função da incorporação de determinadas percepções referenciadas na diferença entre mulheres e homens. Meninas reproduzem em suas brincadeiras os papéis e as características que, em suas percepções, definem uma mulher em determinada situação, assim como ocorre com os meninos em relação às posturas e preferências esperadas dos homens. Com base nisso, as crianças incorporam uma visão de mundo que lhes é transmitida ao longo da vivência com os adultos, baseada em divisões artificiais entre o "feminino" e o "masculino" e que acaba por lhes constituir enquanto sujeitos de ação e pensamento. Nesse sentido, como foi discutido no Capítulo I, as instituições que mediam a construção das percepções dos sujeitos exercem papéis fundamentais na identificação, diferenciação e significação dos lugares oferecidos a mulheres e homens na estrutura social desde a infância.

A política, ou no sentido mais amplo, o público, o mundo do trabalho fora de casa, aparecem ligados à figura masculina, o que prejudica a possibilidade de que meninas se vejam

percepção como impróprios para suas características como um campo racional, livre de paixões e inadequado para a emotividade e sensibilidade do mundo privado, do mundo da família e da casa e, logo, do mundo das mulheres (AVELAR, 2001). Mais do que a construção de divisões entre o mundo público e o privado e as associações feitas com os universos "masculinos" e "femininos" respectivamente, a atribuição de significados diferentes a essa divisão está carregada, nos termos de Bourdieu (2002), de processos de valorização e hierarquização, como já expostos no primeiro capítulo.

Além da socialização e valores diferenciados, as mulheres estão sujeitas a diferentes ciclos de vida diretamente influenciados pelos padrões de matrimônio e maternidade vigentes em determinado momento histórico. Apesar da superação de certos obstáculos e do atendimento de certas demandas dos movimentos de mulheres, a grande maioria das mulheres tem sua autonomia cerceada em função de sua situação conjugal e da maternidade. O casamento, em sua acepção tradicional, traz em si uma série de "obrigações domésticas" para a mulher que aumentam o seu rol de responsabilidades e demandam mais de seu tempo e esforço, em função da internalização, por parte dessas mulheres, de que seu papel social está ligado ao desempenho (e bom desempenho) dessas tarefas.

Além da divisão sexual das tarefas que relega à mulher a responsabilidade pela gestão dos assuntos domésticos, mesmo quando ela exerce alguma atividade fora de casa, constituindo o que é chamado de dupla jornada, as mulheres ainda têm sua possibilidade de ação limitada pela maternidade e pela participação maior na criação e cuidado com os filhos. Enquanto a paternidade e a situação conjugal dos homens não afeta substancialmente o estilo de vida adotado por eles, quando a questão é quem detém mais autonomia para se ausentar da casa para exercer alguma atividade, a preferência, na grande maioria das vezes, é masculina.

mulheres fora do âmbito privado ficam cada vez mais restritas a se dedicar a atividades na esfera pública em função das restrições a que estão sujeitas pela responsabilidade unilateral pelas tarefas domésticas e de cuidados dos filhos. Dessa forma, a construção social das vocações, nos termos de Bourdieu (2002), a divisão entre o espaço público e privado e a conseqüente hierarquização entre os dois, além da internalização dos lugares, posturas e percepções relacionados aos *habitus* adotados por essas mulheres limitam e obstaculizam sua ação social, política e econômica.

Outro elemento limitador da ação política das mulheres está relacionado aos tipos de família e às estruturas familiares predominantes nas sociedades, que, enquanto instituições, orientam e significam as relações sociais travadas entre os sujeitos. O grau de tradicionalismo existente nas relações familiares torna mais ou menos rígidos os padrões de divisão entre as tarefas domésticas. Famílias mais tradicionais reforçam as obrigações femininas de dona de casa diante do cuidado com a família, diminuindo o campo de restrições impostas à ação masculina. Com alguém que assume a responsabilidade pela casa e pelo cuidado dos filhos, fica mais fácil para os homens se dedicarem exclusivamente e de forma integral a atividades fora do âmbito doméstico.

Avelar (2001) ressalta ainda explicações de caráter estrutural para a baixa participação feminina, como o acesso diferenciado aos recursos econômicos e sociais entre mulheres e homens. Como o acesso a determinados recursos define qual a posição que um sujeito ocupa no espaço social e as mulheres, historicamente, possuem um acesso mais restrito, as posições ocupadas pelas mulheres no espaço social lhes conferem menos possibilidades de acesso a determinados recursos de reconhecimento na esfera pública. Grau de escolaridade, *status* na profissão, posição socioeconômica e status na rede de relações sociais e pessoais são recursos relevantes para que os sujeitos sejam reconhecidos socialmente e, conseqüentemente, tenham

ção secundária ocupada pelas mulheres nas famílias, na
u pais, no local de trabalho e na distribuição de renda

influencia fortemente as possibilidades de ação das mulheres fora do âmbito privado¹⁴.

Outra limitação estrutural de acesso das mulheres à esfera pública está ligada às estruturas que configuram o Estado e as formas com que as regras institucionais moldam e limitam as práticas políticas e sociais¹⁵. Segundo Avelar (2001), é necessário observar de que forma os mecanismos formais da democracia representativa, por exemplo, impactam a representação das mulheres. Historicamente, as regras da representação política e social estão relacionadas a valores, percepções e normas que permeiam a sociedade, seus atributos e suas clivagens sociais.

Dessa forma, gênero, raça e classe, por exemplo, como clivagens que definem grupos marginalizados, caracterizam, na representação política e social, segmentos desprivilegiados ou, ainda, não são percebidos enquanto atores ou clivagens relevantes na configuração social. Além das estruturas que moldam o campo da política, segundo Avelar (2001), os tipos de regimes políticos que vigoram nas sociedades têm peso sobre a participação e o grau de liberdade dos sujeitos. Graus de democracia e de autoritarismo influenciam uma maior ou menor participação dos sujeitos na política, e em especial das mulheres. Os níveis de tradicionalismo e religiosidade das sociedades também influenciam a participação feminina no âmbito do público. Regras religiosas e culturais mais rígidas tendem a não incentivar a ação feminina fora do âmbito da família e buscam conservar configurações familiares e de poder tradicionais e androcêntricas (AVELAR, 2001).

¹⁴ É importante perceber que a posição inferior ocupada pelas mulheres está associada diretamente à divisão sexual das tarefas. Dessa forma, profissões definidas como femininas são menos valorizadas socialmente, possuem salários menores, não existe equidade de gênero no mercado de trabalho, as mulheres têm renda menor que os homens e nas relações sociais as opiniões das mulheres são estigmatizadas como ingênuas, emocionais, entre outros, o que confere às mulheres a posição de coadjuvantes nas decisões familiares e nas redes de relações pessoais.

¹⁵ Nesse sentido, no Capítulo III, serão discutidas as propostas de Clara Araújo (2005) sobre os limites do sistema político e partidário à ação de mulheres na esfera política legislativa e partidária.

análise da ação feminina e de suas restrições está ligado à análise também ressaltada por Avelar (2001) sobre os tipos de capitais acumulados pelos sujeitos. De forma mais geral, o capital simbólico pode ser entendido como o reconhecimento dado pelos agentes de cada campo a outro agente do campo que garante o acesso a conhecimento e contatos sociais, a tarefas socialmente valorizadas e habilidades que possibilitam aos sujeitos competir uns com os outros nos diferentes campos da sociedade (BOURDIEU, 1989; AVELAR, 2001). O capital simbólico aparece assim como um elemento essencial na luta pelos recursos indispensáveis na disputa pela distribuição do poder. Como as mulheres ocupam uma posição ligada ao âmbito privado, o capital simbólico conferido a elas está ligado essencialmente ao campo das relações familiares e afetivas e não ao âmbito das relações políticas e sociais da esfera pública.

De forma mais geral, as razões descritas acima exercem uma forte influência no acúmulo de capitais pelas mulheres. E, dessa forma, a falta de capital político, econômico, cultural e social define o leque de possibilidades para a ação das mulheres em determinados campos do espaço social. A sub-representação feminina está ligada intrinsecamente à posição social e simbólica ocupada pelas mulheres na sociedade, que não as habilita a participar da política por não possuírem os capitais adequados à ação política.

Na teoria dos campos de Bourdieu (1997), o espaço social é descrito como um campo de forças e de lutas em que os agentes se enfrentam utilizando meios diferentes e buscando fins diferentes, sejam eles a conservação ou a transformação do campo, conforme a posição que ocupam na configuração de forças. Bourdieu (1997) define ainda o campo do poder como um campo diferente do campo da política, como o:

o(...) espaço das relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão; isto é, especialmente quando os

interior do campo entre as instâncias especificamente campo de poder são ameaçados (BOURDIEU, 1997, 52).

O Estado seria, assim, o resultado da concentração de diferentes tipos de capital, capital de coerção, econômico, cultural, simbólico e sua construção estaria intimamente ligada à construção do campo do poder como o espaço no qual os detentores de algum tipo de capital se enfrentam pela poder sobre o Estado e sobre o capital estatal que assegura o poder sobre todos os demais capitais e sobre seus mecanismos de reprodução (BOURDIEU, 1997). Considerando isso, o capital simbólico seria, de forma mais ampla, a forma que qualquer tipo de capital assume quando é percebido pelos sujeitos com base no habitus inscrito nas estruturas de reprodução e distribuição dos capitais.

O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural e social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor. Mais precisamente, é a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através das categorias de percepção, produtos da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura de distribuição desse tipo de capital. Segue-se que o Estado, que dispõe de meios para impor e de inculcar princípios duráveis de visão e divisão de acordo com suas próprias estruturas, é o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico (BOURDIEU, 1997, 107-108).

Um campo, na acepção de Bourdieu (LAHIRE, 2002), pode ser entendido como um microcosmo incluído em um macrocosmo formado pelo espaço social. Cada campo possui regras específicas diferentes das regras dos demais campos e por isso são entendidos como sistemas ou espaços estruturados de posições. O campo pode ser descrito como o espaço de lutas entre seus diferentes agentes que ocupam suas diversas posições em torno da apropriação de um capital específico de cada campo ou pela redefinição desse capital

campo político, os agentes lutam pelo acesso ao capital
transformação¹⁶.

Os campos que compõem a organização social, para Bourdieu (1989), são autônomos por possuírem padrões de hierarquia e de estruturação próprios que os diferenciam, embora não tenham fronteiras definidas entre eles. O campo político, por exemplo, possui regras estruturantes que limitam a entrada e a ação dos membros externos a ele, ao mesmo tempo em que influenciam a ação interna a ele. A ação interna ao campo realizada por seus membros relaciona-se com o capital simbólico que os agentes detêm e que emerge como fruto do reconhecimento dos pares em relação a um elemento do campo. O capital político de um parlamentar, por exemplo, é dado pelo reconhecimento que os demais atribuem a esse parlamentar e relaciona-se com noções de respeitabilidade e legitimidade¹⁷. No campo político, apenas aqueles que detêm capital político são capazes de gerar efeitos sobre ele deslocando ou influenciando o cenário político.

Com base nisso, é possível afirmar que os campos definem regras e estruturas que visam restringir a entrada de discursos e elementos vistos como ilegítimos, em função dos processos de reconhecimento e atribuição de legitimidade pelos demais integrantes do grupo. Sendo assim, é possível questionar a idéia de igualdade de condições e acesso às instâncias decisórias tendo como base a existência de mecanismos de exclusão no campo político que, através de regras discursivas e da concentração de capital em determinados indivíduos que respondem aos padrões estruturantes do campo, limitam a possibilidade de que elementos externos entrem no campo político e tenham capacidade de ação.

¹⁶ Cada campo possui um tipo específico de capital que está desigualmente distribuído entre as relações de força que constituem o campo e a distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo com base na configuração formada entre as forças dos agentes e instituições presentes nos diferentes campos. A cada campo corresponde também um habitus específico que limita a participar do jogo de cada campo aqueles que incorporaram o habitus e os esquemas de percepção que os habilitam a entender a importância do jogo e a importância em garantir a existência do campo (LAHIRE, 2002).

¹⁷ O reconhecimento oriundo das relações políticas pode não referir-se, no caso de um político, à quantidade de votos que recebeu nas eleições e, sim, à sua capacidade de mobilizar recursos e agir dentro do campo político.



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.
[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

por Bourdieu (1989) a impermeabilidade do campo e sim, deve ser vista como resultado de uma forma específica de organização. Dessa forma, a ausência de mulheres não seria fruto de sua pouca competência ou desinteresse, e sim, teria que ser entendida como fenômeno relacionado à internalização pelos indivíduos de sua incapacidade de agir efetivamente no campo político. A exclusão se daria em função da concentração dos recursos de compreensão entre os elementos pertencentes a um determinado grupo em detrimento dos elementos exteriores aos diferentes campos sociais, vistos como profanos.

Entendendo a esfera legislativa como parte do campo político, a entrada de mulheres é afetada pela existência de inúmeros padrões estruturantes com base em características masculinas que limitam a entrada desse grupo ou, mesmo após sua entrada, limitam sua ação dentro do campo em função do pouco capital simbólico que possuem. Ações afirmativas como cotas seriam um passo para 'forçar' a expansão dos limites do campo e pressionar para que novos padrões de estruturação surjam dentro do campo político e que, conseqüentemente, ocorra uma redistribuição do capital político entre esses membros.

2.2. Inclusão e presença feminina: principais argumentos e justificativas

Partindo disso, pretendemos analisar a questão da representação política feminina como um elemento importante para a compreensão dos processos de exclusão/inclusão nas democracias representativas contemporâneas. O pressuposto básico e inicial se funda na idéia de que a ampliação da *representação feita por mulheres* é um fator que deve ser considerado relevante para o incremento da representatividade política. Para isso, apresentaremos alguns eixos explicativos das justificativas levantadas em defesa da presença das mulheres nas instâncias decisórias e, em seguida, explicitaremos a perspectiva conceitual que orienta a



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

partidos políticos e os limites existentes ao acesso de

A defesa do aumento do número de mulheres na esfera política aparece ligada a três argumentos centrais (MIGUEL, 2001): 1. crença de que existem diferenças morais entre homens e mulheres; 2. necessidade de defesa de diferentes interesses ligados às mulheres; 3. existência de diferenças estruturais ligadas à questão de gênero.

2.1. A especificidade feminina ou o que as mulheres trazem para a política?

O primeiro argumento se baseia na idéia de que existe uma especificidade feminina ligada à maternidade que as capacitaria a exercer papéis de cuidado de forma mais efetiva que os homens. O fato de serem ou poderem ser mães tornaria as mulheres mais sensíveis a determinadas questões e, dessa forma, elas estariam habilitadas a praticar uma política do desvelo ou política do cuidado responsável por trazer valores de solidariedade e sensibilidade para a esfera pública capazes de abrandar a agressividade da política desenvolvida pelos homens (MIGUEL, 2001).

As discussões sobre a política do cuidado e as ideologias maternalistas estão intimamente relacionadas à dedicação majoritária das mulheres a atividades na esfera pública que requerem habilidades e funções próprias do âmbito privado. Perceber as atividades desenvolvidas pelas mulheres como ligadas ao cuidado, quer seja na esfera privada, quer seja na pública, tem uma estreita relação com as características socialmente estimuladas como femininas.

Partindo disso, a política do cuidado pode ser entendida através de duas perspectivas divergentes, segundo Montenegro (2003). Na primeira, a dedicação das mulheres a atividades de cuidado é entendida como uma forma de manter e perpetuar a posição de inferioridade

, tendo em vista a desvalorização permeada no corpo femininas e não racionais. Essa posição implicaria em menos poder, autonomia, capacidade e credibilidade ao conjunto de mulheres envolvidas com atividades desvalorizadas socialmente ligadas às profissões de cuidado como professoras, enfermeiras, assistentes sociais, entre outras.

Sob outra perspectiva a presença de mais mulheres em profissões ligadas a transposição da divisão sexual das tarefas para o âmbito público seria um mecanismo adotado pelas mulheres para sentirem-se aceitas e incluídas no mundo social. A busca por profissões propriamente femininas possibilitaria às mulheres obter realizações profissionais através de vocações consideradas "inatas". Dessa forma, as mulheres substituiriam os interesses egoístas e racionais pertencentes ao mundo das profissões masculinas por profissões ligadas ao cuidado. Esse mecanismo de compensação está ligado ao entendimento dessa escolha como resultado da diferença no desenvolvimento moral de mulheres e homens (MONTENEGRO, 2003). Dessa forma, a dedicação a atividades de cuidado seria resultado do altruísmo, bondade e sensibilidade próprios da "natureza feminina".

Essas formas de resistência, como ressaltado no primeiro capítulo, seriam mecanismos estratégicos necessários para garantir o trânsito dos sujeitos no espaço social. Com base nisso, as mulheres buscariam transpor a sub-valorização das características consideradas femininas para a valorização do diferencial que as mulheres carregariam em si apenas pelo fato de terem nascido mulheres.

õ(...) o grande número de mulheres (e meninas) nem aceita, nem rejeita totalmente os imperativos da "feminilidade". Preferencialmente, a maioria das mulheres opta (consciente tanto quanto inconscientemente) por tentativas cotidianas de resistir à degradação psicológica e à baixa auto-estima que resultaria da aplicação exclusiva e total das ideologias correntes de feminilidade enquanto submissão, dependência, domesticidade e passividade (ANYON, Jean, 1990, apud Montenegro, 2003).

que socialmente construída e reproduzida é adaptada a
mulheres valorizar socialmente aquilo que as definiria
enquanto sujeitos como a maternidade, a capacidade de perdoar, o equilíbrio para manter as
famílias, a educação e o exemplo moral que devem ensinar aos filhos, entre outros. Seguindo
essa mesma perspectiva, a arma considerada essencialmente feminina e estimulada
socialmente por mulheres e homens estaria ligada ao corpo feminino.

A força da mulher viria, ou do mundo da casa através do cuidado com os outros, ou de
seu poder de sedução através do corpo, através da possibilidade de conseguir suas aspirações
através da beleza e encantos ou através do poder concedido às mulheres através do corpo
grávido ou do corpo capaz de parir. Esse entendimento, segundo Montenegro (2003), tira as
mulheres da posição de passividade e submissão de algumas análises e as coloca como parte
de uma negociação ativa e nem sempre explícita na aceitação de certos padrões e de certas
percepções sobre suas habilidades, seu corpo e sobre aquilo que acreditam que as fazem "ser
mulher"

Além dos problemas ligados à construção de uma "identidade feminina" baseada na
maternidade e em comportamentos mais sensíveis e mais "elevados moralmente", as
experiências femininas na política, como argumentado por Miguel (2001), nem sempre
corroboram essa visão "maternal" das mulheres. A análise da atuação parlamentar feminina
pode ser usada, à primeira vista, como elemento de comprovação desse caráter de "cuidado"
da ação feminina ao ficar evidenciada a prevalência de mulheres nas áreas ligadas a questões
sociais, infância, família, entre outras. No entanto, segundo Miguel (2001), a predominância
de mulheres nessas áreas deve ser problematizada levando em consideração os limites
institucionais das escolhas das parlamentares. Normalmente, o que ocorre é que essas áreas
são as únicas em que elas podem atuar, tornam-se "áreas femininas" com base na transferência

sexual das tarefas e, conseqüentemente, de seus esquemas para política e a atuação legislativa das parlamentares.

2.2.2. *Mulheres enquanto representantes dos interesses das mulheres*

Outro argumento usado para justificar a necessidade de mais mulheres seria a idéia de que apenas as mulheres seriam as melhores representantes de seus interesses. O que se coloca em questão nesse ponto específico é a idéia liberal de representação como reflexo de opinião, preferência e crenças dos representados. Seria a substituição de uma política de idéias por uma política de presença¹⁹, segundo a perspectiva defendida por Phillips (2001). A qualidade da representação estaria relacionada, na política de idéias, não com suas características descritivas, segundo a conceituação de Pitkin (1985), e sim com sua capacidade de agir no interesse dos representados, de forma responsiva a eles (PITKIN, 1985). Para Pitkin (1985), o mais importante seria o que representantes fazem e não quem eles são ou quais características possuem.

No entanto, a seguir, vamos nos ater a justificativas específicas ligadas diretamente ao último argumento: a crença de que existem diferenças estruturais referentes à questão de gênero que precisam ser incluídas nas esferas de poder. O foco no último argumento se deve, basicamente, à opção teórica que explicitamos na discussão anterior que rejeita as premissas contidas nessas explicações em função do essencialismo contido na primeira e da perspectiva liberal de concepção dos interesses contida na segunda. Dessa forma, as diferenças estruturais permeadas pela questão de gênero são abordadas como a existência de perspectivas diferentes em função do gênero e da injustiça a que as mulheres estão sujeitas exatamente por serem mulheres.

¹⁸ As atividades parlamentares mais valorizadas estão ligadas a assuntos conhecidos como pertencentes à *hard politics* dominados, em sua maioria, por homens.

¹⁹ A política de presença refere-se também a outros setores da sociedade e outras divisões sociais como raça e classe e não apenas gênero.

Para Anne Phillips (2001), a discussão entre *“quem”* e *“o que”* é representado se torna importante quando deixamos de perceber a *diferença* como diferença de opiniões e preferências e passamos a considerá-la como diferença de experiências e identidades. A idéia aqui é que se torna difícil representar uma experiência que não tenha convergências em relação àquelas que o indivíduo possui. Faz-se necessário considerar a impossibilidade de uma atuação imparcial e neutra dos agentes políticos em nome de setores ausentes das esferas deliberativas. A questão colocada é a de que homens não poderiam, por mais bem intencionados que fossem, representar *“interesses femininos”* de forma *“representativa”* porque partiriam de pressupostos diferentes dos que existem na concepção feminina.

A idéia de Phillips (2001) é que uma representação justa precisaria combinar uma política de idéias a uma política de presença, considerando que os sujeitos pertencem a diversos grupos e a constituição de suas identidades é influenciada por essas diferentes experiências, mostrando a impossibilidade de reduzir os sujeitos a um só grupo de características. Para ela, não é possível pensar em idéias de forma totalmente separada das pessoas que as enunciam, por isso, e para garantir mecanismos de prestação de contas dos representantes baseados em seus programas e nas idéias que defendem, não é possível colocar essas duas dimensões da representação em campos excludentes. Os mecanismos de presença e idéias aparecem como complementares: presença para garantir que diferentes experiências estivessem presentes e idéias para garantir aos representados mecanismos de controle dos representantes.

O problema que deve ser considerado aqui diz respeito aos perigos de nossa interpretação se apoiar em noções essencialistas do que seriam os interesses femininos. A idéia de Simone de Beauvoir de que *“não se nasce mulher, torna-se mulher”*, utilizada por

o feminismo sobre a necessidade de *desnaturalização do* (2004), o dilema estrutural do feminismo passa por articular a luta política contra a dominação masculina e, ao mesmo tempo, não existir enquanto feminismo de forma abstrata mesmo referindo-se às mulheres de uma forma geral, porque refere-se às mulheres em contextos políticos, culturais e sociais específicos. Dessa forma, não seria possível falar de mulheres e de seus interesses sem considerar que existem variações nos elementos sociais de constituição de diferentes mulheres. A ideologia feminista, para ela, busca construir uma nova subjetividade feminina e masculina, revelando as nuances das relações de poder existentes nas relações entre homens e mulheres sob a forma de violência simbólica, descrita por Bourdieu (1989), como a internalização inconsciente do discurso do dominador pelo dominado que acaba se tornando cúmplice da dominação a que está sujeito.

A categoria "mulheres" surge não como uma categoria universal porque mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais específicos. Com base nisso, a perspectiva de análise feminista deve considerar a experiência compartilhada como instrumento de conhecimento que não pode ser apropriado pelo "outro". Para Sarti (2004), é preciso contextualizar as perspectivas femininas, no sentido de escutar as explicações do outro sobre o mundo social ao qual pertence. Para ela: *Contextualizar é adentrar o outro, confrontar-se com seu ponto de vista. Pressupõe o reconhecimento do seu discurso como um saber, o que põe em questão as nossas formas de saber, relativizando-as* (SARTI, 2004, 47).

Nesse sentido, consideraremos uma perspectiva convergente baseada na análise feita por Young (2000) sobre a noção de perspectiva social, que nos ajudará a complexificar a discussão acerca das justificativas para a presença de mulheres no campo político. Dessa forma, para Young (2000), as mulheres deveriam estar presentes não porque possuem



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

que compartilham padrões de experiência de vida. A
al ocupada pelas mulheres que implica em perspectivas
sociais diferenciadas. Assim, elas precisariam estar presentes como forma de garantir que
essas perspectivas sejam partes do debate e das deliberações políticas.

A representação é entendida por ela não como uma relação de substituição ou de
identidade entre os representantes e representados e, sim, como um relacionamento
diferenciado entre eles, um relacionamento de mediação que se estende no tempo e espaço e
inclui momentos de prestação de contas por parte dos representantes e de autorização por
parte dos representados. Entender a representação política dessa maneira requer que a idéia de
que uma só pessoa representa as experiências de todas as demais ou de um grupo inteiro se
torne inconsistente. Sendo assim, não há apenas uma vontade ou opinião ou experiência que
seja passível de representação.

Para Young (2000) perspectivas sociais não são passíveis de representação, no sentido
de substituição ou identificação, elas precisam fazer parte da esfera política para que possam
influenciar os diferentes pontos de vista. Assim, diferentes pontos de vista gerariam diferentes
representações. A noção de justiça enunciada por ela está ligada à idéia de que um mesmo
grupo social não possui interesses ou opiniões iguais, ele possui, devido ao campo e à posição
estrutural que ocupa, certas perspectivas sociais que devem ser incluídas nas esferas
representativas. As perspectivas sociais podem ser definidas como um conjunto de questões,
experiências, percepções e premissas mediante os quais os sujeitos se posicionam em relação
a variadas questões.

Os sujeitos estão dispostos em lugares sociais específicos em determinadas estruturas
sociais sem que, no entanto, para Young, essas posições determinem suas identidades.
Pessoas que ocupam diferentes posições dentro de uma mesma estrutura social possuem

es sociais. Contudo, como elementos pertencentes a uma te, enxergam de forma semelhante, e não de forma única e homogênea, o próprio campo e o que ocorre dentro dele. Considerar as perspectivas sociais como elementos de compreensão para processos de inclusão é assumir que importa inserir nas esferas de deliberação e representação *õ pontos de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que ocupam* (YOUNG, 2000, 164).

2.2.4. A sub-representação feminina como injustiça ligada a gênero

Outro argumento, encampado por Fraser, assume que é necessário o aumento da presença feminina em função da injustiça a que estão submetidas as mulheres. Na perspectiva defendida por Nancy Fraser (2001), a justiça aparece como um elemento bidimensional que precisa responder a demandas por reconhecimento e de redistribuição. Sendo assim, o dilema redistribuição/reconhecimento, enunciado por ela, passa pela necessidade de aceitar a legitimidade de certos padrões culturais e de comportamento (reconhecimento) e de ampliação de recursos (redistribuição).

O dilema redistribuição/reconhecimento se dá porque reivindicações por reconhecimento buscam valorizar as diferenças, enquanto reivindicações por redistribuição demandam a abolição de especificidades que tornem a distribuição desigual. O primeiro foca a heterogeneidade de uma coletividade, enquanto a segunda tende a homogeneizar os grupos. No entanto, para Fraser reconhecimento e redistribuição são dimensões da justiça e devem ser considerados de forma conjunta e não como uma antítese em que escolher uma das respostas implica, necessariamente, na exclusão da outra (FRASER, 2003).

Para Fraser (2003), enquanto a redistribuição é entendida como ligada à dimensão moral dos direitos, o reconhecimento estaria ligado à ética no sentido da necessidade de

víduos e o alcance de uma "vida boa" (*good life*). As demandas ligadas à ação de movimentos sociais, a redistribuição ligada mais à idéia de classe e o reconhecimento à idéia de identidade²⁰. Separar as duas dimensões seria, para Fraser (2003), obscurecer a dimensão econômica do racismo, do sexismo ou da homofobia, por exemplo, ao assumir que suas reivindicações estariam ligadas apenas à questão de reconhecimento das diferenças. Enquanto na redistribuição os problemas estão ligados à exploração, marginalização e privação, no reconhecimento os problemas aparecem como a dominação cultural, o desrespeito, entre outros.

As duas dimensões assumem diferentes tipos de injustiça e propõem diferentes soluções. As soluções redistributivas seriam: a reorganização da divisão do trabalho, a mudança na estrutura de propriedade, etc. E as soluções para a falta de reconhecimento poderiam ser: a valorização da diversidade cultural ou a mudança dos padrões de representação, interpretação e comunicação.

Fraser (2003) ressalta ainda outra diferença entre as demandas por redistribuição e por reconhecimento que resultaria na interpretação geral de que ambas são dimensões excludentes. Essa diferença está baseada nas percepções relacionadas às diferenças de grupo: a redistribuição entende que as diferenças dos grupos são resultantes de uma política socialmente construída, e para o reconhecimento as diferenças são pré-culturais, inerentes aos sujeitos e devem ser valorizadas ou então as diferenças aparecem como construídas e devem ser modificadas.

A injustiça não age de forma separada nos sujeitos. Existem, para Fraser (2003), sobreposições entre as divisões de status e as divisões econômicas: um operário pode ganhar pouco e ser pouco reconhecido, ao sofrer preconceitos por sua condição de classe. As

²⁰ Discussão sobre Butler feita anteriormente.

podem estar ligadas a estruturas de subordinação de salários entre homens e mulheres que desempenham

funções iguais. Existem desvantagens econômicas reais advindas de uma relação de status subordinado.

Fraser (2003) enuncia três situações possíveis: aqueles que precisam de redistribuição, aqueles que precisam de reconhecimento e aqueles que precisam das duas coisas (categorias bidimensionais ou ambivalentes). As categorias ambivalentes são definidas porque uma injustiça aparece como efeito de outra, direta ou indiretamente. Reconhecimento e redistribuição, na acepção de Fraser (2001), andam juntos quando tratamos de questões ligadas a gênero e raça que surgem como categorias ambivalentes, ou seja, que estão submetidas a dois tipos de exclusão que mantém uma relação de mão dupla entre si: exclusão material e exclusão simbólica ou cultural.

Nesses dois casos a raiz da desigualdade está no que Fraser (2001) chama de «sexualidade menosprezada» a injustiça é derivada de uma estrutura de valores arraigada na sociedade que influencia a reprodução dessas desigualdades para o âmbito socioeconômico. Grupos ambivalentes são diferenciados dentro da sociedade tanto do ponto de vista cultural (normas heterossexuais e androcêntricas) quanto do ponto de vista material (menores salários, divisão sexual das atividades).

Para Fraser, além de gênero e raça, seria possível considerar outras clivagens (como classe) também como ambivalentes em função da complexidade das relações e da impossibilidade de classificar totalmente as demandas em um dos extremos, além de existir a possibilidade de que mais de uma dessas clivagens esteja representada num mesmo sujeito. Dessa forma, várias clivagens podem ser consideradas ambivalentes se levarmos em conta que essa dinâmica de sobreposição de clivagens possui graus diferentes e formas diferentes.

reconhecimento num mesmo paradigma compreensivo não é um
diferenças existentes entre as duas dimensões. No entanto,
Fraser (2003) recorre à análise da dimensão filosófico-moral das duas demandas e constrói
um modelo que permite a compreensão conjunta de ambas como problemas ligados
essencialmente à noção de justiça.

Para Fraser (2003), o reconhecimento não é uma questão de auto-realização como
afirmam Honneth e Taylor, ele seria uma questão ligada à esfera da justiça. A justiça, de
acordo com a tradição da teoria política, estaria ligada ao campo dos direitos, ao terreno da
moralidade. Enquanto as demandas por reconhecimento seriam entendidas como demandas
por auto-realização situadas no terreno da ética em que é considerado aquilo que aparece
como bom para o indivíduo. Na visão defendida por Honneth (2003) ser reconhecido pelo
outro é condição necessária para o pleno desenvolvimento da subjetividade. O não-
reconhecimento implicaria em prejuízos para a subjetividade e para a auto-identidade dos
indivíduos impedindo que as pessoas alcançassem o que ele chama de uma vida boa.

Fraser (2003) rebate essa perspectiva através da defesa de que a falta de
reconhecimento é uma questão de status social. O que garantiria a igualdade de status entre as
pessoas seria o reconhecimento dos sujeitos como pares, como iguais. O não
reconhecimento seria o resultado da subordinação de determinados *status* em relação a outros.
Fraser propõe como modelo analítico o modelo de status de reconhecimento (*status model of
recognition*) em que a falta de reconhecimento é entendida como uma relação institucional de
subordinação e de violação da justiça. Não ser reconhecido, para Fraser, não é ter sua
identidade distorcida ou sua subjetividade incompleta, é um problema resultante de padrões
institucionalizados de valores culturais que impedem que o outro seja reconhecido como
igual e participe da vida social nesta condição. A ideia é então desinstitucionalizar esses



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

paridade de participação e substituí-los por padrões que da social.

O modelo de status pressupõe que existem impedimentos públicos visíveis que impedem que alguns membros da sociedade participem de forma igualitária da vida social. Fraser (2003) ressalta ainda que, mesmo em uma sociedade em que não haja distorções na auto-consciência ou subjetividade dos indivíduos, o fato de que existam indivíduos vistos como não-iguais já seria suficiente para que o reconhecimento fosse entendido como uma questão ligada à justiça.

Elaborar uma teoria da justiça, na acepção de Fraser (2003), deve considerar padrões de valores culturais e as estruturas do capitalismo visando entender de que forma operam os mecanismos econômicos para impedir que as pessoas participem da vida social. A justiça como uma noção bidimensional esta intimamente relacionada à noção de *paridade de participação* e para que ela seja garantida, Fraser (2003) enuncia duas condições necessárias: uma objetiva, em que a distribuição dos recursos materiais deve ser tal que permita a todos os participantes independência e voz; e outra intersubjetiva, em que é necessária a existência de padrões institucionalizados que expressem respeito e oportunidades iguais a todos para que seja possível adquirir estima social.

A noção de paridade de participação também deve nortear a separação entre as demandas justificáveis daquelas que não são justificáveis. As demandas por redistribuição devem mostrar que os arranjos econômicos as impedem de atingir a condição objetiva da paridade de participação e as demandas por reconhecimento devem mostrar que existem conjuntos de valores institucionalizados que impedem o pleno alcance da condição intersubjetiva por parte dos sujeitos. A paridade de participação, além de ser padrão orientador para a justificativa das demandas, também serve como um *õidioma de contestação*

ligadas a justiça (FRASER, 43, 2003). Para Fraser, ela
dois motivos: 1. abrange todos os indivíduos (adultos) em

interação; 2. pressupõe que todos os indivíduos têm o mesmo valor moral.

Classe e *status* aparecem na teoria social desenvolvida por Fraser como duas ordens de subordinação. As classes estão ligadas a mecanismos econômicos e o *status* a hierarquias de valores (subordinação intersubjetiva) e ambos constituem obstáculos para a paridade de participação. Esquemáticamente, classe estaria ligada à dimensão da distribuição e o *status* estaria ligado à dimensão do reconhecimento. Podemos traduzir, simplificadamente, as relações entre ordem de subordinação, ordem social, o problema da injustiça e a solução para a injustiça da seguinte forma:

CLASSE ó ordem econômica ó falta de distribuição ó distribuição.

STATUS ó ordem cultural ó não-reconhecimento ó reconhecimento.

Apesar das relações entre classe e status às ordens econômica e cultural, respectivamente, Fraser ressalta a impossibilidade de reduzir classe e *status* ou distribuição e reconhecimento ao culturalismo ou ao economicismo. Em sua teoria social, Fraser aposta na perspectiva definida por ela como dualismo perspectivo (*perspectival dualism*), em detrimento das concepções culturalistas ou economicistas, para tornar possível a compreensão da distribuição e do reconhecimento como elementos constitutivos de um mesmo quadro interpretativo.

O dualismo perspectivo seria capaz de revelar conexões escondidas entre as duas dimensões e tornaria visível e criticável seus contextos, processos e inter-relações. Através dessa perspectiva, as duas dimensões tornam-se dimensões analíticas que não podem ser entendidas de forma separada em função das inúmeras conexões que guardam entre si e com

gam. Para Fraser, assumir esse referencial impossibilita a
das e lutas por distribuição e reconhecimento como
separadas, a palavra de ordem nesses casos seria õnenhuma redistribuição sem
reconhecimentoö. Fraser (2003) nega a dicotomização da distribuição como uma dimensão
ligada apenas ao material e o reconhecimento ao simbólico. Dessa forma, as injustiças
advindas da falta de reconhecimento, como assassinatos de homossexuais, violência
doméstica e espancamentos de negros, seriam tão materiais quanto as injustiças de classe.

Considerando as ordens que compõem a vida social, o capitalismo seria, então, a
primeira formação social a elaborar sistematicamente duas ordens distintas de subordinação
baseadas em duas dimensões da injustiça. Existiriam, então, dois modos de organização social
(cultural e econômico) relacionados com duas formas de subordinação (classe e *status*) e com
duas formas de obstáculos (má-redistribuição e não-reconhecimento) à paridade de
participação.

A preocupação de Fraser ao elaborar uma teoria política para o problema da
distribuição e do reconhecimento é responder à questão: quais arranjos institucionais são
necessários para um projeto que vise corrigir as injustiças advindas das subordinações de
classe e *status*? A resposta dada por ela ao longo do texto e reforçada nesse ponto é a de que é
necessário remover os impedimentos para que a paridade de participação seja alcançada. Ela
propõe, inclusive, um esquema com as possíveis soluções para as diferentes demandas.

| <u>TRANSFORMAÇÃO</u> | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Redistribuição</p> <p>Estado de bem estar liberal ó realoca de forma superficial os bens e apóia a diferenciação entre os grupos ó pode gerar não-reconhecimento.</p> | <p>Redistribuição</p> <p>Socialismo - Reestruturação profunda das relações de produção, elimina diferenças entre grupos ó resolve alguns problemas de reconhecimento.</p> |
| <p>Reconhecimento</p> <p>Multiculturalismo dominante ó realoca de forma superficial o respeito às identidades de grupo e apóia a diferenciação entre os grupos.</p> | <p>Reconhecimento</p> <p>Desconstrução ó reestruturação profunda das relações de reconhecimento e desestabiliza diferenciações entre grupos.</p> |

Dessa forma, para Fraser (2001), o androcentrismo, entendido como construção de normas que privilegiam características associadas ao masculino, seria o cerne da injustiça de gênero e a solução para reverter o quadro de exclusão econômica e simbólica a que mulheres e homossexuais estão submetidos passaria pela *desconstrução* de valores culturais centrados em dicotomias hierárquicas de gênero. A solução não se esgotaria na resposta voltada para o reconhecimento. Segundo Fraser (2001), como gênero é uma categoria ambivalente, a implementação de medidas socialistas de mudanças na estrutura das relações econômicas também seria necessária como forma de dirimir as injustiças a que esses grupos estão sujeitos.

Considerando os efeitos da diferenciação entre os sujeitos com base em critérios de gênero e os possíveis efeitos dessa hierarquização entre referenciais masculinos e femininos, a opção para analisar os limites estruturais e simbólicos que permeiam a entrada e ação política das mulheres no campo político foram os partidos políticos. Analisar a representação política e os problemas de exclusão de certos grupos sociais não existe de forma desconectada da observação do papel dos partidos políticos enquanto agentes políticos de reprodução ou transformação das estruturas formais e simbólicas que geram efeitos sobre a representatividade e sobre a efetiva inclusão de setores marginalizados.

tema: problemas de representação

Mulheres na esfera política implica em discutir também as formas assumidas pela representação política de mulheres. Entretanto, quando afirmamos que é importante que mulheres participem mais das instâncias representativas, exatamente porque acreditamos que é essencial que suas perspectivas sejam incluídas no rol das demandas sociais, estamos partindo do pressuposto de que não existe um sujeito único a ser representado.

Ao justificarmos a necessidade de ampliação da presença feminina, não em função dos interesses femininos deverem ser representados apenas por mulheres e nem por acreditarmos que as mulheres trazem em si um diferencial para a política com base em características consideradas femininas, consideramos a inclusão de grupos marginalizados nas esferas representativas como forma de empoderamento de grupos desprovidos de voz na arena pública. Assumir isso implica em assumir que não existe um sujeito único que guarde em si todos os interesses das mulheres, as mulheres surgem dessa forma como um sujeito plural marcado por clivagens de raça, credo, classe, orientação sexual, impossíveis de serem resumidas a um único e homogêneo conjunto de demandas. Dessa forma, quando falamos em representação, quem as parlamentares eleitas representam?

Butler (1998) questiona a idéia de representação política condicionada à formação de um sujeito político como forma de estender visibilidade e legitimidade às mulheres como grupo social. A categoria "mulheres" não poderia ser constituída como um sujeito estável do feminismo porque as "mulheres" não são um grupo único, nem estático, nem homogêneo. Butler (1998) parte da premissa de que a representação não é espelho de um determinado sujeito, porque o *sujeito seria aquilo que se constituiria após e durante os processos de representação social (grifo meu)*. Aqui Butler (1998) recorre às noções de poder presentes em

sistemas difusos de poder constituem os sujeitos e suas ações e condutas. O sujeito do feminismo surge assim como uma formação discursiva e não mais como um "conceito unificado de mulher"²¹.

Dessa forma, Butler (1998) afirma que os sujeitos são construídos politicamente conforme as teias de poder e as relações que se constituem em seu interior, de forma a atender determinados objetivos de legitimação, inclusão ou exclusão. O poder jurídico e o poder político "produzem" no sentido dado por Foucault (2006), os sujeitos que alegam representar.

A questão que Butler levanta é: quais "mulheres" as lutas do feminismo estão querendo emancipar? Constituir um sujeito com uma identidade comum significa excluir uma série de outras clivagens (como raça, classe e gênero) que diferencia e especifica os membros de um mesmo grupo social e, conseqüentemente, suas demandas. Dessa forma, conferir unidade ou universalidade à categoria "mulheres" alegando que a ação política deve ter objetivos estratégicos é um problema que fere a idéia mesmo de representatividade para Butler (2003). Como é possível que haja representação de um "grupo social" quando diferentes membros não têm suas demandas, experiências ou propostas consideradas?

Questionando a idéia de universalidade da identidade feminina e mesmo da opressão masculina ou do patriarcado, Butler (1998) coloca em xeque a própria idéia de sujeito como unidade de análise e de ação. Seria preciso então, num processo efetivo de democratização, lidar com as diferentes intersecções culturais, sociais e políticas e considerá-las sem presumir que a existência de divergências, deslocamentos ou dissensos impediriam qualquer tipo de ação política. A ação política para Butler (2003) não precisaria ter uma identidade fixa como

²¹ Em RODRIGUES, Carla. "Butler e a desconstrução do gênero". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1), Janeiro-abril, 2005.



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

constituem através das práticas, não é preciso fixar e sticas identitárias para que a ação política seja possível.

Nas palavras da autora:

õSem a expectativa compulsória de que as ações feministas devam instituir-se a partir de um acordo estável e unitário sobre a identidade, essas ações bem poderão desencadear-se mais rapidamente e parecer mais adequadas ao grande número de ÷mulheresø para as quais o significado da categoria está em permanente debateö (BUTLER, 36, 2003).

O que Butler (2003) propõe seria uma ÷coalizãõ abertaø em que as diferentes identidades pudessem ser, de forma alternada, instituídas ou desconsideradas dependendo das propostas, ÷(...) tratar-se-á de uma assembléia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um telos normativo e definidorö (BUTLER, 37, 2003). O importante para a ação política seria a possibilidade de construções discursivas variáveis, entendendo a construção da identidade como inseridas em um processo de significação e pelas normas de ÷inteligibilidadeø socialmente instituídas.

õAliás, compreender a identidade como uma prática, e uma prática significativa, é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida lingüísticaö (BUTLER, 208, 2003).

Considerar esses pontos, para Butler (2003), é compreender que a desconstrução do sujeito não implica na desconstrução da política. É compreender que não há como haver representação quando são excluídas aquelas ÷mulheresø que não se enquadram ao ÷sujeitoø do feminismo.

Dessa forma, cabe aos movimentos feministas e de mulheres plurificar e diversificar seus sujeitos em função das clivagens que constituem as diferentes mulheres em seus diferentes contextos históricos e sociais. É necessário localizar as múltiplas identidades das

compartilhamento de lutas, como propõe Suely Costa

obrepôr a desigualdade entre mulheres e homens à

desigualdade existente entre as próprias mulheres através da adoção de referenciais universalizantes que serviriam como base para a compreensão dos sujeitos e de suas demandas.

Dessa forma, os objetivos dos movimentos feministas devem considerar as experiências plurais das mulheres, sem recorrer às características biológicas como eixos fundantes de uma identidade feminina, considerando que mesmo os corpos sexuados são produzidos em configurações sociais específicas através de processos de assujeitamento e resistências diversificadas (NAVARRO, 2006). Segundo Navarro (2006), a biologia dos corpos seria também modelada pela importância dada ao sexo e à sexualidade em determinados contextos sociais. O sujeito mulher apareceria então como dispersão na acepção de Navarro (2006).

Partindo disso, a questão para os feminismos deixa de ser "o que é uma mulher?" e passa a focar aqueles mecanismos de produção dos sujeitos considerados mulheres. A questão presente nos movimentos de mulheres, segundo Navarro (2006), capaz de unificar os objetivos dos vários feminismos é a compreensão das formas com que as relações sociais entre os sujeitos, sejam mulheres ou homens, são configuradas, de que forma são produzidos os corpos e seus significados no interior do espaço social e quais as representações e percepções presentes no imaginário social que delimitam e expandem as significações sociais.

Com base nisso, os esforços dos feminismos não, necessariamente, estão centrados na defesa e representação de uma identidade feminina fixa e sim podem estar voltados a compreender quais os mecanismos políticos de construção das desigualdades e de suas diversas clivagens sociais (NAVARRO, 2006). É preciso que as mulheres estejam presentes



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.
[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

das experiências que trazem consigo e não com base em que deve ser e fazer a mulher na política. As mulheres

deixam de compor um conjunto de indivíduos com características fixas e identidades definidas e passam a designar um *õlugar no seio de relações políticas e simbólicas que lhes são um rosto e um sentidoõ* (NAVARRO, 2006) imersos em processos de construção.

Apesar das dissensões existentes entre as varias vertentes do feminismo, a autora acredita que existe uma ênfase maior dada às matrizes de inteligibilidade que significam as relações sociais e os sujeitos que as compõem e aos processos possíveis de desconstrução das noções ligadas ao biológico, ao corpo, ao natural como formas de -assujeitarø os indivíduos. Com base nisso, a ação política de mudança encampada pelo feminismo teria uma forte relação com a noção de heterotopia exposta anteriormente.

Num mundo em que as relações sociais e sexuais são construídas e reproduzidas com base em ordens hierarquizantes e binárias arbitrárias, segundo Navarro (2006), cabe aos movimentos feministas o esforço para disseminar a idéia de que tudo aquilo que é construído, pode também ser desfeito e transformado.



LIMITES INSTITUCIONAIS À INCLUSÃO

ãA mulher está onde lhe é devido. Milhões de anos de evolução não podem estar errados, pois a natureza tem a capacidade de corrigir seus próprios defeitos
Einstein

3.1. Os partidos políticos como elementos do círculo de contenções

Retomando os pressupostos que nos orientam neste trabalho, a realidade social como um todo é composta e configurada pela existência de instituições que regulam as relações entre os sujeitos em diferentes momentos históricos. As instituições podem ser analisadas a partir de duas perspectivas: uma formal, em que são consideradas as características jurídicas, legais, objetivas de estruturação das instituições e outra, simbólica, em que precisam ser considerados os conjuntos de valores, percepções, significados e relações de força subjacentes às estruturas apresentadas como formais na sociedade. Dizer que existem duas perspectivas de análise, não implica assumir que exista uma separação entre estruturas formais e simbólicas no interior das instituições sociais, significa entender que as relações sociais podem ser apreendidas através de duas perspectivas que mantêm entre si relações de complementaridade e distanciamento num processo não linear de causalidade.

Dessa forma, a trajetória dos sujeitos, das mulheres em nosso caso, é permeada por diferentes instituições desde seu princípio: família, escola, religiões, trabalho e outras instâncias da vida social delimitam e dão sentido às relações sociais travadas entre os sujeitos e os conjuntos de percepções que vigoram e regulam a realidade social.

Dessa noção definimos o que consideramos um círculo de contenções²² formado pelas várias instituições existentes e que limitam ou expandem as possibilidades sociais em que os sujeitos estão inseridos. Dependendo da posição social ocupada por um sujeito, diferentes

²² Adotamos a noção de círculo em função da idéia de que as instituições cercam os indivíduos sem que isso, no entanto, signifique que o campo ocupado pelo círculo não possa ser ampliado.

Os sujeitos como um todo estão envolvidos, em alguma medida, por um círculo de contenções, o que varia, em função do status e da posição na estrutura social dos sujeitos, é a gradação de limites impostos por ele. Mulheres são menos livres e mais sujeitas ao círculo de contenções que os homens, mulheres negras têm menos possibilidades de ação que mulheres brancas, e a mesma lógica pode ser ampliada para outras clivagens ligadas a raça, gênero e classe, por exemplo.

As instituições e suas dimensões simbólicas e formais cercam os sujeitos, sem que isso, no entanto, signifique que os sujeitos estão amarrados ou impedidos de ocuparem novos lugares. A idéia de circularidade pressupõe em nosso caso que, em primeiro lugar, novas instituições podem formar o círculo ou deixar de fazer parte dele; e, em segundo lugar, que o círculo de contenções que envolve os sujeitos pode ser ampliado ou expandido, mas nunca eliminado. Os sujeitos e as relações que travam entre si, estarão sempre sendo configurados pelo conjunto de instituições que dá sentido e significado às relações entre os sujeitos e a realidade social. Por mais amplo que seja o círculo que envolve os sujeitos, em determinado momento, por mais que seja possível sua livre movimentação e posicionamento em relação aos padrões sociais estabelecidos pelas instituições, ainda sim, existirão relações de poder hegemônicas que definem e caracterizam a sociedade ou a posição de um sujeito ou um grupo de uma determinada forma e não de outra.

Os partidos políticos também fazem parte, de acordo com essa lógica e com a idéia de seletividade das instituições definida por Offe (1984), do círculo de contenções que envolve os membros do campo político em maior ou menor grau. Os partidos políticos também possuem elementos formais e simbólicos que definem as possibilidades de entrada e trânsito dos diferentes sujeitos às várias esferas do campo político. Dessa forma, os partidos carregam

formalizadas que legitimam e justificam a entrada de
mento de outros. As mulheres, em nosso caso, possuem
menor capital simbólico, no sentido de Bourdieu (1989), o que é resultado da desvalorização
na política de características atribuídas às mulheres. Os elementos mais valorizados na
composição do que é considerado pelos membros do campo político como capital simbólico
são, em si mesmos, androcêntricos. As qualidades e habilidades que são consideradas mais
adequadas e que compõem um capital simbólico maior aos sujeitos estão relacionadas a
características socialmente reconhecidas como "melhores" para a prática política, e
conseqüentemente, estão mais relacionadas aos referenciais de ação e pensamento
considerados "masculinos"

Os partidos políticos são, na democracia representativa, a única porta de entrada para a
esfera da política legislativa. Mesmo que existam outros foros de participação política e
deliberação, as esferas legislativas possuem, em grande medida, o monopólio da produção das
leis e das decisões finais sobre a realidade social, econômica e política. Sendo assim, as leis,
que compõem a dimensão formal das instituições, produzidas pelo grupo de eleitos estão
permeadas pelos conjuntos de percepções e valores carregados por eles mesmos.

Regras formais e simbólicas limitam a entrada e o trânsito de mulheres dentro dos
partidos políticos diminuindo as chances de que venham a ser candidatas e,
conseqüentemente, eleitas. E outras regras formais e simbólicas também configuram os
espaços possíveis de ação dentro das esferas legislativas, o que tem como resultados a
reprodução e continuidade das mesmas estruturas formais e simbólicas presentes desde o
início do processo. Em linhas gerais, o círculo de contenções que limita a atuação das
mulheres no campo político pode ser descrito da seguinte forma: um número insatisfatório de
mulheres está nos partidos políticos, dessas um número ainda mais reduzido acumula capital

car e algumas poucas, efetivamente, têm chances de ser
ero menor ainda de mulheres adentra os labirintos

legislativos masculinos nas palavras de Therborn (2006), e dessas, uma minoria ínfima tem possibilidades de transitar de forma não-orientada pelas estruturas legislativas.

3.1.1. Democracia e representação: por que os partidos importam?

Os partidos são entendidos por vários analistas da política brasileira como meios de manter a governabilidade democrática e detentores da capacidade de estruturar a competição eleitoral (KINZO, 2005). Partidos surgem, assim, como agentes que organizam o processo eleitoral em detrimento da visão dos partidos enquanto canais legítimos de expressão de diferentes demandas da sociedade, mesmo daqueles indivíduos que não são eleitores.

No entanto, as interações intra-partidárias e em relação ao processo eleitoral podem ser vistas como mais do que uma competição em busca de mais votos objetivando, unicamente, o alcance do poder, podem ser vistas como canais que, na esfera pública, deliberam e agem de forma dialética entre si na busca por legitimar e alcançar diferentes demandas representativas de diversos setores. Neste caso, a competição eleitoral é vista, não como processo estabilizante de padrões de previsibilidade, mas a democracia vista como a esfera do dissenso ao invés de esfera da luta ordenada ou pactuada que, deliberadamente, exclui itens da agenda que se colocam como anti-sistema

O personalismo, a volatilidade, a falta de legitimidade, a não-identificação entre políticos e sociedade, antes de consequências da falta de institucionalização²³, podem ser entendidos como efeitos da falta de representatividade dos partidos políticos. Partidos que representam grupos sociais tradicionais não constroem laços de pertencimento e identidade

²³ No sentido usado por Mainwaring, 2005.

formula pragmática em detrimento da ideologia (entendida como apoio a determinados projetos políticos) nos partidos tem como reflexo atuações pragmáticas dos eleitores que votam em diferentes momentos de formas diversas, considerando as condições históricas e sociais que os cercam.

É possível apontar em diversas pesquisas que existem laços partidários e apoio coerente a determinados partidos nas parcelas da população com maior nível educacional e de maior poder aquisitivo, isso se daria não em função da possibilidade desses setores de entender melhor a complexidade do sistema político, como defendido por Mainwaring (2005) e Kinzo (2005), mas sim porque a composição social dos partidos políticos mostra que são esses setores que estão efetivamente representados na esfera pública.

Em seu artigo *Partidos, ideologia e composição social* (2002) Leôncio Martins Rodrigues analisa a composição sócio-ocupacional dos partidos que compuseram a bancada da Câmara dos Deputados na 51ª legislatura (1999-2002)²⁴. Rodrigues (2002) analisa as relações entre os partidos políticos e os grupos sociais e observa a existência de diferenças partidárias em relação à representação de interesses e ideologia programática. O autor partiu da hipótese de que existiam diferenças significativas na composição dos partidos e que esse fato teria influência também nas posições políticas, programáticas e ideológicas assumidas em alguns casos pelos diferentes partidos, em contraposição à crítica comumente feita na literatura sobre partidos no Brasil de que nosso sistema partidário seria caracterizado pelo amorfismo e pela indefinição ideológica e programática.

Partindo disso, Rodrigues (2002) analisou seis partidos (PFL, PPB, PMDB, PSDB, PT e PDT) e os dividiu em três blocos ideológicos: esquerda, centro e direita. A suposição feita

²⁴ Os pressupostos e indicações de resultados atingidos por Rodrigues (2002) podem ser expandidos como análise válida também para a 52ª legislatura, considerando a taxa de renovação dos parlamentares e a inexistência de alterações estruturais no *ethos* de formação e recrutamento dos partidos considerados.

sição social de cada partido seria caracterizada pela
n suas origens e *status* socioeconômico relacionados aos
partidos mais próximos de suas convicções ideológicas e interesses pessoais. Os resultados da
análise corroboraram as hipóteses e suposições de Rodrigues (2002). O autor ressalta,
entretanto, que a confirmação de seus pressupostos não implica em admitir que os partidos
possuem bancadas homogêneas e que não haja sobreposição de grupos em diferentes partidos.

Dessa forma, a tendência de que os empresários e pessoas com renda mais alta
estivessem mais presentes nos partidos localizados à direita do espectro ideológico, que as
classes médias, de trabalhadores e populares estivessem mais a esquerda e que o centro fosse
composto por menos empresários que a direita e por menos indivíduos das classes médias e
baixas que a esquerda, foi confirmada, conforme pode ser observado nas tabelas 05 e 06.

Após a identificação das ocupações/profissões de todos os parlamentares, Rodrigues
(2002) identificou quatro grandes grupos sócio-ocupacionais predominantes: empresários
(principalmente do setor urbano); profissionais liberais (médicos e advogados); funcionários
do Estado (governos federal e estaduais); e professores. A tabela 05 mostra os percentuais de
todas as profissões e ocupações encontradas na 51ª legislatura.

Tabela 05 ó Lista das ocupações e profissões dos parlamentares da 51º Legislatura (1999-2002) na
Câmara dos Deputados.

| PROFISSÕES/OCUPAÇÕES | % |
|----------------------------------------|----------|
| Empresários (todos os tipos) | 43,5 |
| Profissões liberais e intelectuais | 31,6 |
| Administração pública | 20 |
| Professores | 15,8 |
| Comunicadores | 6,4 |
| Pastores e padres | 3,5 |
| Empregados não manuais em serviços | 2,7 |
| Trabalhadores industriais e lavradores | 2 |
| Outras situações | 1,2 |

alguns parlamentares desenvolverem atividades ligadas a mais de uma profissão/ocupação.
Fonte: Tabela extraída de Rodrigues (2002)

Para uma melhor análise da composição de cada um dos partidos, Rodrigues (2002) desagregou as categorias iniciais (Tabela 05) em dezoito subgrupos e os distribuiu de acordo com a composição nos partidos analisados, conforme demonstra a Tabela 06.

Tabela 06. Ocupações/profissões dos parlamentares por partido (51° Legislatura 1999-2002)

| OCUPAÇÕES/PROFISSÕES | PPB | PFL | PMDB | PSDB | PDT | PT | TOTAL Câmara |
|------------------------------------|------------|------------|-------------|-------------|------------|-----------|-------------------------|
| Empresários urbanos | 40 | 40 | 30,1 | 27,3 | 12 | 3,4 | 28,5 |
| Profissões liberais tradicionais | 18,3 | 22,9 | 28,9 | 31,3 | 52 | 25,4 | 27,1 |
| Empresários rurais | 16,7 | 15,2 | 12 | 8,1 | 8 | - | 10,1 |
| Outros professores | 1,7 | 4,8 | 7,2 | 10,1 | 12 | 23,7 | 9,4 |
| Altos cargos - estadual | 8,3 | 11,4 | 15,7 | 6,1 | 8 | 1,7 | 9 |
| Políticos profissionais | - | - | - | 2 | 4 | - | 8 |
| Ensino público superior | 5 | 4,8 | 8,4 | 6,1 | 8 | 10,2 | 6,4 |
| -Comunicadoresø | 8,3 | 4,8 | - | 6,1 | 4 | 8,5 | 6,4 |
| Empresários mistos | 11,7 | 5,7 | 4,8 | 3 | - | - | 4,9 |
| Altos cargos - Federal | 3,3 | 10,5 | 4,8 | 6,1 | - | - | 4,9 |
| Profissões intelectuais | 1,7 | 1,9 | 2,4 | 9,1 | 8 | 5,1 | 4,5 |
| Pastores e padres | 10 | 1,9 | - | 1 | 4 | 1,7 | 3,5 |
| Empregados não-manuais em serviços | 1,7 | 1 | - | - | - | 16,9 | 2,7 |
| Diretores de bancos estatais | - | - | 6 | 6,1 | 4 | - | 2,5 |
| Altos cargos - municipal | 1,7 | - | 1,2 | 5,1 | 4 | - | 1,8 |

| | | | | | | | |
|-----------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-----|-------|-------|
| | | 1,9 | 1,2 | 2 | - | 1,7 | 1,8 |
| Trabalhadores da indústria qualificados | - | 1 | - | - | - | 8,5 | 1,4 |
| Lavradores e trabalhadores rurais | - | - | - | - | - | 5,1 | 0,6 |
| Sem informação | - | - | 1,2 | 1 | - | - | 0,4 |
| Soma da % | 130,1 | 127,8 | 125,1 | 130,5 | 128 | 111,9 | 126,7 |
| N | 60 | 105 | 83 | 99 | 25 | 59 | 513 |

Obs: Total é superior a 100% em função de alguns parlamentares desenvolverem atividades ligadas a mais de uma profissão/ocupação.

Fonte: Tabela extraída de Rodrigues (2002)

Com base no estudo de Rodrigues (2002), é possível perceber que apenas certos grupos e, conseqüentemente, certos interesses estão representados na Câmara dos Deputados. Conforme a Tabela 05, 43,5% dos parlamentares da Câmara dos Deputados podem ser classificados como empresários e, se somarmos a eles, os profissionais liberais, as duas categorias perfazem 75,1% da casa legislativa²⁵. Fica explícita a pouca representatividade da Câmara em relação à população brasileira de uma forma geral e a possibilidade de observar diferenças ideológicas na composição dos partidos políticos. As conclusões de Rodrigues (2002) são relevantes ao evidenciarem a necessidade de inclusão da composição social do partido e das diferenças de interesses defendidos por grupos sociais específicos, além dos elementos que caracterizam a dinâmica do processo decisório no Brasil, nas análises sobre o papel dos partidos e sua importância no modelo de democracia representativa.

Considerando isso, a presença de mais setores nos âmbitos legislativos, por exemplo, seria de extrema importância para o aumento potencial da representatividade de setores minoritários nos processos decisórios. Antes de um problema institucional, a falta de representatividade dos partidos é um problema político e pode ser considerado como o

²⁵ Percebemos que partidos de direita são compostos, em grande parte, pelos grupos majoritários na Câmara e que os maiores percentuais de setores dos partidos de esquerda correspondem aos setores minoritários com representação na Câmara.



PDF Complete
Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

e fraqueza dos partidos nas democracias de modelo

Analisar os partidos políticos e o papel que desempenham nos sistemas políticos atuais é relevante em função da centralidade dos partidos como elementos institucionais em torno dos quais as regras eleitorais circulam. Nos modelos de democracia representativa, os partidos são *a priori* os agentes da disputa que apresentam as opções disponíveis ao eleitorado, quer existam diferenças entre essas opções ou não. De qualquer forma, a centralidade dos partidos como organizações de apoio para os pressupostos da democracia eleitoral, ou concorrencial, definida por Schumpeter (1961) é inegável.

Longe de adotar o modelo de democracia schumpeteriana como pressuposto, é preciso que se diferencie o papel dos partidos políticos em diferentes tipos de arranjos democráticos. Falar em democracia eleitoral, definida e mantida apenas como método de seleção entre candidatos apresentados pelos partidos, requer que os partidos sejam considerados apenas como instituições de agregação de grupos concorrentes que visam alcançar o poder. Nesse sentido, explicitamente, a noção de representatividade, entendida como característica necessária à democratização das esferas de deliberação, não é contemplada pelos teóricos que adotam a perspectiva de democracia concorrencial ou schumpeteriana. A simples existência de partidos políticos não é condição suficiente para que haja representatividade democrática efetiva. Prova disso é a defesa da função de agentes do processo eleitoral atribuída aos partidos pelas correntes elitistas.

Partindo disso, adotaremos uma perspectiva conceitual acerca dos partidos políticos que amplie seu sentido, funções e atribuições de forma a ampliar também o conjunto de regras, valores e instituições que definimos como democracia representativa. Existe uma tensão explícita entre democracia eleitoral, no sentido dado por Schumpeter (1961), e



PDF Complete
Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

lo dado por Nadia Urbinati (2006) que adotaremos em

Segundo Urbinati (2006), as idéias de representação mais comuns estão ligadas a duas perspectivas diferentes. Na primeira, são combinados o que ela chama de: 1) "elitismo nas instituições políticas" em que alguns espaços são definidos como próprios para a discussão e tomada de decisões e nos quais, concomitantemente, apenas alguns indivíduos possuem a legitimidade para participarem do processo decisório; e 2) legitimação popular baseada no voto e nas eleições. Dessa forma, são somados o consentimento do eleitorado que vota, elege uma das opções e aceita os resultados da disputa, e o reconhecimento da competência dos eleitos através do método de seleção eleitoral (URBINATI, 2006). A representação torna-se, assim, o resultado da seleção dos "melhores" feita pelos eleitores através do processo eleitoral. Em outras palavras, com base nessa perspectiva, toda e qualquer eleição feita com base no respeito às regras de disputa e seleção dos candidatos apresentados pelos partidos seria, indiscutivelmente, representativa.

Para Urbinati (2006), uma segunda vertente definiria a representação com base no entendimento de que a eleição é, não mais um método de seleção de políticos profissionais, mas sim uma expressão do direito de participar aliado à não concentração da fonte de legitimidade do processo político nas instituições estatais. Nessa perspectiva, figura ainda o consentimento através das eleições, entretanto, ele pode ser considerado mais do que um ato de autorização em função da ampliação do sentido atribuído à participação política. A perspectiva adotada por Urbinati (2006) analisa a representação não mais como esquema de delegação, e sim como um *processo político que conecta a sociedade e instituições* (URBINATI, 2006, 193). Dessa forma, a noção de política estaria mais ligada à idéia de uma *arena de opiniões contestáveis e decisões sujeitas à revisão* (URBINATI, 2006, 198) e

o e não como meios de participação. Partindo disso, o ca e, conseqüentemente, de representação política, é ressignificado em Urbinati (2006). A presença política passa a ser entendida como *vocalização* de demandas e avaliações sobre as políticas e projetos políticos e não mais apenas como delegação pura e simples, o que complexifica a noção de perspectiva social defendida por Young como justificativa para a inclusão de mulheres e reforça a preocupação exposta por Phillips em unir uma política de presença e à política de idéias como forma de manter a prestação de contas e *accountability* nas esferas representativas.

Pensar a representação a partir da idéia de *vocalização* atribui à presença um significado e uma relevância diferenciada em relação às perspectivas tradicionais ligadas à noção liberal de representação. Assumir que a presença é relevante implica em considerar que as eleições produzem, potencialmente, governos responsáveis e limitados, sem que, no entanto, sejam, necessariamente, representativos (URBINATI, 2006). Dessa forma, Urbinati (2006) argumenta que a noção usual de representação deve ser revista para que seja incluído o sentido assumido pela representatividade como *elemento de democratização da arena política*. Para a autora, é impossível considerar a idéia de representação situada fora das relações que se deram ao longo da história e das variadas práticas de democratização e, com base nisso, podem existir diferentes teorias da representação dependendo das formas assumidas pelas relações entre Estado e sociedade em diferentes momentos sociais e históricos. Por último, em Urbinati (2006), é relevante considerar os papéis da ideologia e do partidarismo como elementos de compreensão para as noções teóricas da representação e para a prática política.

Para Urbinati (2006), as eleições e a representação política devem ser entendidas a partir da relação entre Estado e sociedade civil. Através das eleições, o Estado e a sociedade

é um processo dinâmico, embora não seja possível a conexão entre as estruturas estatais e a sociedade. A representação não estaria restrita aos agentes ou instituições governamentais ou à deliberação e processos decisórios que ocorrem no interior das esferas formais de representação. A representação como processo político estruturado com base na circularidade entre instituições e sociedade, nos termos de Urbinati (2006), seria constantemente criada e recriada no interior da dinâmica das atividades políticas.

ãA representação espelha esta tensão. Pode-se dizer que ela reflete não simplesmente idéias e opiniões, mas idéias e opiniões a respeito das visões dos cidadãos acerca da relação entre a sociedade e o Estado. Qualquer reivindicação que os cidadãos tragam para a arena política e queiram tornar um tema de representação é invariavelmente um reflexo da luta para a redefinição das fronteiras entre as suas condições sociais e a legislação (URBINATI, 2006, 196).

A análise da noção de representação deve considerar não mais apenas os elementos jurídicos que a definem, mas os processos políticos subjacentes a suas estruturas de configuração. A representação política não está fora das relações de poder e menos ainda estão os processos eleitorais e as escolhas feitas pelo eleitorado. A democracia não é apenas método e nem a representação é apenas o resultado da seleção dos melhores ou de uma elite ilustrada localizada fora da realidade social e, por isso mesmo, mais capacitada a resolver os problemas da sociedade imersa nos assuntos cotidianos.

Os representantes não são imparciais, nem podem ser considerados como agentes universais ou livres de suas posições sociais e políticas na configuração de poder, embora, na análise feita por Bourdieu (1989), as relações de dominação tenham como ponto de apoio a imposição, via violência simbólica, das visões de grupos hegemônicos como se fossem visões universais compartilhada por todos os demais sujeitos sociais. Nos termos de Young (2000), os representantes, longe de serem imparciais, carregam em si perspectivas sociais marcadas



PDF Complete
Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ram e que são delimitadas e possibilitadas pelo lugar
dade social.

Representatividade e legitimidade precisam ser diferenciadas e localizadas adequadamente. As eleições legitimam representantes que não, necessariamente, são representativos quando é adotado o sentido mais amplo de representação política. Uma casa legislativa formada por empresários e médicos em 75% de sua composição pode ser legítima, entretanto, não é, obviamente, representativa das demandas, perspectivas e interesses da maior parte da população brasileira.

A perspectiva de democracia extraída dessas discussões implica, necessariamente, na adoção da idéia de representação com base em elementos de vocalização de demandas, presença diversificada de grupos sociais e de democratização do acesso às esferas representativas de forma a possibilitar que novas vozes, e perspectivas no sentido dado por Young (2000), sejam incluídas nas discussões como passo inicial para a reconfiguração, ao menos, das discussões que permeiam as decisões políticas.

Como já foi ressaltado, incluir grupos minoritários e vozes dissidentes não garante que as demandas sejam efetivamente vocalizadas e que esses representantes tenham compromissos com bases excluídas, entretanto a diversificação da composição social dos partidos e das instituições representativas é condição necessária para que a luta por mais representatividade no modelo de democracia vigente tenha início. Daí a importância de analisar os partidos políticos como canais de intercâmbio entre as estruturas estatais de deliberação e decisão e as demandas da sociedade, a diversificação da composição social dos partidos e o empoderamento (*empowerment*) de setores variados no interior das estruturas de escolha de candidatos e dirigentes nas estruturas partidárias, potencialmente, gera as condições para que esses grupos sociais tenham mais representantes eleitos.

5):

ãA representação política invalida a opinião de que a sociedade é a soma de indivíduos dissociados que competem e se unem, votam e agregam preferências por atos discretos de livre escolha e cálculo instrumental. Ela se contrapõe a uma concepção da democracia como uma multidão numérica de unidades singulares ou associadas forçadas a delegar seu poder pela simples razão de que uma multidão não pode ter uma vontade, não pode exercer nenhum poder ou ser um governo. Uma política representacional concebe a sociedade democrática como uma malha intrincada de significados e interpretações das crenças e opiniões dos cidadãos a respeito de quais são seus interesses; crenças que são específicas, diferenciadas e sujeitas à variação ao longo da vida real das pessoas. A democracia é única porque extrai das diferenças a força para a união (URBINATI, 2006, 210).

A democracia não mais entendida como consenso, mas como um processo inerentemente conflitivo, em que algumas regras básicas são internalizadas de forma a manter a continuidade dos processos que estruturam o sistema político vigente e garantir que a derrota de uns não implique na destruição das condições que permitem que os perdedores venham a vencer em eleições posteriores. Dessa forma, a democracia se mostra como arena do conflito controlado ou delimitado em que forças sociais travam entre si lutas pela reconfiguração da distribuição dos recursos de poder existentes.

Nesse contexto, os partidos surgem como, não só instrumentos de provimento de organização e recursos para a alternância política e resolução pacífica das disputas eleitorais sucessivas, mas também poderiam desempenhar uma outra função de integração da multidão, nos termos de Urbinati (2006), reunindo e caracterizando idéias, interesses, demandas e percepções espalhadas na sociedade em torno de diferentes projetos políticos.

3.1.2. Campo político e partidos como instituições seletivas

Compreender o *modus operandi* dos partidos e do sistema político, de acordo com a perspectiva que adotaremos, é compreender a política como campo, na acepção de Bourdieu (1989). Nesse sentido, o campo é constituído por regras e estruturas próprias que



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

utas, comportamentos e percepções como válidas no

Os partidos podem, a partir da perspectiva adotada, ser entendidos como instituições seletivas, nos termos de Offe (1984), e, como atores que pertencem ao campo político, são agentes de reprodução das estruturas existentes no interior do campo. Afirmar que existe seletividade nas instituições implica dizer que formas políticas hegemônicas ou dominantes determinam de forma seletiva e, conseqüentemente, arbitrária os interesses e posições mais conciliáveis com as estruturas dominantes de produção e distribuição do poder.

Usar o conceito de seletividade de Offe (1984) requer que façamos um deslocamento de abordagem enfatizando menos a análise classista que Offe utiliza para definir as estruturas estatais e ampliando o campo de compreensão para além das relações entre poder econômico e poder político. Segundo Offe (1984), as instituições políticas possuem uma seletividade própria que corresponde aos interesses predominantes nos inúmeros processos de valorização existentes. Aproveitaremos a idéia de seletividade ligada à noção de *filtros* como mecanismos que configuram regras de exclusão institucionalizadas. O conceito de seletividade é descrito pelo autor como:

õ(...) uma configuração de regras de seleção que operam a) pela atualização de apenas um setor num conjunto de possíveis resultados e b) pela produção de uma homogeneidade ou consistência nos acontecimentos atualizados. Poderíamos dizer, de forma simplificada, que a seletividade é a restrição não-aleatória (isto é, sistemática) de um espaço de possibilidadesõ (OFFE, 1984, 151).

Offe (1984) aponta os elementos que compõem o sistema de filtros existente nas instituições: estruturas, ideologia, processo e repressão. Filtros estruturais referem-se a limitações legais e formais que definem, juridicamente, qual o campo de ação possível e regulamentam como as ações devem ser empreendidas para que tenham validade. Os filtros

no os que promovem percepções e articulações seletivas dos sociais em detrimento de outros. Processos seriam os procedimentos institucionalizados de formulação e implementação política que classificam certas questões e políticas como mais aceitáveis ou mais realizáveis que outras em decorrência de elementos que compõem a lógica dos processos deliberativos e de implementação política. Finalmente, filtros repressivos referem-se a ações do Estado (polícia, justiça e forças armadas) para coagir e limitar determinadas questões e ações.

É possível pensar o sistema de filtros enunciado por Offe (1984) em consonância com a análise da participação feminina nas instâncias políticas formais, como os partidos, observando quais os limites estruturais e processuais à participação feminina normatizados, por exemplo, na política de cotas adotada no Brasil²⁶. Nesse mesmo sentido, é possível analisar quais os elementos ideológicos e repressivos, adotando mais o sentido simbólico que o sentido de coação física, que permeiam as trajetórias e a entrada de mulheres nos partidos políticos e nos espaços políticos que ocupam. No caso das mulheres, especificamente, a dimensão repressiva dos filtros estaria mais centrada em um caráter simbólico que as inferioriza e, por isso mesmo, justifica uma série de tipos de violência, não necessariamente praticada por instituições estatais, como violência doméstica, sexual, institucional, psicológica, moral, entre outras.

Os partidos políticos, em função do princípio de competitividade que rege as relações no interior do sistema partidário, inserem em seus programas e diretrizes apenas conteúdos adequados à forma partidária legítima, conteúdos assimiláveis pelas estruturas que compõem a lógica de orientação dos partidos no interior do campo político (OFFE, 1984)

²⁶ Offe ressalta também que é preciso que a seletividade das instituições ao mesmo tempo em que pratica exclusões precisa também dar invisibilidade a essa dinâmica de seleção. Podemos pensar a política de cotas, a partir disso, as instituições representativas se abrem para a entrada de novos elementos, mas, paralelamente, a esse processo determinam juridicamente e simbolicamente de que forma e onde a entrada se dará.



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

assumem como função mais usual, além de serem canais a tarefa de cooperarem com a formação política da vontade popular através de atividades publicitárias, pedagógicas ou políticas. A vontade popular é, com base nisso, não apenas *expressa*, mas *formada* com a participação dos partidos políticos. Dessa maneira, as formas políticas dominantes incorporadas pelos partidos determinam seletivamente os interesses e as posições atribuídos à vontade popular que devem ser considerados pelos partidos em seus programas partidários. Entretanto, em função da relação de competitividade entre os partidos e da seletividade do *habitus* nas organizações partidárias, a vontade popular é, em grande medida, distorcida, manipulada ou simplificada para que se torne conciliável com as estruturas hegemônicas de produção e distribuição das forças sociais (OFFE, 1984).

A evolução dos partidos, enquanto organizações políticas, segue, na análise de Offe (1984), linhas traçadas em 1914 por Michels em sua obra *Sociologia dos Partidos Políticos* (1982). Em ambos, o caminho percorrido pelos partidos tem fortes implicações nas formas assumidas pela relação entre os princípios defendidos pelo partido e os objetivos e práticas que adota ao ingressar no campo eleitoral.

Para Offe, os princípios de classe dos partidos se perdem ao longo de sua trajetória em função da necessidade sentida pelos partidos de ampliar suas bases de recrutamento de votos de forma a alcançarem o sucesso eleitoral e responsabilidades governamentais. Dessa forma, as condições de acesso ao partido são generalizadas evitando a vinculação de seu programa a setores sociais muito específicos a ponto de inviabilizarem futuras conciliações e coalizões governamentais.

Os temas e assuntos que transbordam o bojo de legitimidade e aceitabilidade das estruturas que compõem o *ethos* dos partidos políticos surgem como questões marginais ou

que não sejam mais que questões secundárias. Dessa forma, temas considerados "inundações políticas" nas palavras de Offe (1984), e são apresentados como movimentos de protesto ou subculturas desprovidos de vínculos institucionais, são apresentados como temas políticos pouco relevantes que ficam à margem dos processos de representação formal. Considerando a lógica que permeia as relações de representação no sistema político, temas considerados "anti-sistema" surgem ou como temas marginais ou são submetidos à real possibilidade de nem ao menos surgirem enquanto problema político porque são "neutralizados" pelas estruturas discursivas da "política de verdade" em seu uso foucaultiano (FOUCAULT, 1999), de classificação e diferenciação das questões como válidas e inválidas, legítimas ou ilegítimas.

A argumentação de Michels (1982) se assemelha à anterior, na medida em que parte da idéia de que a organização e burocratização advindas do crescimento do partido implicam, necessariamente, na oligarquização de sua estrutura e no distanciamento entre a "cúpula" do partido e suas bases²⁷. Dessa forma, à medida que os partidos crescem e se organizam segundo os padrões de luta partidária tornam-se mais "moderados" em suas reivindicações e na representação de demandas específicas de modo a não se tornarem, eles mesmos, elementos considerados "anti-sistema" ou "marginais", nos termos empregados por Offe (1984)²⁸. A ampliação dos princípios defendidos pela legenda partidária possibilita que mais membros e, conseqüentemente, mais votos, sejam angariados e incorporados às fileiras do partido, resultando em seu crescimento como força de apoio ou oposição nos pleitos eleitorais.

Para Offe (1984), os partidos políticos deveriam ser estruturas capazes de combinar

²⁷ Essa afirmação é conhecida, na teoria política, como "lei de ferro das oligarquias" e é expressa usualmente pela máxima: "Quem diz organização, diz tendência para a oligarquização" (MICHELS, 1982).

²⁸ Essa dinâmica de exclusão de partidos em que prevalece um "teor de classe" exacerbado e muito específico pode ser observada nos pleitos eleitorais no Brasil em que partidos como PSTU, PCO e outros são desqualificados enquanto componentes efetivos da disputa eleitoral ou como concorrentes reais.



Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

lo poder político não estivessem mais excluídos os ação política ó ã(...) o querer político só pode se manifestar no ato especializado de votar, mas não mais pela ação na sociedade. A disjunção entre *querer* e *agir* pode ser caracterizada como o princípio estrutural da democracia burguesa (OFFE, 1984, 298) e não funcionarem apenas como postos de coleta de votos destacados dos contextos sociais e incapazes de reconhecer a identidade social dos sujeitos, vistos como *seres genéricos com direito a votar* (OFFE, 1984, 298) em função da necessidade de evitarem as desvantagens de restringir seu campo de potenciais representados

A discussão feita anteriormente em relação à composição social dos partidos políticos deve ser combinada, sem que isso implique em sua invalidação, às argumentações feitas por Offe e Michels. A tendência observada nos partidos de distanciamento das bases e de ampliação de seus programas de forma a abarcarem o maior número de eleitores possível não implica, necessariamente, em afirmar que, com base nisso, todos os partidos políticos podem ser considerados iguais e indiferentes entre si. Afirmer que existe uma tendência à oligarquização nos termos de Michels (1982), dos partidos, quaisquer que sejam suas bandeiras ideológicas, nos indica a possibilidade de que as práticas políticas partidárias assumam características semelhantes no exercício do poder. Consideramos que, de maneira a alcançar cargos e postos de poder, os partidos cada vez mais se tornem flexíveis e maleáveis visando possíveis coligações ou coalizões com os demais partidos em disputa pelo poder. Entretanto, afirmar que há uma total indiferenciação entre todos os partidos brasileiros, por exemplo, em sua totalidade de aspectos, merece contestação.

Os partidos ao vencerem as eleições se adequam aos padrões institucionais

²⁹ Offe (1984) considera instrumentos sociais de poder e mobilizações como a greve, a participação política frequente e não apenas em momentos eleitorais e as ações políticas descentralizadas como em comunidades locais ou movimentos sociais.

exercício do poder e para a administração do Estado. No
mbora dificulde e mereça ser alvo de críticas severas, que
sejam observadas diferenças na condução ou na orientação de algumas políticas ou mesmo
nas formas encontradas pelos diferentes partidos para responderem a suas bases e nas
pressões que essas bases exercem sobre o partido eleito e sua coalizão, como mostram os
aspectos ligados à análise da atuação de deputadas federais desenvolvidos no capítulo V
relacionados às diferenças entre as temáticas de atuação de mulheres de diferentes partidos.

Dessa forma, não é possível desconsiderar a composição social dos partidos e as
diferenças em seus *ethos* de formação, contanto que sejam ressaltados sempre os limites de
atuação dos partidos considerando elementos discutidos anteriormente como a seletividade
das instituições; a não existência de identificação entre a classe política e a maior parte do
eleitorado; ou a adequação dos partidos às estruturas de *governança* previamente
estabelecidas que garantem sua manutenção no poder.

Como último ponto, é relevante, partindo da perspectiva que adotamos, considerar que
o problema dos partidos não está, necessariamente, no processo de institucionalização pelo
qual passam, como defende Michels (1982), e, sim, no que significa ser um *partido*
institucionalizado em nosso contexto político. Os sentidos, significações e as regras que
constituem a instituição *partido* são sujeitos à contestação e questionamentos, considerando
que a idéia de *adequação a certos padrões* tem um caráter definido e implica em relações
políticas específicas que, em sua seletividade, impossibilitam a atuação dos partidos enquanto
canais efetivos de expressão plural das demandas variadas do eleitorado. O problema do
sistema partidário brasileiro, como já ressaltado por Kinzo (2005), pode ser caracterizado
como a forma assumida e perpetuada pela relação travada entre Estado e partidos em que
existem problemas na configuração e efetivação da participação, em seu sentido mais amplo,

3.2. Estado e sistema partidário: os limites institucionais à inclusão

A caracterização do *círculo de contenções* com base em duas dimensões de análise³⁰ é uma dimensão ligada a limitações formais, no sentido de que existem determinadas estruturas que constituem as instituições e configuram as possibilidades de ação dos sujeitos em seu interior; e uma outra dimensão ligada a limitações simbólicas descritas como os padrões de socialização e reprodução de regras e valores que conferem diferentes significados aos grupos sociais. É possível ser ampliada para outras instituições estatais pertencentes ao campo político, além dos partidos políticos que também exercem influência significativa na configuração dada à atuação, acesso e trânsito dos sujeitos às esferas de poder.

As instituições podem ser entendidas, seguindo a perspectiva conceitual adotada (Bourdieu, Castoriadis, Foucault), através de processos dinâmicos modificáveis ao longo do tempo e que estabelecem relações dialéticas com os sujeitos e relações que os compõem. Paralelamente aos movimentos de sujeição dos indivíduos às contenções institucionais, os sujeitos, nas relações que travam entre si, influenciam o curso e orientação das instituições. Entender essa relação significa perceber que, ao mesmo tempo em que o Estado e as instituições que dele derivam orquestram os *habitus*³¹ e estabelecem múltiplos círculos de contenções aos diferentes sujeitos, o campo político precisa ser compreendido, por meio da análise de Bourdieu (2001), como um espaço social composto por uma estrutura de distribuições dos sujeitos, o que implica dizer que as lutas e confrontos entre diferentes pontos de vista também ocorrem nessas instituições e por meio delas.

³⁰ Lembrando sempre que, assumir a existência de duas dimensões para o *círculo de contenções* não implica em separar os aspectos simbólicos e formais, mas ressaltar que existem diferentes mecanismos de manifestação dessas limitações que, em inúmeros casos, como nos partidos políticos, por exemplo, estão sobrepostos e não podem ser analisados de forma separada e isolada.

³¹ O Estado cria as condições de uma orquestração imediata dos *habitus* que constitui, por sua vez, o fundamento de um consenso sobre esse conjunto de evidências partilhadas, capazes de conformar o senso comum. (BOURDIEU, 2001, 213).

como outras instituições formais, contribuem para a construção das relações que permeiam a realidade social³². Cabe ao Estado um relevante papel na instituição e transmissão de dizeres, percepções, memórias e elementos de diferenciação que constituem formas comuns de pensamento, de uma forma mais geral, e que influenciam as normas e condutas sociais dos sujeitos pertencentes a uma dada situação histórica e política e legitimam determinadas ações políticas e não outras (BOURDIEU, 2001; FOUCAULT, 2000).

Como forma de forçar os espaços sociais e inserir novos pontos de vista em seus processos deliberativos e discursivos, faz-se necessário incluir vozes dissonantes nesses processos. Cotas serviriam como instrumento de tornar presentes elementos potencialmente representativos dessas vozes ou perspectivas, como explicitado anteriormente. No entanto, a própria política de cotas, no caso brasileiro, foi elaborada engendrada a uma série de limites institucionais que a torna um elemento de neutralização ou, no mínimo, de abrandamento da questão da sub-representação feminina no Congresso Nacional, por exemplo.

A política de cotas legislativas para mulheres será entendida aqui como um mecanismo utilizado para ampliar o número de mulheres como candidatas e como representantes eleitas nos âmbitos legislativos. A justificativa para a adoção das cotas perpassa as explicações que expusemos anteriormente de forma mais ou menos pertinente, mas responde primordialmente a alguns movimentos ocorridos nas últimas décadas como o reconhecimento das demandas defendidas pelo movimento feminista como legítimas e a percepção do contraste entre a participação feminina no mercado de trabalho e nas instituições educacionais e a sua não-correspondência nas esferas decisórias (ARAÚJO, 2005), além da

³² Nesse sentido, teóricos marxistas e pós-marxistas, discutiram o papel político e ideológico desempenhado pelo Estado e suas estruturas na formação social dos sujeitos e das relações que os permeiam e, logo, os constituem enquanto ocupantes de posições específicas no espaço social. Para mais ver: Louis ALTHUSSER, Ralph MILIBAND, Nicos POULANTZAS, Antonio GRAMSCI, entre outros.

ção era composta por mulheres, enquanto apenas 5% das
por elas, no caso brasileiro (MIGUEL, 2000).

As cotas para mulheres, assim como as cotas raciais, adquirem um papel importante por partirem de premissas que vão de encontro aos pressupostos liberais baseados na idéia de individuo enquanto unidade política básica e na crença da existência de uma situação de igualdade de condições entre diferentes indivíduos. Segundo a análise feita por Miguel (2000), as cotas questionam os preceitos do liberalismo ao afirmar que a igualdade formal é insuficiente e, mais, que ela perpetua e encobre as desigualdades substantivas.

O principal argumento contrário às cotas seria o de que a sua implementação, em primeiro lugar, postula como detentor de direitos um grupo e não indivíduos e, em segundo lugar, afeta a liberdade de escolha individual ao forçar a entrada de novos elementos no mercado político. A idéia é que se as pessoas julgassem necessário que mais mulheres estivessem presentes na composição legislativa, elas votariam em mais mulheres ou mesmo se candidatariam a esses postos (MIGUEL, 2000; ARAÚJO, 1999).

Apesar das cotas surgirem como um reconhecimento público da ausência de determinados grupos na esfera pública, alguns problemas relacionados à sua implementação devem ser levantados. Em primeiro lugar, os processos de inclusão de setores sociais específicos existem paralelamente a processos de exclusão de outros setores e dependem, essencialmente, da escolha de certas clivagens/divisões sociais em detrimento de outras. Dessa forma, é necessário reconhecer que a inclusão de certos grupos implica na exclusão de outros com especificidades consideradas irrelevantes sob a ótica da justiça num determinado contexto histórico e social.³³

³³ Para mais sobre isso ver MIGUEL, 2001.

000) chama a atenção para o que Anne Phillips chamou cotas que poderia resultar em uma perpetuação da

relevância social das diferenças ao invés de tornar essas diferenças irrelevantes. Contudo, mecanismos de ampliação da inclusão de grupos excluídos da esfera pública são importantes porque abrem espaços para a construção de identidades coletivas, possuem um efeito simbólico importante para a ampliação da diversidade e inserem temas ligados a questões de injustiça que antes estavam fora da agenda pública deliberativa (MIGUEL, 2000).

O processo de implementação das cotas para mulheres no Brasil se diferenciou, em grande parte, das experiências realizadas em outros países pela ausência de grandes debates sobre o tema (ARAÚJO, 1999). Para que esse fenômeno seja entendido é preciso atentar para dois fatores que estiverem presentes durante o processo de discussão sobre as cotas. Uma primeira resposta para esse fato é dada por Miguel (2000) ao argumentar que poucas pessoas se colocaram contrárias às cotas em função do aumento da legitimidade em torno da reivindicação de ampliação do número de mulheres parlamentares³⁴. Araújo (1999) questiona a fácil adesão dos partidos às cotas e afirma que a ausência de resistência encontrada deve ser entendida não só como adesão dos partidos a essa causa, mas em função do conhecimento que os atores políticos tinham dos limites institucionais a que a política de cotas estava sujeita.

Para Araújo (1999), as cotas não geraram discussão porque seus limites ficaram estabelecidos de forma clara na elaboração das regras que regeriam esse novo instrumento: as cotas não tornavam obrigatório o preenchimento das candidaturas reservadas às mulheres e estabeleciam, ao mesmo tempo, um aumento de 50% do número total de candidaturas, além de não reservarem cadeiras no parlamento, e sim, vagas nas candidaturas (MIGUEL, 2000).

³⁴ Embora o autor argumente que, mesmo que a exclusão feminina não seja mais defendida discursivamente, no âmbito da prática, ações de exclusão ainda ocorrem no interior das organizações políticas.

erviui apenas como instrumento de retórica, considerando o foram alteradas e os lugares em disputa dentro dos partidos não foram modificados, ou seja, não houve uma real substituição de homens por mulheres nas candidaturas (ARAÚJO, 1999).

A seletividade inerente às estruturas institucionais que regularizam as condições de inserção das mulheres não permite, de forma deliberada, uma inclusão efetiva, permite, no máximo, como observaremos na análise dos dados feita no Capítulo V, uma *inclusão orientada* em que lugares e papéis específicos são destinados às mulheres, como no caso do legislativo no Brasil.

Estudos como os de Miguel (2000; 2001) mostram que a atuação legislativa de mulheres nos âmbitos legislativos está mais concentrada em questões que podem ser associadas a características femininas de “proteção” e “cuidado”, como questões sociais, questões ligadas à família, entre outras. O ponto de partida é compreender os motivos que levam as mulheres a se estabelecerem nesses lugares como campos de ação legítimos e aceitos e ampliar as justificativas para além da idéia de que elas atuariam dessa forma em função de preferências essencialmente femininas, mas, sim, porque seriam limitadas em suas escolhas, sendo relegadas a assuntos que no interior do campo político aparecem como detentores de menos capital simbólico.

Dessa forma, a atuação política da maioria das mulheres nas organizações políticas partidárias e nas instâncias legislativas poderia ser definida por processos de *inclusão orientada* em que a entrada e a ação das mulheres nessas esferas se dão de forma controlada e limitada a determinados espaços e lugares considerados mais “adequados” ou mais “abertos” à participação das mulheres, seja no interior dos partidos, seja no âmbito do legislativo federal. Os partidos políticos funcionariam, assim, como instituições que compõem os círculos de contenções e em



s possibilidades orientadas de inclusão de grupos e setores

Além dos limites formais da política de cotas, existe ainda uma série de limites institucionais no interior do sistema político, especificamente no sistema partidário e eleitoral, que influencia e dificulta ações mais efetivas para o avanço da diversificação da representação política. A participação das mulheres nos partidos políticos, suas formas de acesso e trajetórias políticas devem ser entendidas considerando, não apenas aspectos formais, mas questões ligadas à exclusão política histórica a que as mulheres (assim como outros grupos) foram submetidas e a elementos culturais e simbólicos de preconceito disseminados nas esferas pública e privada que exercem importantes efeitos sobre as formas assumidas pelas relações sociais (ARAÚJO, 2005).

Araújo (2005) analisa a elegibilidade das mulheres relacionada com aspectos do sistema eleitoral, do sistema partidário e da organização interna dos partidos apontando limites e possibilidades da escolha e elegibilidade de mulheres segundo a estrutura institucional do sistema político. Para ela, algumas considerações acerca dos diferentes sistemas eleitorais precisam ser ressaltadas. Uma série de estudos citados por ela³⁵ permite observar a adequação de determinadas regras eleitorais à ampliação da representação feminina, como por exemplo, a melhor qualificação dos sistemas proporcionais em detrimento dos sistemas mistos e majoritários, respectivamente, quando se trata de mais mulheres eleitas. Sistemas proporcionais seriam melhores ao possibilitarem um maior número de pessoas se candidatando e, logo, um aumento das chances de novos setores da sociedade serem incluídos no leque de eleitos.

Um outro desafio está relacionado aos mecanismos de listas abertas ou fechadas, em

³⁵ Para os estudos ver mais em ARAÚJO, 2005.

depende de garantias que permitam que os nomes de
em entre os primeiros da lista, e que, no caso das listas
abertas, as mulheres possuam a mesma oportunidade de acesso aos recursos materiais para o
desenvolvimento de suas campanhas.

Araújo (2005) ressalta que o problema maior das mulheres dentro dos partidos não é
serem indicadas como candidatas, e sim, concorrerem internamente com seus correligionários
e, externamente, com os demais candidatos em igualdade de condições. Isso ocorreria,
segundo ela, em função da lógica do cálculo eleitoral³⁶ que privilegia, em grande medida,
aqueles parlamentares que já possuem mandato, em sua maioria homens, e da vigência de
padrões competitivos e de medidas de potencial de elegibilidade baseados em referenciais
masculinos.

Observamos, no ano de 2007, durante as discussões realizadas em torno da reforma
política os esforços da bancada feminina do Congresso, assim como de movimentos de
mulheres e organizações ligadas ao tema sobre a relevância em modificar as regras do sistema
político de forma a ampliar as possibilidades de acesso de mulheres às instâncias políticas.
Foram defendidos como parte das reivindicações a favor da ampliação da representação
feminina a adoção da lista fechada com alternância de sexo no ordenamento (flexível),
financiamento público de campanha e fidelidade partidária.

Considerando os sistemas partidários, Araújo (2005) aponta os sistemas
pluripartidários como melhores para a eleição de mulheres porque possibilitam um cenário
maior de dispersão eleitoral e o surgimento de novos partidos capazes de absorver novos
atores sociais. Apesar de apontar o pluripartidarismo como mais adequado, a autora ressalta
que um cenário partidário de alta fragmentação não beneficia a eleição de novos atores sociais

³⁶ Partindo da idéia de partidos políticos como instrumentos para atingir o poder.

sujeitos os partidos.

Ela ressalta elementos ligados ao tamanho dos partidos e a suas posições no espectro ideológico como essenciais na tentativa de compreensão acerca da presença feminina nos partidos. Ela afirma que partidos posicionados mais à esquerda do espectro ideológico possuem, historicamente, um número maior de representantes eleitas, no entanto, em função do chamado "efeito-contágio" essa situação vem se modificando e ampliando esse movimento de inserção de mulheres para os partidos situados em outras posições do espectro³⁷.

O tamanho dos partidos também influencia a eleição feminina, partidos de médio porte seriam mais favoráveis enquanto partidos muito pequenos ou muito grandes tenderiam a fazer cálculos eleitorais menos flexíveis com base na lógica de maximização de ganhos em torno da eleição dos candidatos que lançam, a idéia é lançar candidatos com um maior potencial de eleição para conseguir ou garantir mais representantes para o partido.

O "efeito-contágio" e a organização de movimentos de mulheres dentro e fora dos partidos favorecem a disseminação da preocupação dos atores políticos em abordarem questões relacionadas às mulheres, seja em função do aumento da pressão por parte desses segmentos organizados em torno dessas demandas, seja porque as mulheres tornaram-se uma força eleitoral numérica relevante, seja em função de cálculos eleitorais feitos pelos partidos visando a disputa política nas eleições.

As estratégias de envolvimento dos partidos são apresentadas por Araújo (2005) com base em uma classificação feita por Pippa Norris e Lovenduski, que define essas estratégias como de retórica, de políticas de ação afirmativa ou de discriminação positiva. Estratégias de retórica seriam compostas por medidas formais de adesão a questões ligadas às mulheres, suas

³⁷ A autora observa, no entanto, que mesmo os partidos mais comprometidos com questões ligadas às mulheres e sua participação possuem esforços maiores para trazer essas mulheres para posições internas dos partidos em detrimento de esforços no sentido do lançamento de suas candidaturas.

naturas de compromissos internacionais e inclusão de em seus programas e pronunciamentos. Estratégias de políticas de ação afirmativa visariam fornecer as condições necessárias para que as mulheres pudessem desenvolver suas carreiras políticas como treinamento, cursos de formação, implantação de creches para que as mulheres pudessem participar das atividades partidárias, entre outras. E, finalmente, estratégias de discriminação positiva seriam a reserva de cotas para a candidatura de mulheres aliadas a mecanismos próprios das estratégias de ação afirmativa. A adoção dessas estratégias ou de combinações de seus diferentes mecanismos dependeria, segundo Araújo (2005), do grau de organização das mulheres dentro e fora dos partidos como instrumento capaz de exercer pressão sobre as lideranças políticas.

Por último, Araújo (2005) aponta problemas ligados à institucionalização partidária e à forma de organização decisória como elementos que contam para a eleição de mulheres. Dessa forma, partidos com regras mais institucionalizadas, menos sujeitos a mudanças nos padrões que norteiam o seu funcionamento, e formados por esferas decisórias e executivas menos centralizadas, seriam ambientes mais favoráveis ao sucesso de ações que objetivassem a ampliação da presença feminina nas instâncias representativas.

Os problemas apontados por ela para a eleição de um número significativo de mulheres no Brasil são o personalismo, presente nas relações políticas e facilitado pela existência de práticas formais pouco institucionalizadas, e a debilidade no grau de nacionalização dos partidos, o que significa dizer que existe um hiato entre aquilo que é decidido ou é estabelecido como plano nas instâncias nacionais e regionais dos partidos. A cultura política também influenciaria esse cenário, embora não deva ser considerada um elemento estático e fixo das relações sociais, ela possui uma relação dialética com fatores sociais e políticos, o que permite crer que transformações nas estruturas de organização social



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

No Brasil, teríamos a predominância de estratégias partidárias de retórica como resultado da neutralização institucional a que são submetidas as cotas como medidas efetivas de incorporação de novos setores, aliada à permanência (ou uma mudança muito lenta) de uma cultura não-igualitária no que diz respeito às relações de gênero. O sucesso de políticas de cotas dependeria, dessa forma, do comprometimento efetivo dos partidos políticos, de mudanças institucionais nos sistemas eleitoral e partidário realizadas através da pressão de movimentos organizados em torno das demandas ligadas às mulheres e de ações que visem o alargamento do campo discursivo e simbólico regido por relações de poder que submetem a condição feminina, através de naturalizações, a referenciais sociais de rebaixamento e de ilegitimidade.

4.1. Dinâmica congressual e funcionamento do legislativo brasileiro

4.1.1. Proposições legislativas

Toda matéria que está sujeita à deliberação nas casas legislativas e/ou no Congresso Nacional como um todo é definida como proposição legislativa. Em função das diferenças existentes entre as proposições, os tipos de matérias legislativas presentes no processo legislativo brasileiro estão descritos abaixo. A nomenclatura das proposições varia entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Abaixo serão indicados os nomes utilizados na Câmara dos Deputados para cada tipo de proposição.

Proposta de Emenda à Constituição (PEC): propõe alterações na Constituição Federal, excetuadas as mudanças relacionadas às cláusulas pétreas sobre a forma federativa do Estado, voto direto, secreto, universal e periódico, à separação dos poderes e aos direitos e garantias individuais. A Constituição não poderá ser alterada na vigência de intervenção federal, do estado de defesa ou estado de sítio. Na Câmara dos Deputados, a iniciativa de PEC deve ser apresentada por um terço da casa ou pelo presidente da República quando começará sua tramitação, sempre, pela Câmara dos Deputados e, após aprovada, será encaminhada ao Senado³⁸. A iniciativa de PEC cabe também à mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.

Projeto de Lei Ordinária (PL): regula as matérias de competência do legislativo com a sanção do Presidente da República. Na Câmara, o PL pode ser de iniciativa de uma/um deputada/o; de mais deputadas/os; de uma Comissão ou da Mesa; do Senado Federal ou da Presidência da

³⁸ Regime de tramitação e quórum diferenciado.

es, do STF, do Procurador Geral da República ou por
ínimo, um centésimo do eleitorado nacional.

Projeto de Lei Complementar (PLP): destinado a regulamentar dispositivos da Constituição Federal que exigem lei complementar. Será apreciada na Câmara em dois turnos tramitando com prioridade.

Projeto de Lei de Conversão (PLV): refere-se à Medida Provisória alterada por emenda ou por substitutivo do relator ao seu texto original.

Projeto de Decreto Legislativo (PDC): matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional que dispensa a sanção do Presidente da República.

Projeto de Resolução (PRC): matéria de competência privativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, entre outros.

Requerimento (REQ): instrumento usado pelos parlamentares para encaminharem suas solicitações. Poderão ser por escrito ou oral, em função da complexidade do assunto e subdividem-se em alguns tipos listados a seguir, dentre outros: inclusão na ordem do dia; comparecimento de Ministro de Estado; retificação da ata; esclarecimento de ato da administração; reconstituição de proposição; homenagem; licença para tratamento de saúde; pesar; levantamento de sessão.⁴⁰ Os requerimentos podem ser ainda de dois tipos: Requerimento de informação (RIC) usado quando se faz necessária a prestação de informação de autoridade pública ao Congresso Nacional e Requerimento de Instauração de CPI (RCP) usado para propor a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito.

³⁹ Os ministérios setoriais enviam anteprojeto de lei de sua autoria à Presidência da República.

⁴⁰ A Sessão poderá ser suspensa por determinado período devido a ocorrência de morte ou acontecimento de força maior.



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

sugerir manifestação de uma ou mais comissões sobre
proposição de projeto de iniciativa da Câmara ou sugerir a

outro órgão a adoção de providencias, realização da ato administrativo ou gestão, entre outros.

Parecer: proposição através da qual uma comissão se pronuncia sobre qualquer matéria. É apresentado por relatores às matérias em tramitação, e após ser aprovado, constitui o parecer da Comissão.

Emenda: proposição apresentada como acessório a outra e pode ser supressiva; aglutinativa; substitutiva; modificativa ou aditiva e de redação.

Sugestão (SUG): proposta apresentada por associações, sindicatos e órgãos da sociedade civil à Comissão de Legislação Participativa. Quando aprovadas, essas sugestões tramitam como projeto de iniciativa da CLP.

Proposta de Fiscalização e Controle (PFC): Proposição que tem por objetivo fiscalizar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Em nossa pesquisa analisamos a atuação legislativa das deputadas com base nos tipos de proposições mais apresentados na Câmara dos Deputados. Para os fins da pesquisa, consideramos os seguintes tipos de proposições: Projeto de Lei (PL); Projeto de Lei Complementar (PLP); Proposta de Emenda à Constituição (PEC); Projeto de Decreto Legislativo (PDC); Requerimento (REQ); Requerimento de Informação (RIC), Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) e Requerimento de Instituição de CPI (RCP).

A tramitação de matérias pode variar em função da natureza legislativa da proposição, entretanto é possível descrever em linhas gerais, como mostra o organograma a seguir as principais fases de tramitação de uma matéria dentro da Câmara dos Deputados.

Todos os projetos para iniciarem seu rito legislativo são encaminhados à Mesa Diretora, após sua apresentação em Plenário onde é dada a ciência de sua entrada na Casa. A Mesa Diretora⁴¹ é responsável pela distribuição das proposições para as comissões legislativas de acordo com seu tema predominante.⁴² Nas comissões os projetos são distribuídos para seus relatores, são discutidos, recebem emendas e os pareceres do relator e da comissão são elaborados com a apresentação de argumentos favoráveis ou não à aprovação da matéria.

Algumas comissões possuem poder conclusivo (CD)⁴³. Nesses casos, as matérias passam por apreciação apenas no interior das comissões, dispensando a deliberação final do Plenário, exceto quando forem projetos de Código, de Lei complementar, de Iniciativa popular, projeto vindo do Senado federal (original ou com emendado), projetos com pareceres divergentes, projetos em regime de urgência e os de autoria de Comissão. Após a apreciação do mérito do conteúdo das matérias pelas comissões competentes, todas elas seguem para a apreciação de sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (RI-CD, art.139, II, c).

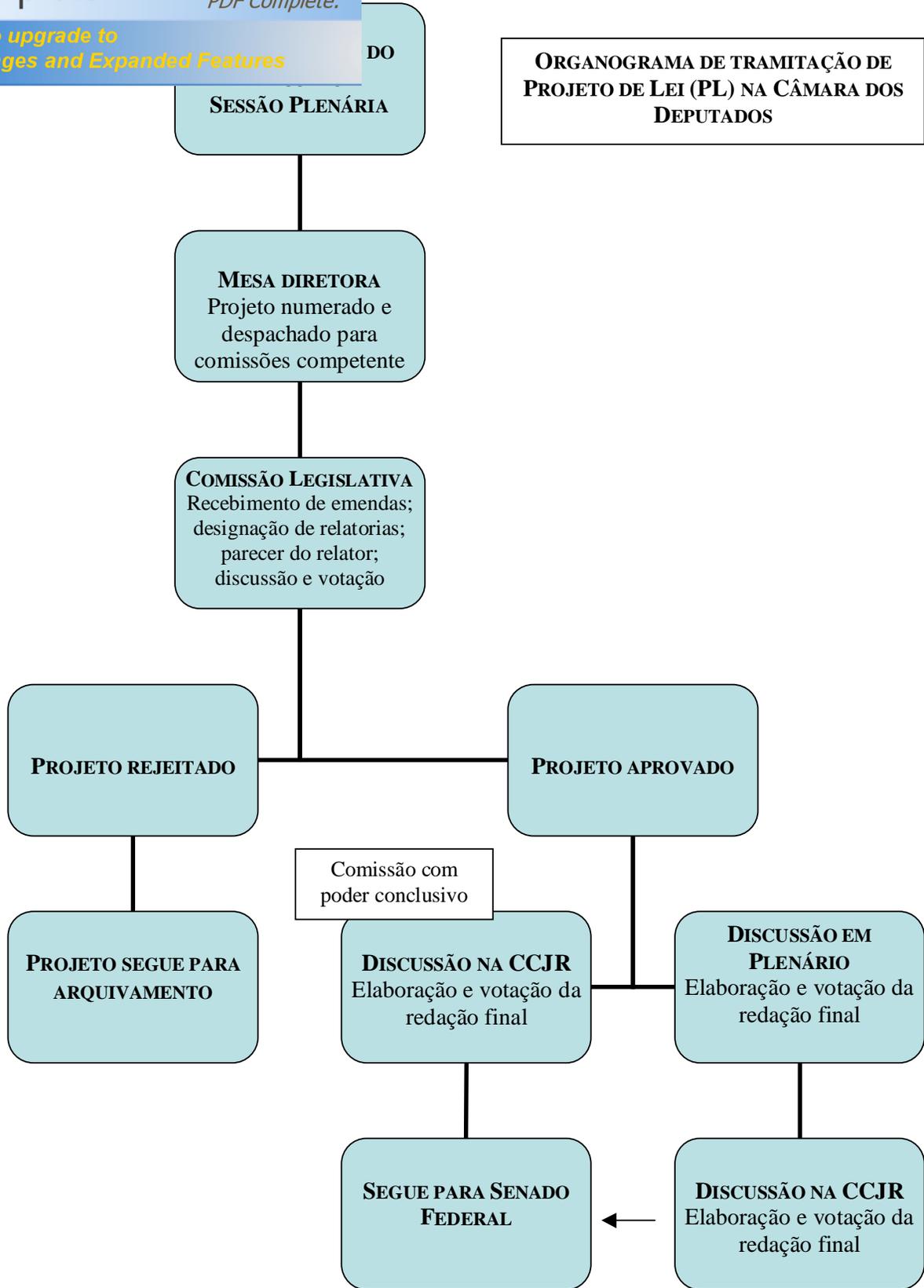
⁴¹ Além de ser responsável pela direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Casa. A Mesa Diretora é composta de Presidência - Presidente e dois Vice-Presidentes - e de Secretaria, composta por quatro Secretários e quatro Suplentes. Os membros efetivos da Mesa não podem fazer parte de Liderança nem de Comissão Permanente, Especial ou de Inquérito (RI-CD, art. 14). Nunca houve uma parlamentar do sexo feminino entre os membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

⁴² Proposições que versem sobre mesmo assunto podem ser apensadas ao projeto de lei mais antigo ou de origem do senado para tramitação conjunta (RI-CD, arts. 139, I, 142 e 143)

⁴³ No Senado, o poder conclusivo é chamado de poder terminativo. Enquanto na Câmara a expressão poder terminativo está ligada aos casos em que os pareceres de competência exclusiva pertencem às comissões de Constituição e Justiça e Redação; Finanças e Tributação; e comissões especiais criadas para tratar de matérias que pertencem a mais de três comissões (RI-CD, arts. 34 e 54).

DO

ORGANOGRAMA DE TRAMITAÇÃO DE PROJETO DE LEI (PL) NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



As comissões legislativas são os órgãos em que as matérias são discutidas e deliberadas pelos parlamentares. As comissões variam quanto ao seu caráter e quanto aos temas sobre os quais versam. As comissões podem ter caráter técnico legislativo ou especializado quando são definidas como comissões permanentes e podem ser temporárias.

4.1.3.1. Comissões temporárias

As comissões temporárias são criadas para a apreciação de determinado assunto e são extintas ao final da legislatura ou, antes disso, quando forem atingidos os fins para os quais a comissão foi criada ou quando se extingue o prazo previsto para sua duração. O ato ou requerimento de constituição de uma comissão temporária prevê ainda quantos serão seus membros e quais parlamentares irão compor a comissão, designados pelo Presidente por indicação dos Líderes.

As comissões temporárias se subdividem em: 1. Especiais; 2. de Inquérito; 3. Externas.

Comissões especiais (CESP): são criadas para dar parecer sobre Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e Projeto de Código⁴⁴. Poderá ser criada também para apreciar matérias de competência de mais de três comissões permanentes na análise de seu mérito, sendo criada através de iniciativa do presidente da Câmara ou por requerimento de líder ou do Presidente da comissão interessada. A composição desta comissão terá que complementar, pelo menos, metade dos membros titulares das comissões permanentes que versam sobre o tema da matéria. A comissão especial julgará a admissibilidade e o mérito da proposição.

⁴⁴ Discussões sobre código de trânsito, etc.

Comissão de Inquérito (CPI): a CPI é instituída através de requerimento de uma ou mais deputadas/os visando a apuração de um fato específico, determinado e por prazo certo, sobre a qual terá poderes de investigação próprios de autoridades judiciais. Não é permitida a existência de mais de cinco CPIs, exceto mediante Projeto de Resolução.

Comissões externas: são instituídas pelo Presidente da Câmara, de ofício ou a requerimento de qualquer deputada/o para cumprir missão temporária autorizada, sujeitas à deliberação do plenário quando significarem ônus para a casa legislativa.

4.1.3.2. Comissões permanentes

O número de membros efetivos das comissões é estabelecido através de ato da Mesa Diretora, ouvido o Colégio de Líderes, no início dos trabalhos da primeira e terceira sessão legislativa de cada legislatura⁴⁵. Esse número poderá ser alterado visando permitir a observância, quando possível, da proporcionalidade partidária, inclusive da representação das bancadas. É vetada a participação de uma/um deputada/o como membro titular de mais de uma comissão permanente, ressalvadas as comissões da Amazônia e do Desenvolvimento Regional, de Direitos Humanos, de Legislação Participativa e de Segurança Pública e combate ao crime organizado. A estrutura de organização dos trabalhos da Mesa é: 1 presidente e três vice-presidentes, eleitos por seus pares, com o mandato de um ano, sendo vedada a reeleição.

As atribuições dos presidentes das comissões são, entre outras: assinar os documentos expedidos pela Comissão; convocar e presidir as reuniões; resolver as questões de ordem e reclamações surgidas na reunião; ler a ata da reunião anterior e submetê-la a discussão e votação, assim como determinar sua publicação no Diário Oficial da CD; estabelecer a pauta

⁴⁵ Legislatura X sessão legislativa.

...a aos parlamentares da Comissão e Lideranças; designar
...sujeitas a parecer; conceder vistas das proposições aos
membros da Comissão; requerer a distribuição da matéria a outras comissões; poderá assumir
a função de relator ou relator substituto e ter voto nas deliberações da Comissão.

Os trabalhos das comissões podem seguir dinâmicas diferenciadas. As comissões podem formar duas Turmas, ambas sem poder decisório, que geram relatórios separados que são, posteriormente, encaminhados para a deliberação do Plenário da comissão. As comissões permanentes também podem constituir subcomissões, limitadas em seu número e natureza.

As atribuições das comissões permanentes são, entre outras:

1. Discussão e votação: 1. de proposições sujeitas à deliberação do Plenário que lhes forem distribuídas; 2. de proposições que não precisem ser deliberadas pelo Plenário ó deliberação conclusiva das comissões.
2. Convocação de Ministros de Estado: para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado ou conceder-lhe audiência para expor-lhe assunto de relevância de seu Ministério;
3. Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
4. Acompanhamento de programas de obras, planos de desenvolvimento de qualquer nível e emitir parecer em relação ao Plano Plurianual (PPA), assim como exercer o acompanhamento contábil, financeiro e orçamentário da União e entidades da administração direta, indireta e mantidas pelo poder público;
5. Estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade e promover conferências, exposições, palestras ou seminários;

ração de órgãos ou entidades da administração pública

al e da sociedade civil, para elucidação de matérias

sujeitas a seu pronunciamento.

As comissões permanentes se dividem, segundo suas áreas temáticas, em:

- Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional ó CADR
- Comissão de Agricultura e Política Rural ó CAPR
- Comissão de Constituição e Justiça e Redação ó CCJR
- Comissão de Ciência e Tecnologia, comunicação e informática _ CCTCI
- Comissão de defesa do consumidor, meio ambiente e minorias - CDCMAM
- Comissão de Direitos Humanos ó CDH
- Comissão de Desenvolvimento Urbano e interior ó CDUI
- Comissão de Educação e Cultura ó CEC
- Comissão de Economia, Indústria e Comércio ó CEIC
- Comissão de Fiscalização Financeira e Controle ó CFFC
- Comissão de Finanças e Tributação ó CFT
- Comissão de Legislação Participativa ó CLP
- Comissão de Minas e Energia ó CME
- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
- Comissão de Segurança Pública e combate ao crime organizado, violência e narcotráfico ó CSPCCVN
- Comissão de Seguridade Social e Família ó CSSF
- Comissão de trabalho, de administração e serviço público ó CTASP
- Comissão de Turismo e Desporto ó CTD
- Comissão de Viação e Transportes ó CVT

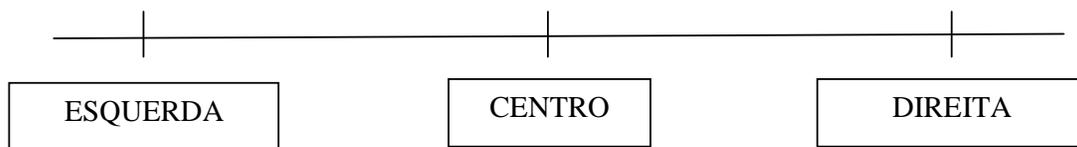
4.2. Aspectos metodológicos da análise dos dados

4.2.1. Partidos políticos: apontamentos sobre trajetórias políticas e perfis ideológicos.

- Espectro ideológico: considerações metodológicas

ressaltado anteriormente, serão nossos referenciais de bancadas na 52ª legislatura. Entretanto, em função da

impossibilidade de analisarmos todos os partidos que possuem representação feminina na Câmara dos Deputados, serão considerados os partidos correspondentes às cinco maiores bancadas de deputadas federais durante a 52ª legislatura. Além do critério quantitativo ligado ao tamanho das bancadas com representação feminina, foi considerada também a posição ocupada pelos partidos no espectro ideológico representada por um *continuum* esquerda/direita. Em nossa análise o espectro ideológico assume a seguinte forma:



O uso do *continuum* esquerda-direita é, freqüentemente, questionado como instrumento de análise pertinente. As alegações desfavoráveis ao uso do espectro estão ligadas à idéia muito difundida de que a divisão esquerda X direita teria sido superada no campo político e que os partidos, no caso brasileiro, seriam indiferenciados ideologicamente. Dessa forma, seria muito difícil localizar os partidos brasileiros de forma adequada entre a esquerda e a direita. São usados como argumentos em defesa dessa tese exemplos da existência de inúmeras coligações que seriam ideologicamente incoerentes, em que partidos situados em posições opostas do espectro formariam coligações durante os períodos eleitorais que se estendem, em muitos casos, para a participação conjunta dos partidos coligados no exercício de governo. Outro argumento presente nas críticas ao espectro ideológico diz respeito à migração intensa de parlamentares entre diferentes partidos e à existência de indisciplina partidária nas votações congressuais.



PDF Complete
Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

a política brasileira problematizam esses diagnósticos

. Segundo Kinzo (1993, apud CARREIRÃO, 2006):

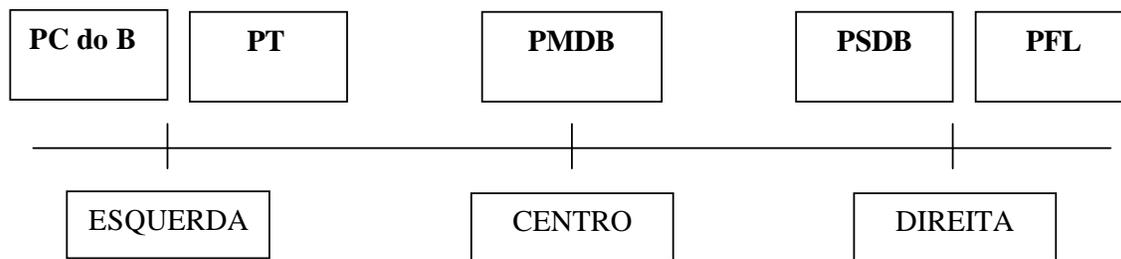
õ(...) pelo menos os partidos mais importantes, como o PMDB, PFL, PSDB, PPR, PT, PDT e PTB, têm tomado posições diferenciadas, e seus posicionamentos tem manifestado razoável continuidade indicando uma possível fixação de seus perfis. Embora a coesão interna ainda seja precária na maioria dos partidos e apesar da forte fragmentação que caracteriza o sistema partidário, já existem alguns condutos ou espaços ideológicos-partidários capazes de balizar a luta político-eleitoralö (KINZO, 1993 apud CARREIRÃO, 2006, 138).

Em relação à disciplina partidária, Limongi e Argelina (1999) chegaram a resultados que indicam a existência de uma forte previsibilidade nas votações dos parlamentares ligada ao partido ao qual pertencem. Dessa forma, as votações no Congresso se dariam em consonância com as orientações partidárias. Nesse sentido:

õOs partidos apresentaram considerável coesão media no período como um todo. (...) O quadro que emerge da análise revela um padrão de coalizões partidárias que é coerente com a disposição dos partidos num continuum ideológico. Podemos falar tranquilamente em partidos de direita, centro e esquerdaõ (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999, 75 apud CARREIRÃO, 2006, 139).

Outra análise que merece destaque e que foi citada anteriormente nesse capítulo, diz respeito à composição social dos partidos políticos. A pesquisa de Rodrigues (2002) aponta a existência de diferenças relevantes na composição dos partidos, o que indica, em consequência, possibilidades de *ethos* diferenciados entre as diferentes agremiações. Considerando os argumentos expostos brevemente e considerando os objetivos de nossa pesquisa defendemos a pertinência do uso do espectro ideológico como ferramenta útil na análise da existência ou não de diferenças ligadas à posição ideológica ocupada pelos partidos na atuação parlamentar das mulheres na Câmara dos Deputados.

tamanho da bancada feminina e posição ideológica, partidos: PC do B, PT, PMDB, PSDB, PFL. O tamanho das bancadas são, respectivamente, 14, 6, 5, 5, 5 deputadas. Nosso espectro assumiria, então, a seguinte forma:



Os partidos são considerados situados mais à esquerda do espectro quando possuem, de forma geral e mais ampla, características relacionadas à defesa de projetos políticos mais próximos do estatismo e da crença na interferência estatal como forma legítima de ação do Estado. Geralmente, os partidos de esquerda contam com setores de base, movimentos sociais e de trabalhadores em suas militâncias, e defendem propostas sociais classificadas como mais progressistas do que os partidos de direita, por exemplo, em relação aos direitos das mulheres, dos homossexuais e de outros setores marginalizados da sociedade como negros, movimentos de trabalhadores sem-terras e sem-teto, por exemplo. No plano econômico, há uma tendência dos partidos de esquerda em defenderem políticas de distribuição de renda e de combate à pobreza e marginalização como forma de superarem a desigualdade social e econômica.

Os partidos são localizados mais à direita em nossa análise quando são observados os seguintes elementos: defesa do liberalismo econômico, e, com muita ênfase defesa do Estado Mínimo como forma adequada de ação do Estado, ou seja, partidos mais à direita defendem uma diminuição sistemática da interferência do Estado na economia e do tamanho da estrutura estatal. Suas bandeiras estão mais relacionadas a setores e valores tradicionais da sociedade,

o conservadorismo religioso, político e militar, por
partidos situados mais à esquerda do espectro, partidos de
direita defendem, como projeto econômico, o desenvolvimento das forças produtivas e sociais
através do incentivo ao desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, à geração de
emprego e ao aumento do fluxo de capital que potencializa o mercado consumidor,
diminuindo a desigualdade entre os indivíduos.

Obviamente, essa divisão possui um caráter esquemático e não pretende atribuir uma
estabilidade ideológica a todos os partidos posicionados em um ou outro extremo do espectro.
O pensamento político e a história das idéias políticas possuem uma dinâmica histórica e os
esquemas de classificação entendidos como válidos em um momento histórico podem perder
força em momentos seguintes. E, além disso, posicionar um determinado partido no espectro
ideológico não implica afirmar que a atuação deste mesmo partido será sempre coerente ou
previsível em função de um conjunto de idéias que permeia sua história política e simbólica.

A posição de um partido ao longo do espectro é variável e contingente, o
posicionamento de um partido pode ser diferente do que prevaleceria em sua ideologia
quando consideradas questões específicas, por exemplo. Dessa forma, apesar de existir uma
tendência a observar qual posição determinados partidos ocupam, não é possível usar esse
princípio de diferenciação como elemento permanente de caracterização da atuação das
diferentes organizações partidárias, o que não invalida o uso desses princípios de visão e de
divisão, nos termos de Bourdieu (2006; 1989), como instrumento de análise da construção
simbólica do imaginário político-partidário no Brasil.



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

O PCdoB, surge da divisão e reorganização dos quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1962. De 1922 até 1961 houve apenas o Partido Comunista do Brasil sob a legenda PCB, em 1961 o PCB assume o nome de Partido Comunista Brasileiro e em 1962 surge o Partido Comunista do Brasil sob a legenda PCdoB. O PCdoB constrói sua história, assim como o PCB, em relação ao passado da organização partidária instituída em 1922. Em contraposição ao PCB que adere às correntes revisionistas do pensamento soviético, o PCdoB identifica-se como fiel à tradição marxista-leninista.

O partido comunista esteve na ilegalidade em 1947 e durante os anos da ditadura militar, já sob a legenda PCdoB, sua representação esteve sempre ligada aos projetos de esquerda mais radicais, embora sua atuação política em vários momentos da história política no Brasil possa ser definida como reformista e não revolucionária. Durante a ditadura militar o PCdoB assume uma postura de resistência à ditadura militar, inclusive com a entrada de muitos de seus membros para a clandestinidade, atuando em diferentes frentes de luta rural e urbana. Vários de seus militantes e simpatizantes foram presos, torturados e mortos durante o período de ilegalidade em que atuou nas décadas de 60 e 70.

O PCdoB volta à legalidade após o restabelecimento do pluripartidarismo na década de 80 e volta a organizar suas atividades partidárias, em função das opções políticas encampadas durante a ditadura e de divergências internas entre dirigentes e militantes, muitos de seus membros saem do partido para compor as fileiras de militantes do Partido dos Trabalhadores e de outros partidos menores de esquerda.

Em seu Manifesto-Programa de 1962 o PCdoB apresenta como uma das propostas de seu governo popular revolucionário em relação aos direitos de grupos marginalizados: *õ(...)*



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

lidade, independentemente de nacionalidade e instrução,
em em relação às mulheres. Combaterá todas as formas
de racismoö (CHACON, 1981, 401).

A questão relacionada aos direitos das mulheres e as desigualdades de gênero são discutidas no PCdoB⁴⁶, de forma mais sistemática, embora em graus de compromisso variáveis, desde a realização do 6º Congresso do partido em 1983 onde foram fixadas as bases do que o partido define como corrente emancipacionista⁴⁷. As reformulações posteriores do Programa do PCdoB, em 1988 e 1995, incluíram em suas pautas demandas de igualdade para as mulheres. O novo Estatuto do PCdoB⁴⁸ conta com a presença do conceito de gênero em todo seu texto e, sob o título O Partido e as Mulheresö possui três artigos que afirmam que a luta contra a discriminação das mulheres tem prioridade na atuação do Partido e em sua vida interna, propõem a convocação periódica de Conferência Nacional sobre o tema e a criação de um Fórum Nacional Permanente.

PT é Partido dos Trabalhadores

O PT surge em 1979⁴⁹ sustentado, essencialmente, por uma base ligada ao movimento sindical e trabalhista brasileiro conhecido como o "novo sindicalismo" agregando também dissidências saídas do MDB. As justificativas para sua fundação aparecem ligadas à

⁴⁶ Tradicionalmente, os partidos de esquerda possuem uma maior abertura a demandas e reivindicações advindas de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. O PCdoB é um dos partidos pioneiros no Brasil na participação da mulher nas instâncias partidárias e conta atualmente com 41% de militantes do sexo feminino. Apesar disso, a participação das mulheres nas instâncias internas dos partidos de esquerda, de forma geral, não é suficiente, em praticamente todos os cargos dos três níveis do PCdoB as mulheres não ocupam nem metade dos cargos, apesar de comporem 41% do total de militantes do partido. Para mais ver: Documento para a 1ª Conferência Nacional sobre a questão da Mulher de 2006 no site www.vermelho.org.br.

⁴⁷ Nesse sentido, foi lançada a Revista Presença da Mulher (em 1986) e depois, fundada a União Brasileira de Mulheres ó UBM (1988).

⁴⁸ Disponível em www.vermelho.org.br, site oficial do PCdoB.

⁴⁹ A Carta de Princípios do PT é lançada publicamente em 1 de maio de 1979, mas o registro definitivo do partido ocorre em 1980 quando é lançado publicamente também o Manifesto do PT.

dores de se organizarem politicamente e não mais
atendidas por partidos de patrões

O PT tornou-se, em tamanho e no imaginário político, o principal representante da esquerda no Brasil. Centrou sua atuação e discurso em valores como justiça social, diminuição das desigualdades, reforma agrária e moralismo político. Deslocou-se em direção ao centro ao longo de sua trajetória culminando na vitória eleitoral de 2002 e na reeleição de Luis Inácio da Silva em 2006. Sofreu sérios abalos em sua credibilidade devido às denúncias de corrupção envolvendo membros históricos do partido que possibilitaram o questionamento do ideal defendido pelo partido de agremiação diferenciada das demais.

As mulheres aparecem no Manifesto inicial do PT em 1980 nos seguintes termos: *“O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses (...).”*⁵⁰

PMDB é Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Após o restabelecimento do pluripartidarismo no Brasil com a Lei de Reforma Partidária de 1979, o MDB assume o nome de PMDB. O PMDB surge embalado pela atuação emedebista de resistência à ditadura e em seu programa de 1979 estão presentes muitos dos princípios que nortearam a oposição do MDB à ARENA. Com a volta do pluripartidarismo, que tinha como objetivo principal a fragmentação da oposição unida contra a ditadura, o MDB perdeu muitos de seus adeptos com a criação ou retomada de outras legendas políticas como o PT e PTB, mantendo, no entanto, a maior representação partidária do país. Entretanto

⁵⁰ Manifesto aprovado pelo Movimento Pró-PT em 10 de fevereiro de 1980 e publicado no DOU de 21 de outubro de 1980.



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.
[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

como significativos na atuação do PMDB como a , problemas de organização do partidos nos diferentes níveis políticos, problemas de divisão interna e dificuldades em definir uma orientação partidária única em momentos eleitorais e de votações importantes no legislativo⁵¹.

O PMDB é considerado como um partido de centro devido à oscilação observada nas posições políticas assumidas pelo partido, considerado como aliado estratégico tanto de governos mais alinhados à direita, como à esquerda, para formar coalizões governistas ou acordos menos duradouros em torno da aprovação ou rejeição de matérias específicas no Congresso Nacional. Devido à adoção de posturas definidas como "pragmáticas" o PMDB é, freqüentemente, definido como uma "colcha de retalhos" que une desde políticos de centro a oligarquias regionais passando por políticos oportunistas.

PSDB ó Partido Social Democrata Brasileiro

O PSDB é fundado em 1988 como resultado do rompimento com o PMDB e apoiado na defesa dos preceitos sociais-democratas europeus como a adoção do parlamentarismo, melhoria do funcionamento das instituições, reforma da administração pública e controle dos gastos públicos. Entretanto, ao longo de sua trajetória política deslocou-se cada vez mais para a defesa de ideais considerados liberais e alinhados com os partidos mais à direita do espectro ideológico. Historicamente, mantém uma postura oposicionista ao Partido dos Trabalhadores em embates eleitorais e disputas no Congresso Nacional. Em função dos discursos e imagens que construiu, no imaginário político ficou conhecido como "partido de tecnocratas" que visaria a eficiência das políticas e dos gastos e optaria por decisões baseadas em argumentos "técnicos" em detrimento de argumentos "políticos".

⁵¹ O PMDB tem dificuldades em formar coligações formais fechadas, formar consensos em torno de nomes de candidatos, ou conseguir, nas casas legislativas, que seus filiados votem de acordo com as orientações da bancada.

Manifesto de fundação do PSDB aparece sob a forma do
*os direitos e deveres de homem e da mulher nos campos
econômico, político e social e contra todas as formas de discriminação*⁵².

PFL ó Partido da Frente Liberal (atual Democratas ó DEM)

As origens do PFL estão atreladas aos ideais e atuação do PSD e, posteriormente, da ARENA, principal partido de sustentação da ditadura militar. O PFL defende os princípios do liberalismo econômico, como privatizações e existência de um Estado mínimo, combinados a posições conservadoras em relação ao enfrentamento de questões sociais como redução da desigualdade e funções tradicionais da ordem, da família e da propriedade. O ideário do partido é definido com base no *ôcombate a qualquer tipo de restrição da liberdade*ö, assim como são contrários ao *ôcentralismo e ao estatismo*ö. Defendem a liberdade *ôdas imensas energias criadoras do homem*ö contra a *ôasfixia burocrática, a voracidade fiscal e a interferência excessiva do Estado na atividade econômica*ö. Assim como definem como *ôdestinatário de toda atividade social, o homem, protegido em sua liberdade, dignidade e integridade*ö.

Questões ligadas à mulher aparecem nas seguintes diretrizes do PFL: *ôpolítica de saúde que considere prioritariamente o atendimento á mãe e à criança em todo território nacional*ö e *ôproteção à família e adoção de uma política de planejamento familiar, fundamentada na paternidade responsável, na difusão de conhecimentos científicos e na participação voluntária e consciente dos casais, com escrupuloso respeito às convicções dos interessados*ö. E em seus princípios na forma do item: *ôEstimular e promover permanentemente a reorganização e renovação da sociedade brasileira, tornando-a espontânea e pluralista, ampliando as vias de ascensão social e política para as novas gerações e*

⁵² PSDB - Manifesto ao Povo Brasileiro. 25 de junho de 1988. extraído do site www.psdb.org.br



r, de modo que sua participação seja efetiva e integral, reconceitosô.

4.2.2. Distribuição e critérios de classificação temática

Antes de prosseguir, torna-se necessário delimitar a que se refere cada uma das categorias temáticas que serão utilizadas para analisar as comissões e proposições referentes às deputadas da 52ª legislatura na Câmara dos Deputados:

Relações exteriores: questões sobre as relações entre o Brasil e outros países, sobre política internacional e política interna de outros países.

Defesa: questões sobre segurança nacional e assuntos considerados estratégicos para a defesa do país (fronteiras, forças armadas, litígios internacionais, declarações de guerra).

Reforma política e legislação eleitoral: questões referentes aos temas da reforma política e discussões sobre as leis que regulam os processos eleitorais.

Administração pública, reforma do Estado e funcionalismo público: matérias sobre questões referentes à administração pública direta e indireta, temas e discussões sobre reforma do Estado e sobre os funcionários públicos.

Corrupção: temas sobre práticas de corrupção, sonegação de impostos e crimes diversos contra a ordem econômica.

Questões internas ao Congresso: matérias referentes a questões internas ao legislativo federal como definição da Mesa Diretora, distribuição das comissões, assuntos ligados às proposições (retirada de trâmite, desarquivamento) e questões ligadas aos regimentos internos das Casas Legislativas.

Política econômica em geral e finanças: questões ligadas às políticas econômicas, sobre o sistema de tributação no Brasil, desenvolvimento econômico e finanças em geral.

Política industrial: questões ligadas à definição de diretrizes para o setor industrial sobre incentivos fiscais, investimentos, política de crédito, relações entre o setor público e privado, intervenção do Estado no processo produtivo, entre outros.

Política agrícola: temas ligados à produção agrícola, pesqueira e pecuária no Brasil.

Propriedade intelectual: questões sobre patentes, direitos autorais, pirataria, biopirataria e questões semelhantes.

Emprego, trabalho e formação profissional: questões sobre direitos trabalhistas em geral, políticas de emprego, planos de cargos e salários, concessão de benefícios e regulamentação do exercício das profissões.

Previdência Social: temas relativos à Previdência Social e à Reforma da Previdência.

Saúde pública e saneamento: matérias ligadas à saúde pública em geral.

Habitação: considerações sobre habitação e sistemas de financiamento da casa própria.

Infra-estrutura: envolve assuntos sobre transportes, viação, telecomunicações, questões sobre desenvolvimento urbano, recursos naturais, combustíveis e fontes de energia.

Violência e segurança pública: temas relacionados à violência e crimes em geral, à reforma do código penal, ao sistema penitenciário e políticas de segurança pública.

Questões sociais: questões ligadas à pobreza, à desigualdade e à fome.

os humanos em geral ó categoria residual, entram aqui que não podem ser encaixadas em categorias que representam grupos mais específicos, tais como: õfamília, infância, adolescência, idososõ, õquestões de gêneroõ e õminorias étnico-raciaisõ. Além disso, engloba temas relativos à repressão política.

Família, infância, adolescência, idosos: matérias relativas à assistência social e à defesa da família, da infância, da adolescência e dos idosos.

Questões de gênero: temas relacionados a gênero. Incluem-se aqui assuntos que dizem respeito à defesa dos direitos de mulheres e homossexuais e políticas de combate à discriminação de gênero.

Questões étnico-raciais: questões sobre as relações raciais no Brasil, as diversas formas de preconceito como racismo e xenofobia e políticas específicas destinadas a esses grupos.

Educação: matérias sobre a educação básica, ensino médio e superior no Brasil, formas de financiamento, investimento, níveis de qualidade e desenvolvimento do ensino, entre outros.

Cultura: questões sobre aspectos culturais, diversidade cultural e políticas de incentivo à cultura.

Meio ambiente: questões sobre aspectos climáticos, diversidade de fauna e flora, desenvolvimento sustentável e crimes contra o meio ambiente.

Reforma agrária: matérias sobre reforma agrária, assentamentos, ocupações de terra, ações de movimento organizado em torno da causa fundiária e questões fundiárias em geral.



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

sobre defesa dos direitos do consumidor e normas que
específicos.

Homenagens e comemorações em geral: matérias que tratem sobre homenagens diversas, datas comemorativas e geração de símbolos.

Jurisdição: questões sobre aspectos legais e constitucionais de matérias legislativas e sobre propostas de revisão constitucional.

Ciência e tecnologia: questões gerais sobre desenvolvimento científico e tecnológico, inovações, pesquisas e investimentos no setor.

Outros: temas diversos não abordados nas demais categorias, como turismo, legislação participativa, portadores de necessidades especiais, entre outros.

4.2.3. Tratamento dos dados

I. ANÁLISE QUANTITATIVA: permitiu a observação de regularidades estatísticas que vinculam sexo, áreas temáticas, partidos políticos, atuação política e acumulação de capital político.

(1) Análise da ação parlamentar de mulheres eleitas na Câmara dos Deputados com base no levantamento das proposições legislativas apresentadas e da participação parlamentar durante a 52ª Legislatura (2003-2006);

Foram analisadas em nossa pesquisa as 45 deputadas que se encontravam em exercício durante os meses de coleta de nossos dados (setembro a dezembro de 2006). Entretanto foram eleitas 42 deputadas em 2002 e o número de deputadas que estiveram em exercício, em algum momento, durante a legislatura chegou a 52 deputadas em função do afastamento de titulares e ingresso de suplentes.

am as seguintes: PL, PEC, REQ, PFC, PLP, PDC e RIC.

adadas na pesquisa foram todas aquelas iniciadas durante a

52ª legislatura. Os dados sobre a atuação das parlamentares foram extraídos da base de dados disponibilizada no endereço virtual da Câmara dos Deputados coletados durante os meses de setembro a dezembro de 2006.

As proposições apresentadas e a participação em comissões temáticas foram coletadas e sistematizadas através de fichas divididas por parlamentar em que estavam definidos aspectos como tema, sexo, partido, UF, entre outros. Os modelos de fichas utilizados encontram-se no Anexo 01.

(2) Os dados referentes às proposições legislativas e participação em comissões das deputadas federais foram levantados por mim e pelas estudantes Gabriela de Oliveira Andrade (mestranda em Ciência Política) e Marina Braga Lima Albano (aluna de PIBIC ó CNPq, graduanda em Ciência Política), sob orientação da profª. Flávia Biroli, também vinculadas ao projeto *Determinantes de gênero, visibilidade e carreira política no Brasil*.

(3) Os dados referentes às proposições e comissões foram inseridos no *software* estatístico *Sphinx*, e depois de realizados os cruzamentos, os dados possibilitaram apontar os fatores que condicionam ou orientam o direcionamento da ação política para determinados temas, em detrimento de outros.

Nossa pesquisa conta apenas com dados sobre a atuação das deputadas e não contempla informações sobre a atuação legislativa dos parlamentares do sexo masculino, dessa forma, algumas observações possuem um alcance limitado e não podem ser consideradas como resultados ou conclusões definitivas. De forma a minorar o efeito dessas limitações e não invalidar os resultados obtidos, foram utilizados, em algumas análises, dados



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

iverso de parlamentares, homens e mulheres, obtidos em
atístico divulgado pela Câmara dos Deputados.

(4) A posição no campo político e, conseqüentemente, o acúmulo de capital político foram observados através do esforço em identificar os lugares ocupados pelas parlamentares, considerando os cargos ocupados em diferentes instâncias de poder como partidos políticos, Congresso Nacional, movimentos sociais e, eventualmente, cargos do Executivo.

Esses dados foram obtidos através do levantamento de dados biográficos e parlamentares disponibilizados pela base virtual da Câmara dos Deputados sobre formação profissional; quantidade e tipos de mandatos eletivos e seus respectivos períodos; lideranças em movimentos sociais, entidades de classe ou partidos políticos; posições nas comissões como suplentes ou titulares e nas presidências das comissões.

Os dados das trajetórias políticas das deputadas foram coletados de forma semelhante aos dados sobre atuação legislativa. Os modelos de fichas utilizados encontram-se no Anexo 01.

(5) o filtro que usamos em nossa análise esteve centrado nos partidos políticos. Para isso, fizemos análises quantitativas relacionando as demais variáveis aos partidos e foram observadas as diferenças/semelhanças na atuação parlamentar das mulheres em função das legendas a que pertencem e à orientação que esses partidos assumem no espectro ideológico.



õA política, em si, está estruturada e, culturalmente, é legitimado que ela seja mais masculina (...). A presença dos homens é mais naturalizada que a nossa. A nossa presença é uma lutaõ
Dep. Maria do Rosário (PT-RS)

5.1. Análise dos dados e discussão dos resultados

5.1.1. Trajetórias biográficas e políticas: quem são nossas representantes?

5.1.1.1. Perfil das deputadas da 52ª legislatura

➤ *Distribuição por região geográfica*

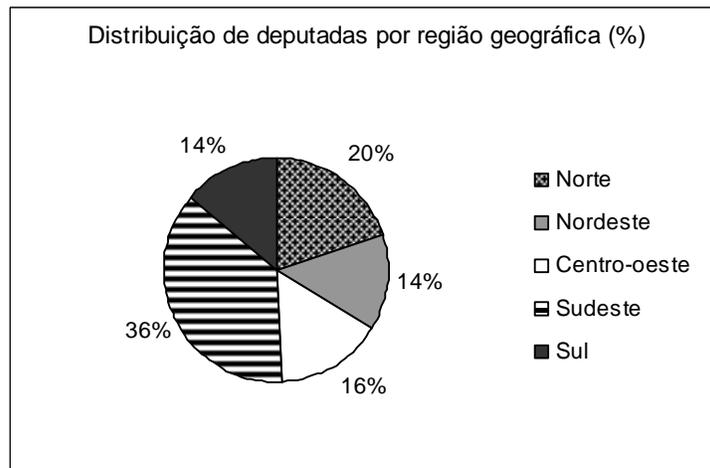
De forma geral, como pode ser observado no Gráfico 01, o perfil geográfico das deputadas observado na 52ª legislatura indica a prevalência de representantes da região Sudeste que perfazem 36% das deputadas, o que se apresenta como característica geral do sistema de representação proporcional no Brasil e é observada também entre os parlamentares do sexo masculino⁵³ devido à concentração populacional dos estados que compõem a região. São Paulo é o estado com maior representação absoluta com 7 deputadas, seguido do Rio de Janeiro com 5 deputadas.

A novidade encontrada nos dados foi, entretanto, a presença da região Norte como a segunda com mais representantes do sexo feminino, 20% do total de deputadas pertencem a estados da região Norte. As 8 deputadas da região estão bem distribuídas em seis estados: Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins. O terceiro lugar é ocupado pela região Centro-Oeste com 16% da representação feminina da Câmara dos Deputados, o estado com maior número de deputadas da região é o Mato Grosso com 3 representantes.

⁵³ Para representação parlamentar por UF no Brasil, ver mais em www.camara.gov.br.

regiões Sul e Nordeste, ambas com 14% das deputadas da país bem representada pela quantidade menor de estados que a compõe: o Rio Grande do Sul é o terceiro estado do Brasil com mais deputadas, são 4 ao todo, enquanto Santa Catarina e Paraná tem 1 e 2 deputadas, respectivamente. Dos 9 estados que compõem a região Nordeste, apenas 4 possuem deputadas: BA, MA, RN e PB com 3, 2, 2 e 1 deputadas, respectivamente. Apesar da Região Sul disputar o último lugar com a região Nordeste, quando somada sua representação à representação da região Sudeste, as duas constituem metade da representação feminina do Brasil, o que indica, também entre as representantes femininas, uma prevalência na representação política dos estados que fazem parte do eixo Sul-Sudeste do Brasil em detrimento das demais regiões do país.

Gráfico 01. Distribuição das deputadas por região geográfica



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Considerando o número de parlamentares eleitas em 2002 (42 deputadas), o percentual em relação ao total de parlamentares da Câmara dos Deputados representa, aproximadamente, 8% da representação total (513 parlamentares). Entretanto, as mulheres foram as parlamentares mais votadas entre todos os candidatos para o cargo de deputada/o federal em 8 unidades federativas do país: Acre, Amazonas, Amapá, Roraima, Tocantins, Piauí, Rio

Cabe ressaltar que entre os sete estados que compõe a

como as deputadas mais votadas. Em contraposição, quatro unidades federativas não elegeram representantes do sexo feminino para a Câmara dos Deputados: Alagoas, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Sergipe.

Em todo Brasil, as deputadas mais votadas, em ordem decrescente de número de votos, foram Denise Frossard (PSDB/RJ), Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Francisca Trindade (PT/PI), Fátima Bezerra (PT/RN), Kátia Abreu (PFL/TO), Janete Capiberibe (PSB/AP), Perpétua Almeida (PCdoB/AC) e Maria Helena (PST/RR)⁵⁴.

➤ *Distribuição por partidos políticos*

Nem todos os partidos políticos possuem representantes do sexo feminino entre suas bancadas, dos 19 partidos com representação na Câmara dos Deputados⁵⁵, 11 partidos elegeram alguma deputada para a Câmara dos Deputados e, desses onze, 10 tiveram, pelo menos, uma parlamentar entre os eleitos que terminaram a 52ª legislatura em exercício.

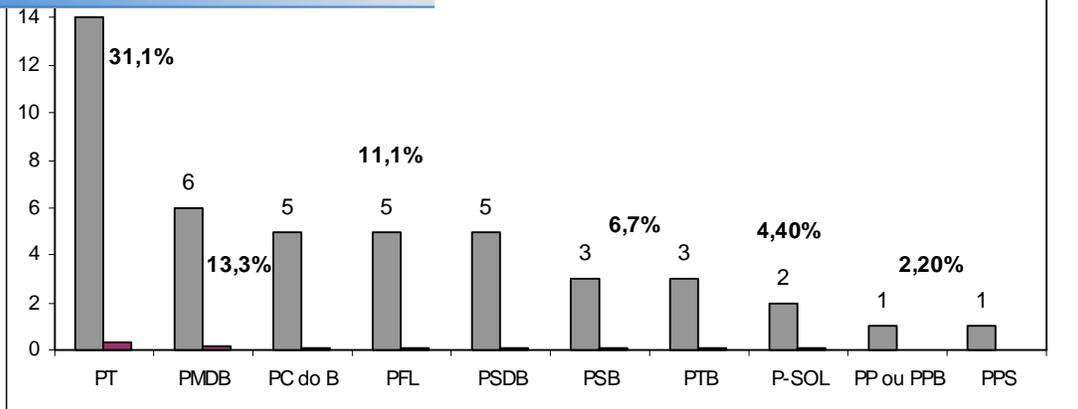
Observando o Gráfico 02, por ordem decrescente do tamanho da bancada feminina, temos, respectivamente, PT, PMDB, PC do B, PFL, PSDB, PSB, PTB, P-SOL, PP ou PPB e PPS. As cinco maiores bancadas possuem juntas 77,7% da representação feminina na Câmara dos Deputados. Desses 77,7%, mais da metade, 57,1%, são representantes situadas à esquerda do espectro ideológico (esquerda/PCdoB e centro-esquerda/PT); 17,1% são representantes classificadas como de centro (PMDB) e, por último, 25,8% são parlamentares pertencentes a partidos situados à direita (direita/PFL ou centro-direita/PSDB).

Gráfico 02. Distribuição das deputadas por partido político

⁵⁴ Dados das eleições de 2002 extraídos do Tribunal Superior Eleitoral, www.tse.gov.br.

⁵⁵ O Brasil possui registrados 30 partidos no Tribunal Superior Eleitoral e 11 deles não elegeram nenhum representante para a Câmara dos Deputados nas eleições de 2002. Fonte: www.tse.gov.br.

Distribuição partidária



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Os estudos sobre eleição de mulheres no Brasil apontam uma tendência histórica de existência de mais mulheres eleitas entre os partidos com posições ideológicas classificadas como de centro até a esquerda, em função, principalmente da proximidade com movimentos sociais e dos discursos igualitários defendidos em suas plataformas. Segundo Therborn (2006) é possível perceber a influência de diferentes correntes ideológicas nas mudanças ocorridas na história das estruturas familiares e de gênero. As mudanças nas famílias não ocorrem de maneira endógena e sofrem influências significativas dos grandes consensos existentes em diferentes momentos históricos. Dessa forma, segundo o autor, é possível apontar o comunismo anti-patriarcal como um importante disseminador de bandeiras mais igualitárias e emancipadoras, embora pudesse ser observada uma incoerência entre a esfera do discurso e das práticas políticas, mesmo em partidos, organizações e sociedades orientadas ideologicamente mais à esquerda.

Nos anos 80, os partidos de esquerda e, de forma mais discreta os partidos de centro (especialmente, o PMDB), foram pioneiros no Brasil na participação de mulheres nas

a criação de secretarias específicas⁵⁶ e agendamento de reuniões com as mulheres e, conseqüentemente, passaram antes a eleger mulheres e hoje demonstram a proeminência da representação de mulheres entre suas bancadas em relação às dos demais partidos situados à direita do espectro (SOARES, 1998)⁵⁷.

Apesar disso, a relação entre os partidos políticos e os movimentos de mulheres e feministas⁵⁸, desde as décadas de 60 e 70, é permeada por tensões. Segundo Rodrigues (2001), o movimento feminista tecia críticas aos partidos políticos alegando que eles possuíam uma relação utilitarista com os grupos de mulheres que pertenciam aos partidos, sem buscar projetos emancipadores que considerassem a condição feminina em suas práticas e promovessem a inclusão e o respeito às mulheres. Com o fortalecimento dos movimentos sociais de mulheres, na década de 80 e 90, muitas mulheres filiadas a partidos políticos passaram a assumir lutas pela igualdade de gênero e cidadania das mulheres no interior de seus partidos (RODRIGUES, 2001).

O número de representantes eleitas vem aumentando a cada eleição, inclusive como instrumento da competição eleitoral, como ressalta Araújo (2005), a presença de mulheres como candidatas e como representantes traz ganhos eleitorais para os partidos na intenção de ampliarem suas possibilidades eleitorais abarcando também as mulheres de forma específica, que já representam mais da metade do eleitorado no Brasil.

⁵⁶ Os diferentes partidos brasileiros apresentam configurações de coletividades de mulheres em seu interior, alguns estruturam as atividades em núcleos, ou grupos, secretarias, comissões, entre outros. Essas organizações estão presentes em 14 partidos brasileiros: PCO, PDT, PFL, PL, PPB, PPS, PSB, PSDB, PSDC, PSTU, PT, PCdoB, PTdoB. Esses núcleos e secretarias possuem diferenças em relação à sua institucionalidade partidária, expressão política, organização de integrantes, capacidade de mobilização de militantes e filiadas/os e vinculação ao movimento de mulheres nos âmbitos nacional, regional, mundial e local (RODRIGUES, 2001).

⁵⁷ Para mais sobre o surgimento dos movimentos feministas no Brasil e suas aproximações ideológicas com os grupos de esquerda e de luta pela democracia da década de 70, ver SOARES, Vera. *Muitas faces do feminismo no Brasil*, 1998.

⁵⁸ O movimento de mulheres refere-se a movimentos de luta pela anistia, contra a carestia, a favor de creches, etc. E os movimentos feministas, embora diferenciados internamente (feminismo socialista, radical, católico, liberal, anarquista), possuem uma base comum de lutas pela transformação das relações de gênero e da condição feminina de subordinação (RODRIGUES, 2001).

Os dados de outubro de 2002 divulgados pelo Tribunal
constituíam 50,8% do eleitorado brasileiro contra 48,9%
composto por homens de um total de 115.253.834 eleitores. Os dados de setembro de 2007 do
TSE indicam um aumento no quantitativo feminino do eleitorado brasileiro, as mulheres hoje
representam 51,8% do total de 126.662.208 de eleitores, enquanto os homens representam
48,2% desse total.

É possível ter uma visão mais abrangente da eleição de mulheres se compararmos a
proporção de deputadas eleitas em relação aos deputados eleitos por cada partido, conforme é
descrito na Tabela 07 abaixo. Observando a quantidade de deputadas eleitas em 2002 em
relação ao total de eleitos dos cinco partidos com as maiores bancadas femininas da 52^a
legislatura percebemos que as maiores proporções de mulheres em relação ao total aparecem
nos partidos situados à esquerda do espectro: PCdoB com 36% de sua bancada composta por
mulheres e o PT com 18% de deputadas federais do sexo feminino.

Tabela 07. Parlamentares do sexo feminino eleitas em relação ao total de eleitos por partido
político nas eleições de 2002.

| Partido | Total de eleitos de ambos os sexos - 2002 (N.A) | Parlamentares do sexo feminino eleitas Ë 2002 (N.A e %) | |
|---------|----------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----|
| PT | 77 | 14 | 18% |
| PMDB | 64 | 4 | 6% |
| PC do B | 11 | 4 | 36% |
| PFL | 73 | 6 | 8% |
| PSDB | 59 | 6 | 10% |
| TOTAL | 284 | 34 | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

A prevalência de uma composição mais diversificada nos partidos de esquerda nos
leva a crer que nesses partidos as condições de elegibilidade⁵⁹ das mulheres que se
candidatam são maiores que em outros partidos, é possível que nesses partidos o capital

⁵⁹ E não, necessariamente, o número de candidaturas.

seja maior, em relação a outros partidos, ou que estes e mulheres no interior de suas bancadas. Vale ressaltar que o fato de, quantitativamente, haver uma predominância de deputadas nos partidos de esquerda não implica assumir que suas estruturas internas estão livres e isentas de estereótipos de gênero ou de situações de desigualdade entre mulheres e homens nos momentos eleitorais, ou de campanha ou em suas atuações políticas posteriores na Câmara dos Deputados. Como pode ser observado através de trechos da entrevista realizada com a deputada Maria do Rosário (PT-RS)⁶⁰:

“Nossa presença como mulheres na política é uma presença desafiadora das estruturas que estão consolidadas por um viés e por um olhar masculino, por uma cultura masculina. Então, a presença já é desafiadora e a *atitude política que se tem, ela é a de, permanentemente, abrir espaço e de manter distância (grifo nosso)* porque, na medida que, eu sempre percebi isso na minha atuação, pelo menos, eu tenho um limite cotidiano na interação com os meus colegas, na medida que eu tenho que ser muito firme, muito cordial, sem dúvida, mas, ao mesmo tempo, manter uma distância pra que essa cordialidade não seja compreendida como uma proximidade que dá espaço a estes colegas de uma interação de outro tipo, no âmbito de uma relação mais pessoal, no âmbito da sexualidade... porque os espaços de poder são permeados, permanentemente, por um empoderamento também masculino sobre a sexualidade, e isso é algo que me parece importante sempre cuidar: que as pessoas possam perceber cordialidade, firmeza de posições, capacidade e conseguir superar ó eles, os homens, na sua maioria ó a visão física, da opinião sobre o corpo, sobre o posicionamento, sobre a postura. Uma vez que *muitos colegas desvalorizam, imensamente, as mulheres e que tentam enquadrá-las em determinados padrões de comportamento que as desvalorizam também (grifo nosso)*” (Transcrição da entrevista feita em 23 de outubro de 2007, Brasília).

➤ *Formação acadêmica e ocupação profissional*

O perfil acadêmico das deputadas consideradas na 52ª legislatura também não diverge de estudos feitos com base na observação do nível educacional dos parlamentares no Brasil, entre as 45 deputadas observadas, apenas 2 delas não iniciaram nenhum curso de nível superior. Entre as demais, 38 deputadas possuem, pelo menos, um curso de graduação, e

⁶⁰ O objetivo inicial da pesquisa era entrevistar uma deputada federal de cada um dos cinco partidos com as maiores bancadas femininas na 52ª legislatura, entretanto devido às dificuldades em agendar as entrevistas, apenas a Dep. Maria do Rosário e sua assessoria de imprensa atendeu nosso pleito de entrevista sobre a atuação política feminina na Câmara dos Deputados.

de um curso universitário⁶¹, enquanto 16 possuem algum (outorado ou especialização).

Tabela 08. Nível educacional das deputadas por partidos políticos

| PARTIDO | Deputadas com pós-graduação | | Deputadas com ensino superior completo | | Total de deputadas por partido - 52ª legislatura |
|--------------|-----------------------------|-----------|----------------------------------------|-----------|--------------------------------------------------|
| | N.A. | % | N.A. | % | |
| PT | 9 | 64 | 13 | 93 | 14 |
| PMDB | 0 | 0 | 6 | 100 | 6 |
| PSDB | 2 | 40 | 5 | 100 | 5 |
| PFL | 2 | 40 | 4 | 80 | 5 |
| PC DO B | 1 | 20 | 3 | 60 | 5 |
| PSB | 1 | 33 | 3 | 100 | 3 |
| PSOL | 0 | 0 | 2 | 100 | 2 |
| PPS | 1 | 100 | 1 | 100 | 1 |
| PP | 0 | 0 | 1 | 100 | 1 |
| PTB | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| TOTAL | 16 | 36 | 38 | 84 | 45 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Observando os dados gerais da Câmara dos deputados acerca do grau de instrução dos políticos eleitos em 2002⁶² observa-se que, percentualmente, as mulheres são um pouco mais qualificadas que os homens e que, de forma geral, existe uma clivagem significativa em relação aos parlamentares de ambos os sexos eleitos ligada ao grau de instrução: 80,8% das mulheres eleitas e 78,2% dos homens eleitos em 2002 possuíam o ensino superior completo ou incompleto, conforme pode ser observado na Tabela 09 abaixo.

Tabela 09. Grau de instrução dos eleitos de ambos os sexos em 2002

| Grau de instrução | Superior completo | Superior incompleto | 2º grau completo | 2º grau incompleto | 1º grau completo | 1º grau incompleto | Lê e escreve | Não informado | Total geral |
|-------------------|-------------------|---------------------|------------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------|---------------|-------------|
| Mulheres | | | | | | | | | |
| Eleitas | 144 | 22 | 24 | 2 | 4 | 5 | 1 | 1 | 203 |
| % | 70 | 10,8 | 11,8 | 1 | 2 | 2,5 | 0,5 | 0,5 | 100 |
| Homens | | | | | | | | | |

⁶¹ Consideramos, para os fins de nossa análise, os cursos completos e incompletos objetivando observar as preferências das deputadas nas escolhas das áreas de formação acadêmica tendo os cursos sido terminados ou não.

⁶² Para todos os cargos, sejam do Executivo e do Legislativo. Para mais ver dados da Justiça eleitoral.

| | | | | | | |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 3 | 53 | 43 | 34 | 3 | 5 | 1587 |
| 1 | 3,3 | 2,7 | 2,1 | 0,2 | 0,3 | 100 |

...ria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Dentre as formações acadêmicas apontadas prevalecem as áreas ligadas às ciências humanas e biológicas conforme pode ser observado na Tabela 10. Nenhuma deputada possui formação na área das ciências exatas, uma área tradicionalmente marcada pela presença de homens e definida com base em padrões masculinos de caracterização, como as áreas da engenharia de forma geral, da matemática, física em que prevaleceriam o raciocínio lógico e as análises quantitativas.

Nas ciências biológicas, os cursos apontados ainda podem ser divididos entre aqueles socialmente definidos como mais "femininos" e os outros mais "masculinos". Os cursos de psicologia (4 obs.) e, em especial, de enfermagem (2 obs.) contam com uma parcela significativa de mulheres nas universidades, outras áreas como farmácia (2 obs.) e odontologia (2 obs.) possuem uma representação quantitativa e simbólica mais equilibrada entre profissionais dos dois sexos.

As áreas da medicina (3 obs.) e da biologia (1 obs.) (mais próximas aos estudos conhecidos como "de base" ou como ciências básicas: matemática, química e física), apesar de possuírem uma presença significativa de mulheres nas universidades, ainda são definidas como profissões masculinas, especialmente quando as áreas a que se dedicam esses profissionais são as consideradas mais próximas da técnica cirúrgica ou de pesquisas básicas. Normalmente, as profissionais de medicina se especializam em áreas clínicas e ambulatoriais como psiquiatria, dermatologia, pediatria, entre outras, enquanto os homens se dedicam à parte cirúrgica das especialidades ou a especialidades com maior reconhecimento dentro das ciências médicas em função do grau de precisão e complexidade envolvidos.

atadas na área das ciências humanas (41) e, dentro dela, nos, que estão ligados a profissões educacionais ou de

cuidado, contam com uma presença maior de deputadas como Letras (7), Pedagogia (7), Serviço Social (4), História (1) e Filosofia (1) que perfazem um total de 20 observações.

A formação acadêmica com maior presença de deputadas foi o curso de Direito (14), o que corresponde também a uma tendência, da última década, de aumento do número de pessoas formadas na área jurídica. Além disso, é possível observar a prevalência do curso de Direito aliado a outro curso, o que chama a atenção para o fato do curso ser feito, em muitos casos, como formação acadêmica complementar. Dentro das ciências humanas, excluindo o curso de Direito, a presença feminina aparece de forma secundária nos cursos considerados menos abstratos e mais práticos como economia (3 obs.) e administração (2 obs.).

Tabela 10. Distribuição por formação acadêmica

| Formação acadêmica X Deputadas | | |
|---------------------------------------|------------|-----------|
| | N.A | % |
| Direito | 14 | 31 |
| Letras | 7 | 16 |
| Pedagogia | 7 | 16 |
| Serviço social | 4 | 9 |
| Medicina | 3 | 7 |
| Psicologia | 4 | 9 |
| Economia | 3 | 7 |
| Farmácia | 2 | 4 |
| Administração | 2 | 4 |
| Enfermagem | 2 | 4 |
| História | 2 | 4 |
| Biologia | 1 | 2 |
| Escola normal | 1 | 2 |
| Filosofia | 1 | 2 |
| Segundo grau incompleto | 1 | 2 |
| Ciências sociais | 1 | 2 |
| Odontologia | 1 | 2 |
| TOTAL | 56 | 45 |

Tabela 11. Distribuição por ocupação profissional

| Ocupação X Deputadas | | |
|--------------------------------------------------------|------------|-----------|
| | N.A | % |
| Professora | 19 | 42 |
| Cargos de confiança | 14 | 31 |
| Servidora pública | 6 | 13 |
| Advogada | 4 | 9 |
| Assistente social | 3 | 7 |
| Médica | 3 | 7 |
| Pedagoga | 3 | 7 |
| Empresárias ou cargos de gerência (iniciativa privada) | 2 | 4 |
| Economista | 2 | 4 |
| Farmacêutica | 2 | 4 |
| Psicóloga | 3 | 7 |
| Magistrada | 1 | 2 |
| Odontóloga | 1 | 2 |
| Recepcionista/secretária | 1 | 2 |
| Agricultora (ou trabalhadora rural) | 1 | 2 |
| TOTAL | 65 | 45 |

as as atividades profissionais desempenhadas pelas
ocorrido com as formações acadêmicas, o número de
deputadas identificadas com as profissões é maior que o número total de deputadas observado
em função da convergência de mais de uma profissão por deputada. Duas deputadas não
possuem informações sobre profissões anteriores aos cargos eletivos para os quais foram
eleitas.

É importante ressaltar observando os dados da Tabela 10 que, embora a formação
acadêmica mais apontada tenha sido o curso de Direito, a maior parte das deputadas se
identifica como professora e muitas exercem suas atividades profissionais ligadas a cargos de
confiança em diferentes níveis e órgãos públicos, juntas essas duas ocupações são apontadas
33 vezes pelas deputadas, a mesma quantidade de vezes que as outras treze atividades são
listadas. A maioria das deputadas que se identifica como professora aponta a profissão de
ensino, concomitantemente, a outra profissão, como assistente social e professora; advogada e
professora, por exemplo.

A título de comparação, reclassificamos as profissões apontadas pelas deputadas de
acordo com o quadro de ocupações definido por Leôncio Rodrigues (2002) em relação aos
deputados de ambos os sexos da 51ª legislatura, conforme pode ser observado na Tabela 12.
A partir disso é possível analisar, comparativamente, a distribuição dos parlamentares da
Câmara entre as diferentes profissões e perceber em quais delas há uma concentração de
parlamentares do sexo feminino.

Partindo disso, nota-se que os percentuais de mulheres são maiores que do total de
parlamentares da Câmara nas seguintes profissões: cargos da Administração Pública (que
consideram servidores públicos efetivos e aqueles ocupados em cargos de confiança ou
indicações políticas) e nas atividades de ensino como professores, o que nos permite apontar

voltadas para vocações femininas. A prevalência de
superior no empresariado que contava com 43,5% dos
parlamentares de ambos os sexos na 51ª legislatura, apenas 3% das deputadas indicavam
atividades profissionais ligadas a esse setor na 52ª legislatura. Quando são observadas as
profissões liberais e intelectuais, a distribuição dos parlamentares é mais equânime entre os
sexos.

Tabela 12. Distribuição das profissões ocupadas por parlamentares na 51ª e 52ª legislatura

| PROFISSÕES/OCUPAÇÕES ⁶³ | % total da Câmara dos Deputados 51ª legislatura | % das deputadas federais 52ª legislatura |
|----------------------------------------|----------------------------------------------------|---------------------------------------------|
| Empresários (todos os tipos) | 43,5 | 3 |
| Profissões liberais e intelectuais | 31,6 | 27,6 |
| Administração pública | 20 | 30,7 |
| Professores | 15,8 | 29,2 |
| Comunicadores+ | 6,4 | - |
| Pastores e padres | 3,5 | - |
| Empregados não manuais em serviços | 2,7 | 1,5 |
| Trabalhadores industriais e lavradores | 2 | 1,5 |
| Outras situações | 1,2 | - |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados e com base em RODRIGUES (2002)

➤ *Conclusão do perfil: qual o perfil majoritário?*

O perfil majoritário das representantes brasileiras da 52ª legislatura na Câmara dos Deputados pode ser descrito da seguinte maneira:

- 57% das deputadas pertencem a partidos de centro-esquerda e esquerda;
- 50% das deputadas pertencem às regiões Sudeste (36%) e Sul (14%);
- 84% das deputadas possuem, ao menos, um curso de ensino superior completo;

⁶³ Classificação ocupacional usada por Leôncio Martins Rodrigues (2002).

em atividades profissionais ligadas à área de ensino (nível superior), a profissões liberais e a cargos efetivos ou temporários na administração pública;

- 73% das deputadas possuem formação acadêmica na área das Ciências Humanas e/ou Sociais Aplicadas.

5.1.1.2. Trajetórias políticas

Além de informações biográficas como local de origem, formação acadêmica e profissões das deputadas consideradas na 52ª legislatura, foram coletados dados referentes à trajetória política das parlamentares. Nesse sentido, foram coletadas informações sobre os partidos políticos aos quais as deputadas brasileiras pertencem e as posições ocupadas pelas deputadas no campo político, de forma mais geral, permitindo a observação de quais as semelhanças e disparidades entre as deputadas que foram eleitas para a Câmara dos Deputados em 2002.

➤ *Cargos ocupados*

A observação dos cargos ocupados pelas deputadas durante suas carreiras políticas considerou diferentes instâncias da esfera pública. Foram considerados os cargos eletivos ocupados no poder Executivo e Legislativo e cargos representativos ou não em outras instâncias (‘‘Outros Cargos’’) como organizações da sociedade civil, instituições do poder Judiciário, associações de forma geral e movimentos sociais.

Quando observados os cargos do Executivo aos quais as deputadas já pertenceram tínhamos uma lista dos possíveis cargos eletivos e/ou políticos⁶⁴ nessa instância: Presidenta da República; Governadora; Prefeita; Ministra; outro ou nenhum. Como resultado, obtivemos a

⁶⁴ Neste caso, o cargo político de Ministra de Estado.

observadas não haviam ocupado nenhum cargo no poder
havia sido prefeitas. As quatro deputadas que já foram
eleitas para prefeituras municipais pertencem a partidos situados mais à esquerda do espectro
ideológico, 3 são deputadas do PT e 1 do PSB, e das quatro, três pertencem ao estado de São
Paulo e uma ao estado de Minas Gerais⁶⁵.

No poder Legislativo, ocorre uma maior distribuição das deputadas por cargos variados: 17% das deputadas havia sido vereadora; 17% haviam sido deputadas estaduais e 66% haviam sido deputadas federais. O que indica que nem todas as deputadas seguem progressivamente na carreira política, iniciando sua vida política como vereadoras, depois passando a deputadas estaduais/distritais e, finalmente, sendo eleitas como deputadas federais. Apenas três deputadas, duas do PT e uma do PSB, ocuparam os cargos de vereança, deputada estadual/distrital e deputada federal. Entre as 45 deputadas observadas, 24 foram eleitas apenas para a Câmara dos Deputados. As 18 deputadas restantes ocuparam dois cargos, ou de deputada estadual e federal ou de vereadora e deputada federal.

Conforme pode ser observado na Tabela 13, das 24 deputadas que ocuparam apenas o cargo de deputadas federais, 7 pertencem ao PT e 12 pertencem juntas ao PMDB, PSDB e PFL, e nenhuma pertence ao PCdoB. Vale ressaltar o fato de que, entre os partidos de esquerda considerados em nosso recorte, a proporção de deputadas que exerceu apenas o cargo de deputada em relação ao total de deputadas do partido é de 50% no PT e de 0% no PCdoB, ou seja todas as deputadas do PCdoB ocuparam mais de um cargo no poder legislativo. Enquanto nos partidos de direita, as proporções são de, respectivamente, 80% e 40% em relação ao total de deputadas do PSDB e PFL. Todas as deputadas que pertencem ao PMDB ocuparam apenas o cargo de deputada federal. Com base nesses dados, podemos

⁶⁵ As deputadas que já foram prefeitas e os municípios em foram eleitas são, respectivamente: Luiza Erundina (PSB), cidade de São Paulo; Telma de Souza (PT), Santos - SP; Ângela Guadagnin (PT), São José dos Campos - SP; Maria do Carmo Lara (PT), Betim ó MG.

partidos de esquerda o acúmulo de capital político das
fatores, com a experiência de ocupação de diferentes
cargos em suas carreiras políticas, enquanto nos partidos situados mais ao centro e direita, a
maioria das deputadas ocupou apenas cargos de deputada federal.

Tabela 13. Deputadas eleitas apenas para a Câmara dos deputados por partido político

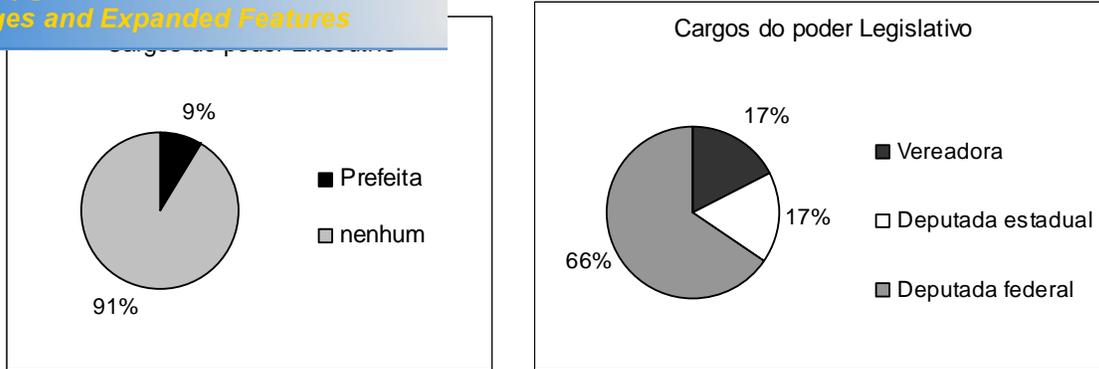
| PARTIDO | Deputadas federais | | Total de deputadas por partido na 52ª legislatura (100%) |
|---------|--------------------|-----|----------------------------------------------------------------|
| | N.A | % | |
| PT | 7 | 50 | 14 |
| PMDB | 6 | 100 | 6 |
| PSDB | 4 | 80 | 5 |
| PFL | 2 | 40 | 5 |
| PTB | 2 | 67 | 3 |
| PSB | 1 | 33 | 3 |
| PPS | 1 | 100 | 1 |
| PP | 1 | 100 | 1 |
| PCdoB | 0 | 0 | 5 |
| PSOL | 0 | 0 | 2 |
| TOTAL | 24 | 53 | 45 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Como pode ser observado no Gráfico 04, nenhuma das deputadas considerada havia ocupado o cargo de senadora, o que corrobora também uma tendência observada nas carreiras políticas no Brasil de que um número menor de senadoras/es concorre a cargos como deputadas/os federais, enquanto, geralmente, um número maior de deputadas/os concorre, a cargos no Senado⁶⁶.

⁶⁶ Para mais sobre isso, ver dados sobre perfil dos candidatos no Tribunal Superior Eleitoral no site www.tse.gov.br.

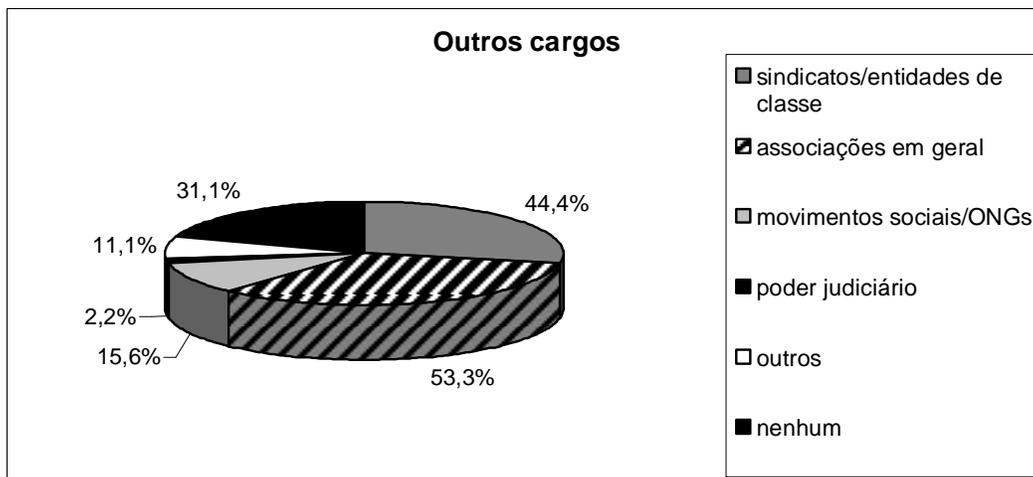
Gráfico 4. Cargos ocupados no Legislativo



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Quando considerados outros cargos ocupados pelas deputadas observamos uma predominância de posições em associações em geral com 53%, seguidas dos sindicatos e entidades de classe como 44% dos cargos já ocupados pelas deputadas. Em terceiro lugar, 31% das deputadas observadas não haviam ocupado nenhum dos cargos considerados. Em quarto lugar, 15% das deputadas haviam participado de algum tipo de movimento social. Por último, 11% das deputadas afirmavam ter ocupado outros tipos de cargo como: membros de conselhos e comissões sobre assuntos variados. E apenas, 2,2% das indicações referiam-se a ocupações no Poder Judiciário.

Gráfico 05. Outros cargos ocupados



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

A relevância dos dados sobre os cargos ocupados previamente pelas deputadas está centrada no mapeamento das origens e dos meios de acumulação de capital político por parte das deputadas. Saber a quais cargos, entidades e organizações da sociedade civil as deputadas pertenceram pode ser utilizado como instrumentos de conexão entre as formas de participação política das deputadas anteriores ao desempenho da função legislativa, como veremos adiante.

Gráfico 06. Distribuição de outros cargos ocupados pelas deputadas por divisão ideológica



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Obs: Foram consideradas para compor o espectro ideológico apenas as cinco maiores bancadas femininas na 52ª legislatura: PCdoB, PT, PMDB, PSDB e PFL.

Observando o Gráfico 06, podemos observar uma tendência de concentração das parlamentares dos partidos situados à esquerda do espectro ideológico em cargos ligados a sindicatos/entidades em geral; associações em geral e movimento sociais, em função das trajetórias discursivas e programáticas observadas, tradicionalmente, nessas legendas. As deputadas dos partidos de esquerda, nesse sentido, possuem sua acumulação de capital político mais ligada a atividades políticas anteriores à eleição, enquanto nos partidos de direita

citadas acima e maior apenas nas categorias de Outros e

O partido de centro possui quase sua totalidade de deputadas classificadas como pertencente a nenhum cargo, o que nos leva a considerar outras formas de acumulação de capital político que não aquelas advindas de atividades políticas anteriores no âmbito da sociedade civil. Estudos⁶⁷ apontam para a relevância das origens familiares e da ocupação de cargos como meios de acumulação de capital político em detrimento da participação em organizações da sociedade civil em geral. Pinheiro (2007) ao analisar o perfil das deputadas eleitas de 1987 a 2002 ressalta que as origens do capital político das parlamentares pode ser identificada através da participação em movimentos sociais (30,3% dos casos); famílias de origem (40,8%); ocupação de cargos públicos ou políticos (18,4%) ou pode ser um capital convertido de outros campos (10,5%).

➤ *Filiações partidárias*

Foram coletados dados sobre as filiações partidárias anteriores das deputadas possibilitando a observação da migração partidária das representantes entre os partidos políticos e mesmo a média de trocas de partidos realizadas pelas deputadas. No geral, as deputadas trocaram de partido em média 1,3 vezes com base no número de filiações verificadas nas trajetórias partidárias das deputadas.

Tabela 14. Filiações partidárias das deputadas federais

| Partidos políticos | N.A. | % |
|---------------------------|-------------|----------|
| PT | 18 | 40 |
| PMDB | 13 | 28,9 |
| PSDB | 10 | 22,2 |
| PFL | 8 | 17,8 |

⁶⁷ Para mais sobre outras formas de conversão de capital em capital político ver: PINHEIRO, Luana. *Vozes femininas na política*. Dissertação de mestrado. UnB, Brasília, 2006.

| | | |
|-------------|----|------|
| | 6 | 13,3 |
| | 6 | 13,3 |
| | 5 | 11,1 |
| PP ou PPB | 4 | 8,9 |
| PSB | 4 | 8,9 |
| PDT | 3 | 6,7 |
| PPS | 2 | 4,4 |
| P-SOL | 2 | 4,4 |
| PL | 1 | 2,2 |
| PMN | 1 | 2,2 |
| PST | 1 | 2,2 |
| Sem partido | 1 | 2,2 |
| TOTAL OBS. | 45 | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

É importante, além de informações acerca da migração partidária entre as diferentes organizações políticas, observar quais deputadas sempre pertenceram a um mesmo partido, ou seja, possuem filiação única ou exclusiva. Por exemplo, das deputadas consideradas 40% afirmam já ter pertencido ao PT, sendo que, destas 18 deputadas, 12 pertenceram apenas ao PT. Entre os partidos de esquerda a taxa de fidelidade partidária é, significativamente, maior do que entre os partidos de centro e direita. No PMDB, por exemplo, 13 deputadas afirmam já ter pertencido à legenda, entretanto, apenas 2 deputadas sempre foram peemedebistas. Observamos uma situação similar no PSDB em que das 10 deputadas que já pertenceram ao partido, apenas uma está desde o início de sua carreira política no partido.

Nesse sentido, é relevante observar, em relação aos objetivos desta pesquisa, a conexão encontrada entre migração partidária e partidos políticos. Estudos destacam que os graus de fidelidade partidária são maiores entre partidos situados mais à esquerda, em função da posição ideológico-discursiva ocupada por essas agremiações como opositoristas⁶⁸. Dessa forma, é possível apontar uma tendência a uma maior coerência política e ideológica acerca

⁶⁸ Com a ascensão de coligações de esquerda ao poder, isso pode ser questionado ao observarmos a adoção de posições menos ideológicas e mais pragmáticas nas decisões políticas.

o espectro em detrimento das parlamentares de outros
s de recrutamento interno adotadas (MARENCO, 2001).

Aqui também observamos diferenças na acumulação de capital político, enquanto podemos pressupor que, nos partidos de esquerda, as trajetórias, tempo de partido e experiência como quadro partidário são instrumentos de acumulação de capital político e critérios de recrutamento, nos demais partidos essa questão merece ser problematizada.

Considerando que as deputadas pertencentes a partidos de centro de direita migram mais entre as agremiações partidárias como se dá a acumulação de capital político de forma a possibilitar que sejam candidatas e/ou eleitas por seus partidos? Mais uma vez, é preciso recorrer a outras formas de conversão de capital simbólico em político, como origens familiares e uma movimentação maior entre partidos próximos no espectro ideológico que contam com programas partidários semelhantes ou que fazem uso de estratégias eleitorais e de atuação política semelhantes. Marengo (2001) ressalta que, embora a migração entre partidos de direita seja intensa, ela apresenta padrões ideológicos congruentes em função da circulação de políticos no interior do mesmo campo ideológico. Apesar disso, Marengo (2001) afirma que quando observado o fluxo migratório entre os diferentes campos ideológicos, e não mais internamente a eles, as trocas se dão da seguinte forma: menor frequência de deslocamentos do centro para a direita ou da esquerda para qualquer campo ideológico diferente e maior deslocamento da direita para o centro e do centro para a esquerda.

Tabela 15. Quantidade total de filiações e deputadas com filiação única

| PARTIDOS | Deputadas que já foram filiadas ao partido | | Deputadas com filiação única ou exclusiva | | Total de deputadas na 52ª legislatura (100%) |
|----------|--------------------------------------------|-----|-------------------------------------------|-----|----------------------------------------------|
| | N.A | % | NA | % | |
| PT | 18 | 129 | 12 | 86 | 14 |
| PCdoB | 6 | 120 | 5 | 100 | 5 |
| PMDB | 13 | 217 | 2 | 33 | 6 |
| PFL | 8 | 160 | 1 | 20 | 5 |
| PSDB | 10 | 200 | 1 | 20 | 5 |

| | | | |
|-----|----|----|----|
| 167 | 1 | 33 | 3 |
| 133 | 22 | 49 | 45 |

...pria a partir de dados da Câmara dos Deputados

➤ *Posições partidárias*

A seguir, apresentamos os dados sobre as atividades partidárias às quais pertencem ou já pertenceram as deputadas consideradas. Essas atividades podem ser separadas em dois conjuntos, um relacionado a atividades exercidas nas casas legislativas pelas deputadas eleitas e o outro se relaciona a atividades internas desenvolvidas nos partidos ligadas à estrutura organizacional partidária. Consideramos esses conjuntos como parte de uma estrutura maior definida como atividades partidárias em função de todas estarem relacionadas à indicação das deputadas entre seus pares. Nesse sentido, ambos estão ligados ao acúmulo de capital político das deputadas.

A posição de Líder ou vice-líder do partido, da bancada, do bloco, da maioria ou minoria foi apontada 32 vezes pelas deputadas, sendo que em 18 dessas vezes, 56%, a posição ocupada pelas parlamentares foi de vice-líder desses cargos⁶⁹. É importante ressaltar que as lideranças no Congresso nacional, em especial na Câmara dos Deputados que é objeto de nossa análise, são selecionadas com base na escolha dos partidos políticos. Segundo o Regimento Interno da Câmara (RI-CD), os deputados e deputadas são agregados com base em seus partidos ou Blocos Parlamentares (união de dois ou mais partidos) e os líderes são selecionados quando sua representação for igual ou superior a um centésimo da composição da Câmara. Cada líder pode indicar vice-líderes na proporção de um para cada quatro deputados.

As prerrogativas de um líder na Câmara dos deputados estão ligadas:

⁶⁹ As 15 restantes ocuparam tanto posições de líder quanto de vice-líderes nos cargos selecionados.

bancada nas Comunicações Parlamentares;

- Participar, diretamente ou por intermédio dos vice-líderes dos trabalhos de qualquer comissão da qual não seja membro⁷⁰;
- Registrar candidatos do partido ou bloco para concorrer aos cargos da Mesa;
- Indicar à Mesa, os membros da bancada para compor as comissões e a qualquer tempo substituí-los.

Os líderes podem ser classificados como: líderes de governo (indicado pelo Presidente da República); líderes do bloco, líderes da maioria e líderes da minoria. Os blocos parlamentares são, como foi ressaltado anteriormente, formados pela reunião de dois ou mais partidos sob liderança comum e que represente, pelo menos, três centésimos dos membros da Câmara. A Maioria é constituída pelo partido ou bloco parlamentar que seja integrado pela maioria absoluta dos membros da Casa e é definida como Minoria a representação, imediatamente inferior, que expresse opinião diversa da Maioria, em relação ao governo (RICD). Os líderes da Maioria, da Minoria, dos Partidos, dos Blocos Parlamentares e do Governo constituem o Colégio de Líderes.

A segunda posição mais observada foi a de membro do diretório nacional ou regional/estadual com 23 observações. Como membro do diretório nacional ou regional as deputadas participam da organização dos trabalhos internos do partido no respectivo nível (estadual, municipal ou nacional) e tomam parte nas decisões correspondentes a cada uma dessas instâncias.

Em seguida, a participação na Executiva Nacional é citada 7 vezes. São citadas oito vezes outras posições como: Delegada de Diretório Regional, membro fundadora, Secretária

⁷⁰ Não tem direito a voto, mas pode encaminhar a votação ou requerer verificação de votação. RI-CD, 2007.

entre outras. E em nove casos as parlamentares não partidária listada. O que, apesar dos baixos índices de participação, indica que em sua maioria, 71 das 79 observações, que equivale a, aproximadamente, 89% dos casos, as deputadas federais participam em algum grau das atividades partidárias descritas abaixo, enquanto 11% não participaram de nenhuma atividade.

Tabela 16. Posições partidárias das deputadas

| POSIÇÕES PARTIDÁRIAS | N.A. | %* |
|----------------------------------------------------------------------|-------------|------------|
| Líder ou vice-líder do partido (ou bloco, maioria, minoria, bancada) | 32 | 71 |
| Membro do Diretório nacional ou regional | 23 | 51 |
| Membro da Executiva nacional | 7 | 16 |
| Outro | 8 | 18 |
| Nenhuma | 9 | 20 |
| TOTAL | 79 | 176 |

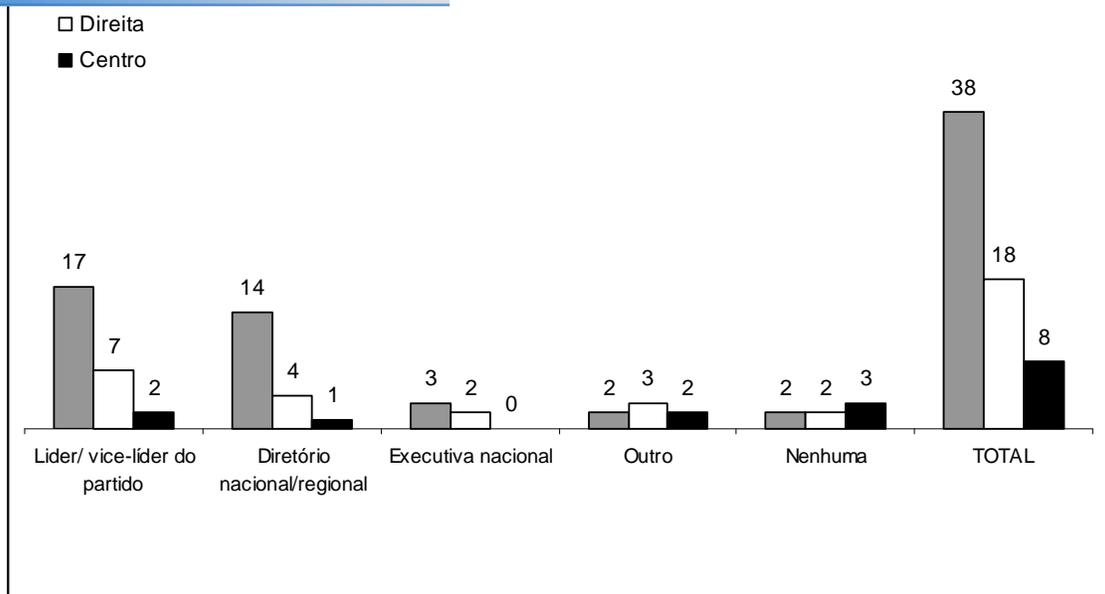
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

*OBS: Percentual considerando o número total de deputadas: N=45

Esses dados nos levam a observar, então, que a participação em algum grau das atividades partidárias nem sempre indicam maior acúmulo de capital político entre as deputadas, exceto quando as posições ocupadas pressupõem maior autonomia ou poder de ação e decisão como nos casos de membros da Executiva Nacional que fazem parte da maior instância hierárquica dos partidos políticos responsável pela coordenação da política nacional para as demais instâncias e níveis partidários.

Gráfico 07. Distribuição das posições partidárias por eixo ideológico

Posições por eixos do espectro ideológico



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Obs: Foram consideradas para compor o espectro ideológico apenas as cinco maiores bancadas femininas na 52ª legislatura: PCdoB, PT, PMDB, PSDB e PFL.

Observando a distribuição das posições partidárias pela divisão do espectro ideológico, é possível observar uma prevalência de deputadas de partidos de esquerda ocupando posições partidárias, seguidos dos partidos de direita e, por último, dos partidos de centro, que possuem a maior quantidade de deputadas ocupando nenhum cargo. A partir desses dados, é possível apontar um aumento das possibilidades de ocupação de posições partidárias em partidos mais situados à esquerda em relação aos demais partidos, o que indica, em algum grau, um comprometimento diferenciado em relação à questão da igualdade de gênero nas estruturas internas do partido, embora voltemos a ressaltar a insuficiência dessas constatações para pressupor a inexistência de relações de desigualdades e estereótipos de gênero no interior dos partidos de esquerda.

➤ *Reeleições*

ica das deputadas requer, além de informações sobre
 cos, a coleta de informações sobre número de reeleições

e cargos para os quais foram reeleitas. No Gráfico 08, são indicados os percentuais de reeleição observados entre as deputadas: delas, 53% haviam sido reeleitas em detrimento de 47% que cumpriam seu primeiro mandato eletivo no poder executivo ou legislativo. Número equilibrado que indica que a taxa de renovação das deputadas é relativamente alta. De um total de 46 deputadas eleitas para a 53ª legislatura, 19 delas exerceram mandato na 52ª legislatura⁷¹.

Figuravam entre as opções de cargos para os quais as deputadas teriam sido eleitas: deputada federal; deputada estadual; vereadora; prefeita; governadora; outro. Das 53% deputadas reeleitas (24 deputadas), 20 haviam sido reeleitas como deputadas federais, 4 delas haviam sido reeleitas como deputadas estaduais, enquanto outras quatro cumpriram mais de um mandato como vereadoras⁷². Das deputadas que se reelegem a maioria permanece na Câmara dos deputados.

Gráfico 08. Deputadas reeleitas (%)

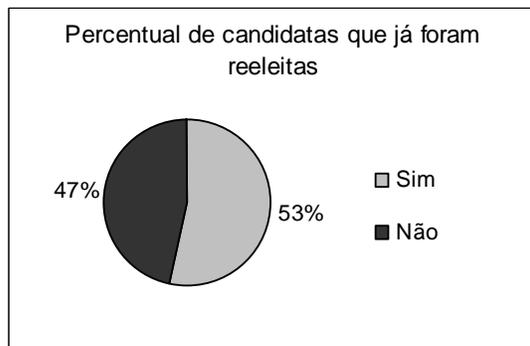
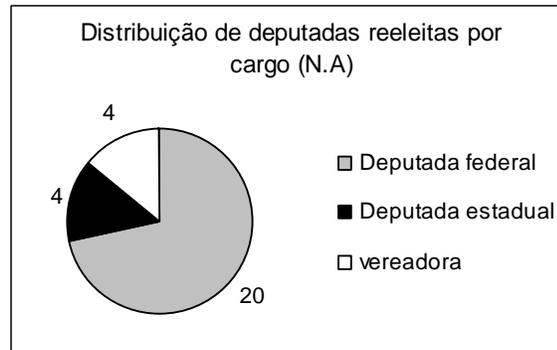


Gráfico 09. Reeleições por cargo eletivo (N.A)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

⁷¹ Dessas 19, nem todas, necessariamente, foram eleitas, mas entraram em exercício em algum momento durante a 52ª Legislatura.

⁷² A soma dos cargos ocupados pelas deputadas reeleitas (28) é superior ao total de deputadas que foram reeleitas em algum momento de suas carreiras no legislativo (24), isso se deve ao fato de que uma mesma deputada pode ter sido reeleita para mais de um cargo eletivo.

das que estiveram em exercício em algum momento da e acordo com a Tabela 17, em que são apresentados os números de legislaturas das quais as deputadas participaram, a quantidade de mandatos como deputadas federais que as parlamentares possuem. Dessa forma, uma parlamentar que está em sua 4ª legislatura, possivelmente, está, no mínimo, em seu 4º mandato como deputada federal.

A maioria das parlamentares, 57,7% está em sua primeira legislatura, de acordo com a análise anterior que corrobora o fato de que temos, entre as representantes do sexo feminino, uma alta taxa de renovação. O que, por outro lado, possibilita a existência de estereótipos e julgamentos referenciados na falta de experiência política das representantes ou mesmo do pouco investimento por parte do partido em tornar a carreira política de determinada mulher uma das carreiras pilares da organização entendida em termos de visibilidade e capacidade de agregação de apoios e forças políticas⁷³.

O fato da taxa de renovação da representação política ser alta não indica a existência de nenhum problema quando adotamos a perspectiva a partir da qual a circulação das pessoas e grupos que ocupam os lugares no campo político é benéfica, na medida em que aumenta a possibilidade de que novas perspectivas e visões de mundo façam parte das esferas de deliberação e decisão. Entretanto, com base nas regras e valores que compõe o *habitus* que estrutura o campo político, carreiras políticas menos estáveis podem indicar, aliadas a outras condições, baixo capital político entre os seus pares e, em consequência disso, menos visibilidade, liberdade de ação e/ou força política.

Exemplo disso pode ser o fato de que 92,3% das deputadas (48 parlamentares) que entraram em exercício (total de 52) durante a legislatura de 2003-2007 nunca estiveram citadas na lista Os cabeças do Congresso Nacional, publicação anual do Departamento

⁷³ Alguns parlamentares, em função da visibilidade e força política que possuem, são considerados *õ*pulladores de votos nas eleições.

ar ó DIAP, que elege os 100 parlamentares considerados
epção de seus pares⁷⁴. Dessa forma, durante quatro anos,

apenas uma deputada, em média, foi citada por ano em uma lista de 100 nomes simbolizando
os baixos níveis de reconhecimento e legitimidade destinados às deputadas entre seus pares.

Tabela 17. Distribuição de deputadas por quantidade de legislaturas

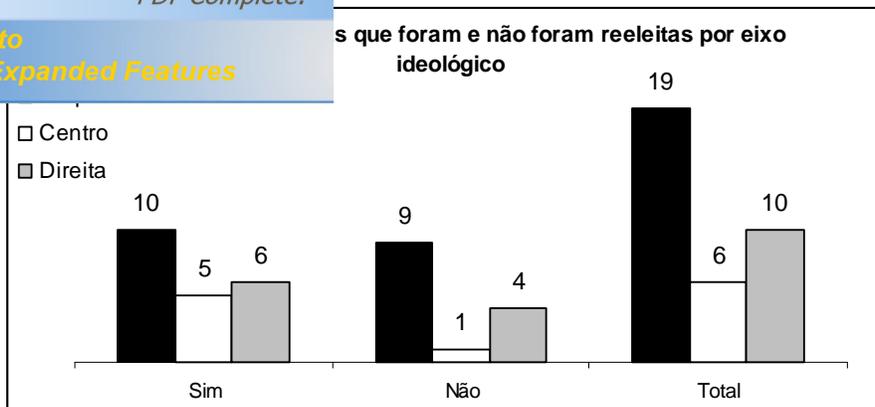
| LEGISLATURAS | DEPUTADAS (N.A) | % |
|----------------|-----------------|-------|
| 1ª legislatura | 30 | 57,69 |
| 2ª legislatura | 11 | 21,15 |
| 3ª legislatura | 9 | 17,31 |
| 4ª legislatura | 2 | 3,85 |
| TOTAL | 52 | 100 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

No Gráfico 10, se observarmos as taxas de reeleição distribuídas entre as cinco
maiores bancadas femininas observamos que nos partidos de esquerda e direita o número de
deputadas reeleitas e não reeleitas varia pouco, entretanto nos partidos de centro, a maior
parte das deputadas já havia sido reeleita e, portanto, não estava em sua primeira legislatura.
Partindo disso, observamos que a taxa de renovação das deputadas não varia
significativamente entre os eixos esquerda e direita do espectro ideológico.

Gráfico 10. Distribuição das deputadas reeleitas e não reeleitas por eixo ideológico

⁷⁴ A coleta de dados para a lista do DIAP é feita com base em perguntas dirigidas aos próprios parlamentares
sobre quais seriam aqueles colegas que eles consideram mais influentes.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

➤ *Conclusão das trajetórias: qual a trajetória majoritária?*

Majoritariamente, as trajetórias políticas das representantes brasileiras da 52ª legislatura na Câmara dos Deputados podem ser descritas da seguinte maneira:

- Apenas 9% das deputadas analisadas ocuparam algum cargo no executivo (prefeita municipal);
- No poder Legislativo, mais da metade das deputadas, 53,3%, ocuparam apenas cargos de deputadas federais;
- Nos partidos de esquerda, mais mulheres exerceram outros cargos no Legislativo (50% delas no PT e 100% no PCdoB) que nos partidos situados mais à direita do espectro ideológico (apenas, 20% no PFL e 40% no PSDB);
- Quando considerados os outros cargos ocupados pelas deputadas, 34% delas pertenceram a algum tipo de associações em geral e 20% delas afirma não ter pertencido a nenhum tipo de associação, movimento social ou organização da sociedade civil, sendo que os partidos de esquerda apresentam índices mais altos de participação nestas categorias;

adas, 22 delas possuíam filiação exclusiva, haviam
co durante toda sua carreira política, destas 22, 17 delas

pertenciam ao PT e PCdoB, demonstrando a prevalência maior de fidelidade partidária entre
esses partidos;

- Foram observadas 79 atividades partidárias das quais as deputadas participaram,
destas apenas 9 afirmaram não haver participado de nenhum tipo de atividade dentro dos
partidos políticos, o que indica uma fraca correlação entre acúmulo de capital político e
envolvimento em atividades partidárias de relevância política média e baixa;

- Na 52ª legislatura, 53% das deputadas observadas haviam sido reeleitas, o que
corresponde a 24 deputadas, sendo que destas 20 haviam sido reeleitas como deputadas
federais. Esses dados indicam também que esses índices de renovação permeiam diferentes
agremiações partidárias, sendo um padrão das deputadas não relacionado às diferenças
ideológicas.

5.1.2. Comissões legislativas ó onde e como atuam nossas representantes?

➤ *Temas das comissões*

Cada comissão legislativa observada era classificada de acordo com um ou dois temas,
de acordo com a matéria da qual tratasse. Algumas comissões tratam de mais de um tema,
sem que haja uma prevalência de um deles em detrimento das demais, dessa forma, mais de
um tema pôde ser escolhido para cada comissão, e o número de observações referentes às
temáticas foi, dessa forma, superior ao número de comissões observadas.

A distribuição dos três primeiros temas mais abordados em comissões das quais fazia
parte, ao menos, uma deputada, é mais equilibrada, variando de 11,6% a 10,7%. O tema mais
observado entre as comissões foi õFamília, infância e adolescênciaö, com 11,6% das

em nossa hipótese de que existe uma maior concentração
dos a questões sociais.

Em segundo lugar aparece o tema "Questões de gênero" com 11%, devido principalmente ao fato de que as discussões sobre igualdade de gênero, aumento da participação da mulher e combate à discriminação contra as mulheres passam a compor a agenda de problemas políticos nas esferas deliberativas, de forma bastante significativa durante o período. Dessa forma, várias comissões são criadas para discutir questões de gênero como a *Comissão Ano da Mulher*, a comissão sobre questões de gênero mais apontada entre as demais, seguida pela *Comissão Especial para apreciação do PL 1399/03* que estabelece o Estatuto da Mulher. Dessa forma, o fato de o tema "questões de gênero" aparecer como segundo na lista dos temas mais citados está relacionado às discussões pautadas durante a 52ª legislatura⁷⁵ e não, necessariamente, a uma vinculação das representantes às demandas femininas e questões ligadas diretamente às relações de gênero. E em terceiro lugar, observamos o tema "Administração pública, reforma do Estado e funcionalismo público" com 10,7% das observações.

Observando os dez temas mais presentes nas comissões com participação feminina, é possível afirmar que estão mais associados a áreas consideradas "femininas" devido aos focos de suas preocupações estarem mais voltados a questões relativas à esfera privada e à política do cuidado como: família, infância e adolescência; questões de gênero; educação; questões sociais; emprego, trabalho e formação profissional, meio ambiente e alguns temas listados no item outros como portadores de necessidades especiais, entre outros. Juntos esses temas perfazem um total de 54,4% de um total de 32 temas possíveis. Dessa forma, mais da metade

⁷⁵ Foram, inclusive, divulgadas algumas publicações sobre a presença da mulher no parlamento como "Perfil biográfico das senadoras no Brasil", etc.

comissões legislativas se dá naquelas relacionadas a esses temas distribuídos entre os demais 26 temas listados.

Os temas menos observados estão relacionados a dois conjuntos de questões: em primeiro lugar, é possível perceber a participação menor de deputadas em comissões cujos temas são classificados como mais próximos de referenciais ditos "masculinos" como economia, questões internas do Congresso, política agrícola, corrupção, etc. E, em um segundo conjunto, estão questões que, apesar de terem forte relação com áreas sociais, não são consideradas como problemas políticos pautáveis pelas discussões do Congresso como, por exemplo, comissões ligadas a reforma agrária e a questões étnico-raciais.

Tabela 18. Distribuição das comissões legislativas por temas

| TEMAS | N.A. | % |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|------|------|
| Família, infância e adolescência | 98 | 11,6 |
| Questões de gênero | 93 | 11 |
| Administração pública e reforma do Estado e funcionalismo público | 91 | 10,7 |
| Educação | 70 | 8,3 |
| Outros | 57 | 6,7 |
| Infra-estrutura | 55 | 6,5 |
| Questões sociais (pobreza, desigualdade, fome) | 55 | 6,5 |
| Emprego, trabalho e formação profissional | 52 | 6,1 |
| Reforma política e legislação eleitoral | 43 | 5,1 |
| Política econômica e tributária | 36 | 4,2 |
| Meio-ambiente | 36 | 4,2 |
| Cultura | 32 | 3,8 |
| Violência e segurança pública (incluindo reforma do código penal e trânsito) | 27 | 3,2 |
| Direitos do consumidor | 27 | 3,2 |
| Saúde pública e saneamento | 25 | 2,9 |
| Direitos humanos | 25 | 2,9 |
| Defesa (segurança nacional) | 24 | 2,8 |
| Relações exteriores do Brasil, política internacional ou política interna de outros países | 23 | 2,7 |
| Jurisdição | 19 | 2,2 |

| | | |
|--------------------------------------------------------------------|------------|-----|
| | 17 | 2,0 |
| Trataria e assemelhados | 16 | 1,9 |
| Previdência social | 16 | 1,9 |
| Política agrícola (inclui pesca e pecuária) | 9 | 1,1 |
| Corrupção, sonegação de impostos e crimes contra a ordem econômica | 7 | 0,8 |
| Questões internas do Congresso (mesas, comissões, regimento etc.) | 5 | 0,6 |
| Questões étnico-raciais | 5 | 0,6 |
| Reforma agrária (e outras questões fundiárias) | 4 | 0,5 |
| Política industrial | 0 | 0,0 |
| Habitação | 0 | 0,0 |
| Homenagens em geral | 0 | 0,0 |
| TOTAL | 848 | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

De forma a facilitar a compreensão e objetivar nossa análise, os temas foram agregados em quatro Eixos temáticos conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 19. Divisão dos temas por eixo temático

| DIVISÃO DOS TEMAS POR EIXO |
|------------------------------------------------------------------|
| Eixo Economia |
| Infra-estrutura |
| Política econômica e tributária, economia em geral e finanças |
| Propriedade intelectual |
| Política agrícola |
| Política industrial |
| Eixo Outros |
| Homenagens e comemorações em geral |
| Meio-ambiente |
| Ciência e tecnologia |
| Direitos do consumidor |
| Outros |
| Eixo Político-Legal |
| Questões internas ao Congresso |
| Administração pública, reforma do Estado e funcionalismo público |
| Violência e segurança pública |
| Corrupção |
| Relações exteriores |
| Previdência social |
| Defesa |
| Jurisdição |
| Reforma política e legislação eleitoral |

| |
|-----------------------------------------|
| mação profissional |
| Saúde pública e saneamento |
| Família, infância, adolescência, idosos |
| Questões de gênero |
| Direitos Humanos |
| Questões étnico-raciais |
| Reforma agrária |
| Questões sociais |
| Cultura |
| Habitação |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Se agruparmos os temas listados na Tabela 19 em quatro grandes grupos temáticos classificados segundo a divisão proposta: temas sociais, temas político-legais, temas econômicos e outros temas, obtemos a Tabela 20 sobre a atuação feminina nas comissões legislativas por campo temático:

Tabela 20. Distribuição das comissões por eixo temático

| Eixos temáticos | N.A. | (%) |
|-----------------|------|-------|
| Social | 379 | 44,7% |
| Político-legal | 240 | 28,3% |
| Outros | 137 | 16,2% |
| Economia | 116 | 13,7% |
| TOTAL | 848 | 100% |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Com base na Tabela 20, observamos a prevalência dos temas ligados à área social com 44% do total das atuações, ou seja, quase metade das comissões onde atuam as deputadas está relacionada a temas que podem ser considerados como sociais. Em segundo lugar, 28% das comissões onde existe a presença feminina estão localizadas no campo político-legal e, em terceiro lugar, aparecem comissões que versam sobre temas variados que não se classificam adequadamente em nenhuma das outras áreas, com 16%. Por último, aparecem as comissões

também figuram questões ligadas a infra-estrutura, com s pelas deputadas federais.

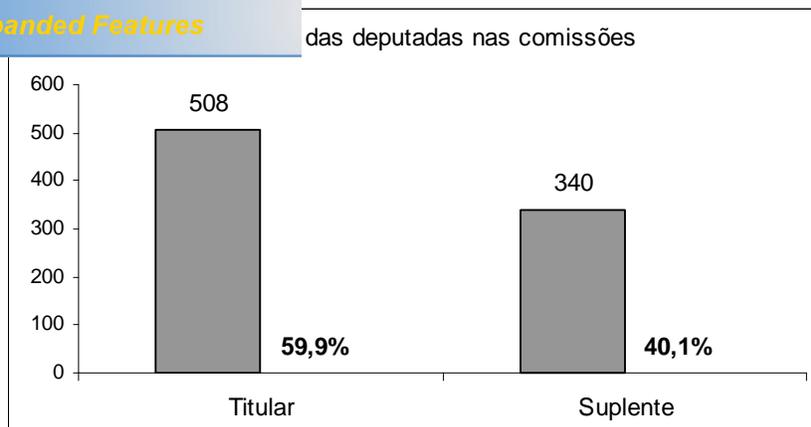
Esses dados remetem a outros estudos já realizados, em que indicações semelhantes foram observadas. Ao analisar a atuação de parlamentares do sexo feminino no Senado Federal durante os anos de 1989 e 2004, Barbacena (2006) observa também a prevalência da participação de senadoras em comissões classificadas como de políticas sociais em detrimento de políticas sobre assuntos econômicos.

As análises feitas por Feitosa (2007), com deputadas da 51ª e 52ª legislatura, também apontam uma prevalência de deputadas nas comissões classificadas como *soft politics* em que a composição é de 84,4% de mulheres e 49,4% de homens, enquanto nas comissões de *hard politics* os homens perfazem um percentual de 69,3% e as mulheres 42,2% dos casos.

➤ *Condição e posição das deputadas nas comissões*

Objetivando mapear as posições e lugares ocupados pelas deputadas na Câmara dos Deputados, adotando como referência a atuação nas comissões legislativas, foi observada a condição das deputadas como suplentes ou titulares nas comissões das quais faziam parte e as posições que ocupavam na presidência das comissões. De acordo com o Gráfico 11, nas 848 participações em comissões, 59,9% das deputadas figuravam como titulares e 40,1% como suplentes.

das deputadas nas condições de suplentes e titulares



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Para fins de comparação, quando consideramos os números totais (mulheres e homens) das comissões permanentes e temporárias temos os seguintes resultados: de um total de 4300 participações em comissões permanentes e temporárias, 1699 são suplentes, o que corresponde a 40%, e 2601 são titulares, correspondendo a 60%⁷⁶. O que indica claramente que a divisão das deputadas entre suplentes e titulares corresponde à divisão geral feita na Câmara dos Deputados, considerando a totalidade dos parlamentares. Neste caso, não há uma diferença na distribuição em relação ao sexo do parlamentar.

A presidência de uma comissão legislativa é formada pela/o presidente, e formada por 3 vice-presidentes, que assumem o trabalho da presidência na ordem seqüencial, em casos de ausência da/o presidente da comissão. Conforme nos mostra o Gráfico 10, apenas 2,2% das deputadas são ou já ocuparam o cargo de presidente nas comissões observadas. Se somarmos os percentuais de participação das deputadas em algum dos cargos da presidência (presidente e 1º, 2º e 3º vice-presidente) o resultado não ultrapassa 10,5% das comissões observadas, enquanto em 89,5% dos casos as parlamentares não ocupam ou ocuparam cargos na presidência da comissão.

⁷⁶ Dados extraídos do site da Câmara dos Deputados www.camara.gov.br.

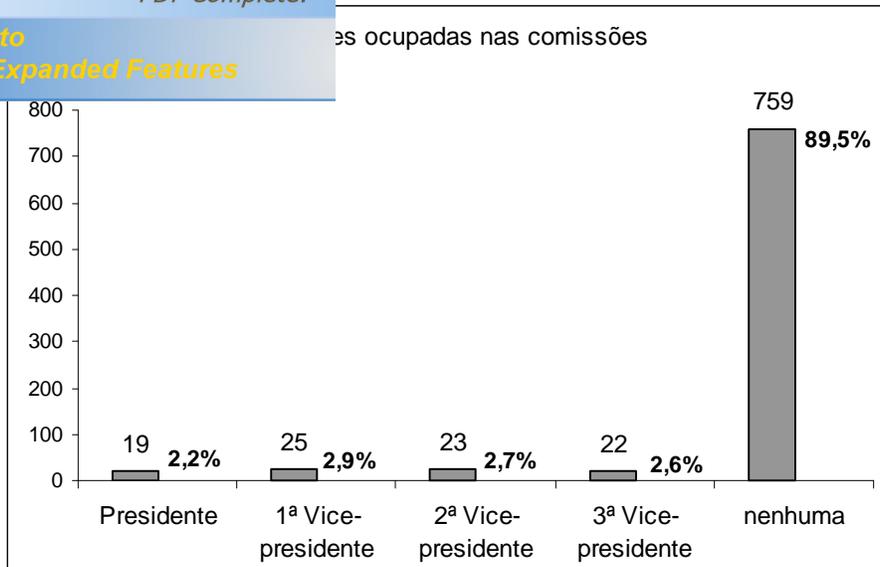
Para compor as Comissões é competência do Líder do partido indicar as vagas entre as diversas legendas e, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, a disputa por elas se processará no interior dos partidos políticos ou blocos parlamentares, já que compete aos Líderes indicarem à Mesa da Câmara os membros de sua bancada que preencherão aquelas vagas.

Se calcularmos, para fins de comparação, o valor total de comissões que funcionaram durante a 52ª legislatura chegaremos ao total de 111 comissões (considerando permanentes, temporárias e CPIs)⁷⁸. Sabendo que em cada comissão a presidência é composta por 4 parlamentares, teríamos um total de 444 vagas nas presidências das comissões. Com base nos dados de que as deputadas ocuparam, em algum momento da legislatura, 82 dessas vagas, conseqüentemente, pressupomos que as demais 355 vagas foram ocupadas por parlamentares do sexo masculino. Em termos percentuais, apenas 18,4% das posições nas presidências das comissões legislativas foram ocupadas por mulheres durante a 52ª legislatura. Nesse sentido, é possível argumentar que existe uma prevalência significativa de homens em cargos relevantes nas presidências das comissões, seja como presidente, 1º, 2º ou 3º vice, em relação às parlamentares do sexo feminino.

Gráfico 12. Distribuição das deputadas pelas posições ocupadas nas comissões

⁷⁷ Art. 10, VI do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). É interessante notar que os Líderes podem tanto indicar os membros da bancada que irão compor as Comissões, como, a qualquer tempo, podem substituí-los. Esta prerrogativa confere-lhes grande poder de decisão e coloca os parlamentares e, neste caso, mais especificamente as deputadas e em uma situação de instabilidade, já que podem ser substituídas a qualquer momento.

⁷⁸ Dados disponíveis em www.camara.gov.br.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

➤ *Condição por tema da comissão*

Ao observarmos a distribuição das condições de suplente e titular entre os diferentes eixos temáticos, é possível verificar uma presença maior das mulheres ocupando posições de titulares no eixo Social com 65% de titulares, percentual acima da média encontrada na distribuição entre titulares e suplentes, de 60% e 40%, respectivamente. Embora seja possível observar essa prevalência, a variação dos percentuais de distribuição entre os três demais eixos não se mostra tão significativa: em segundo lugar aparecem empatados os eixos Político-legal e Outros, ambos com 57% de titulares e 43% de suplentes. E em último lugar, o eixo economia com 51% de titulares e 49% de suplentes. Considerando esses dados, podemos afirmar, considerando os eixos Social e Economia, que mais mulheres estão na posição de titulares nas comissões classificadas como mais próximas a temáticas sociais do que a temáticas econômicas.

Tabela 21. Distribuição das deputadas por eixo temático

| Eixos temáticos | CONDIÇÃO | | TOTAL (100%) |
|-----------------|----------|----------|--------------|
| | TITULAR | SUPLENTE | |
| Político-legal | 137 | 57% | 240 |

| | | | | | |
|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 59 | 51% | 57 | 49% | 116 |
| | 245 | 65% | 134 | 35% | 379 |
| Outros | 78 | 57% | 59 | 43% | 137 |
| TOTAL | 519 | 60% | 353 | 40% | 872 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Na tabela 22, observamos a lista dos temas desagregados. Nela, ao compararmos os valores quantitativos de deputadas que ocupam ou ocuparam a condição de titulares ou de suplentes, observamos que apenas em 127 das 967 observações apontadas, o número de suplentes ultrapassa o número de titulares: emprego, trabalho e formação; reforma política e legislação eleitoral; direitos do consumidor; previdência social; política agrícola; questões internas do CN; política econômica e tributária; jurisdição e ciência e tecnologia.

Os dois últimos temas são os que apresentam a maior variação entre o número de suplentes e titulares, com um número de suplentes que corresponde a, aproximadamente, o dobro do número de titulares. Essa variação pode ser caracterizada como uma tendência a haver um maior número de titulares (que têm direito a voto nas discussões) do sexo masculino em comissões classificadas de acordo com temas mais masculinos como economia, tributação, jurisdição, entre outros.

Tabela 22. Distribuição das condições das deputadas por tema

| TEMAS | CONDICÃO | Titular | Suplente | TOTAL |
|-------------------------------------------------------------------|----------|---------|----------|-------|
| Família, infância e adolescência | | 60 | 38 | 98 |
| Questões de gênero | | 68 | 25 | 93 |
| Administração pública e reforma do Estado e funcionalismo público | | 58 | 33 | 91 |
| Educação | | 40 | 30 | 70 |
| Outros | | 37 | 20 | 57 |
| Infra-estrutura | | 29 | 26 | 55 |
| Questões sociais (pobreza, desigualdade, fome) | | 33 | 22 | 55 |
| Emprego, trabalho e formação profissional | | 25 | 27 | 52 |

| | 20 | 23 | 43 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-----|-----|
| em | 15 | 21 | 36 |
| geral | 22 | 14 | 36 |
| Meio-ambiente | 19 | 13 | 32 |
| Cultura | 18 | 9 | 27 |
| Violência e segurança pública (incluindo reforma do código penal e trânsito) | 13 | 14 | 27 |
| Direitos do consumidor | 18 | 7 | 25 |
| Saúde pública e saneamento | 18 | 7 | 25 |
| Direitos humanos | 15 | 9 | 24 |
| Defesa (segurança nacional) | 14 | 9 | 23 |
| Relações exteriores do Brasil, política internacional ou política interna de outros países | 6 | 13 | 19 |
| Jurisdição | 6 | 11 | 17 |
| Ciência e tecnologia | 11 | 5 | 16 |
| Propriedade intelectual, pirataria, biopirataria e assemelhados | 6 | 10 | 16 |
| Previdência social | 4 | 5 | 9 |
| Política agrícola (inclui pesca e pecuária) | 7 | 0 | 7 |
| Corrupção, sonegação de impostos e crimes contra a ordem econômica | 2 | 3 | 5 |
| Questões internas do Congresso (mesas, comissões, regimento etc.) | 5 | 0 | 5 |
| Questões étnico-raciais | 4 | 0 | 4 |
| Reforma agrária (e outras questões fundiárias) | 0 | 0 | 0 |
| Política industrial | 0 | 0 | 0 |
| Habitação | 0 | 0 | 0 |
| Homenagens e comemorações em geral | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 573 | 394 | 967 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

➤ *Temas da comissão X partidos políticos*

Além de observarmos o número de comissões das quais fazem parte os partidos analisados, é relevante observarmos a distribuição partidária das representantes das maiores bancadas em relação aos temas das comissões das quais participam. Conforme notamos na

altantes da agregação da lista de temas representada pela
existe uma distribuição dos partidos pelos eixos temáticos
bastante semelhante, o que nos leva a crer que, quando consideramos a distribuição das
deputadas nas comissões, os temas aparecem como elementos explicativos mais fortes que os
partidos aos quais essas deputadas pertencem.

Dessa forma, de acordo com nossa hipótese de que existe uma *inclusão orientada* das
deputadas dentro do Legislativo, observamos que, na Câmara dos Deputados, a distribuição
das deputadas entre as comissões pode ser explicada em função dos temas e assuntos tratados
por elas, mais do que em função de um crivo ideológico que oriente, diferentemente,
deputadas de esquerda ou de direita para comissões específicas.

A maior incidência temática das comissões das deputadas da 52^a legislatura está
localizada no eixo Social e a menor é observada no eixo Economia, como esperávamos em
nossas hipóteses. Na Tabela 24, ao observarmos as especificidades entre os partidos,
podemos, esquematicamente, chegar aos seguintes resultados que, no entanto, não nos
permitem fazer uma correlação significativa entre os eixos temáticos e diferenças ideológicas
entre os partidos:

- Eixo Político-Legal: PFL participa menos das comissões com esta temática e o
PCdoB empatado com o PSDB são os partidos com a maior participação.

- Eixo Economia: o PMDB tem a maior participação e o PSDB tem a menor
participação.

- Eixo Social: PFL tem a maior participação e o PCdoB tem a menor.

- Eixo Outros: PMDB tem a maior participação e PT tem a menor.

ção partidária das comissões por eixo temático

| PARTIDO | Economia | | Social | | Outros | | TOTAL (100%) | | |
|---------|----------|-----|--------|-----|--------|-----|-----------------|----|-----|
| | N.A | (%) | N.A | (%) | N.A | (%) | | | |
| PT | 66 | 27 | 34 | 14 | 103 | 43 | 37 | 15 | 240 |
| PMDB | 32 | 22 | 25 | 17 | 65 | 44 | 25 | 17 | 147 |
| PCdoB | 33 | 30 | 15 | 14 | 43 | 39 | 18 | 16 | 109 |
| PFL | 22 | 20 | 18 | 16 | 51 | 47 | 18 | 16 | 109 |
| PSDB | 31 | 30 | 11 | 11 | 43 | 42 | 17 | 16 | 102 |
| TOTAL | 184 | | 103 | | 305 | | 115 | | 707 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

O PT é o partido com a maior bancada de mulheres e, conseqüentemente, é o partido com o maior número de participações em comissões. Dessa forma, ele é o partido com maior número de participações na maioria dos temas, exceto em: Economia em geral; saúde pública e saneamento; política agrícola; corrupção; questões internas do CN; questões étnico-raciais. O PT sustenta os menores índices de aparecimento isolado⁷⁹ apenas no tema Economia em Geral.

O PCdoB tem suas maiores participações isoladas nos temas: Propriedade intelectual e pirataria e Questões étnico-raciais. E suas menores participações isoladas estão nos temas: família, infância e adolescência; Questões de gênero; Outros e Reforma política.

Tabela 24. Distribuição dos temas das comissões legislativas por partidos

| Temas/Partido | PCdoB | PFL | PMDB | PSDB | PT | TOTAL |
|-------------------------------------------------------------------|-------|-----|------|------|----|-------|
| Família, infância e adolescência | 7 | 17 | 21 | 14 | 23 | 98 |
| Questões de gênero | 10 | 11 | 13 | 11 | 23 | 93 |
| Administração pública e reforma do Estado e funcionalismo público | 13 | 5 | 17 | 8 | 27 | 91 |
| Educação | 10 | 6 | 8 | 8 | 25 | 70 |
| Outros | 3 | 7 | 10 | 9 | 18 | 57 |
| Questões sociais (pobreza, desigualdade, fome) | 8 | 7 | 5 | 6 | 13 | 55 |

⁷⁹ Analisar os menores ou maiores índices isolados de aparecimento dos partidos implica em considerar apenas aqueles temas em que os partidos não aparecem empatados com outros na primeira ou última posição.

| | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 5 | 6 | 14 | 3 | 22 | 55 |
| profissional | 6 | 8 | 9 | 1 | 17 | 52 |
| Reforma política e legislação eleitoral | 2 | 4 | 8 | 9 | 13 | 43 |
| Meio-ambiente | 7 | 6 | 7 | 3 | 7 | 36 |
| Política econômica e tributária | 4 | 6 | 7 | 6 | 7 | 36 |
| Cultura | 4 | 3 | 5 | 4 | 11 | 32 |
| Violência e segurança pública (incluindo reforma do código penal e trânsito) | 4 | 4 | 0 | 5 | 7 | 27 |
| Direitos do consumidor | 4 | 4 | 6 | 4 | 8 | 27 |
| Saúde pública e saneamento | 3 | 3 | 8 | 3 | 6 | 25 |
| Direitos humanos | 2 | 5 | 6 | 2 | 7 | 25 |
| Defesa (segurança nacional) | 4 | 4 | 2 | 3 | 4 | 24 |
| Relações exteriores do Brasil, política internacional ou política interna de outros países | 3 | 4 | 1 | 4 | 5 | 23 |
| jurisdição | 3 | 2 | 1 | 1 | 6 | 19 |
| Ciência e tecnologia | 4 | 1 | 2 | 1 | 4 | 17 |
| Propriedade intelectual, pirataria, biopirataria e assemelhados | 6 | 4 | 0 | 2 | 3 | 16 |
| Previdência social | 4 | 1 | 1 | 2 | 4 | 16 |
| Política agrícola (inclui pesca e pecuária) | 0 | 2 | 4 | 0 | 2 | 9 |
| Corrupção, sonegação de impostos e crimes contra a ordem econômica | 2 | 0 | 1 | 2 | 1 | 7 |
| Questões internas do Congresso (mesas, comissões, regimento etc.) | 0 | 1 | 2 | 1 | 1 | 5 |
| Questões étnico-raciais | 2 | 1 | 1 | 1 | 0 | 5 |
| Reforma agrária (e outras questões fundiárias) | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 4 |
| Política industrial | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Habitação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Homenagens em geral | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 120 | 122 | 160 | 114 | 265 | 967 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

➤ *Distribuição das posições das deputadas por partido político*

deputadas em relação aos partidos aos quais pertencem

De acordo com ela, observamos que o número de cargos

na presidência ocupados pelas deputadas varia de acordo com o tamanho da bancada, assim como a quantidade de deputadas que não ocupa nenhum cargo na presidência das comissões das quais fazem parte.

Tabela 25. Distribuição partidária das posições das deputadas em comissões legislativas

| PARTIDO | Presidente | | 1ª Vice-presidente | | 2ª Vice-presidente | | 3ª Vice-presidente | | Nenhuma | | TOTAL |
|-----------|------------|-----|--------------------|-----|--------------------|-----|--------------------|-----|---------|-----|-------|
| | N.A | (%) | N.A | (%) | N.A | (%) | N.A | (%) | N.A | (%) | |
| PT | 7 | 3 | 7 | 3 | 8 | 3 | 2 | 1 | 211 | 90 | 235 |
| PMDB | 2 | 1 | 6 | 4 | 6 | 4 | 4 | 3 | 124 | 87 | 142 |
| PFL | 1 | 1 | 6 | 6 | 4 | 4 | 3 | 3 | 92 | 87 | 106 |
| PCdoB | 1 | 1 | 4 | 4 | 1 | 1 | 3 | 3 | 95 | 91 | 104 |
| PSDB | 4 | 4 | 2 | 2 | 3 | 3 | 5 | 5 | 87 | 86 | 101 |
| PSB | 2 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 52 | 95 | 55 |
| PTB | 1 | 2 | 0 | 0 | 1 | 2 | 2 | 5 | 37 | 90 | 41 |
| P-SOL | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4 | 26 | 96 | 27 |
| PPS | 1 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5 | 20 | 91 | 22 |
| PP ou PPB | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15 | 100 | 15 |
| TOTAL | 19 | 2 | 25 | 3 | 23 | 3 | 22 | 3 | 759 | 90 | 848 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Entretanto, o tema da comissão também é um dado a ser observado para complementar nossa análise. Foram apontadas 19 comissões, considerando todos os partidos, em que as deputadas assumiram a presidência, destas, 10 estão classificadas no Eixo Social; 3 no eixo Outros; 4 no eixo Político-legal e 2 no eixo Economia, ou seja, as mulheres ocupam mais cargos de Presidente em comissões mais voltadas a temáticas sociais, com menor projeção política. Mais uma vez, para fins de comparação, quando consideramos que a quantidade total de comissões existentes durante a 52ª legislatura foi de 111, apenas em 19 delas as mulheres assumiram a presidência, o que nos leva a considerar que nas 92 restantes a presidência foi ocupada por um parlamentar do sexo masculino. Esses dados podem ser lidos de forma diferente se partirmos dos valores percentuais, Feitosa (2007) demonstra que

so das deputadas foram presidentes de comissão durante
ão a 26,4% dos homens.

Nesse sentido, a defesa do aumento da presença de mulheres é reforçada quando pensamos o quanto, em termos absolutos, a participação de mulheres é inexpressiva em relação aos seus pares do sexo masculino: 20 deputadas correspondem a 31,3% do total de mulheres, enquanto 192 homens perfazem 26,4% do total de deputados. Nesse sentido, mesmo que não haja uma discriminação ou limitação da atuação feminina na ocupação de cargos nas presidências das comissões (embora haja uma concentração em comissões de áreas sociais), enquanto o número de deputadas for expressivamente desigual em relação ao número de homens, a atuação feminina ficará prejudicada e a efetividade da presença dessas mulheres estará comprometida.

Apesar dos argumentos que levantam o fato de que, proporcionalmente, as mulheres participam mais da presidência de comissões que os homens, as análises de Barbacena (2006) sobre as senadoras indicam resultados diferentes que nos auxiliam a complexificar nossas conclusões. A autora utiliza dados sobre os percentuais de parlamentares que ocuparam cargos de presidente nas comissões sociais e econômicas e apresenta resultados que apontam na direção de uma concentração de mulheres em algumas comissões e não em outras em função, especificamente, das temáticas das quais tratam, indicando a total predominância de senadores nas presidências das comissões de política econômica, onde nenhuma mulher havia ocupado a presidência e apenas 4,27% dos titulares foram mulheres. Já nas comissões de política social, as mulheres ocuparam a presidência em 6,2% dos casos, a vice presidência em 25% dos casos e compuseram 9% dos titulares ao longo do período.

Passando para a análise com recorte partidário, com base nos cinco partidos referenciais de nossa análise, dispostos na Tabela 26, o PT é o partido com maior número

argos na presidência das comissões com 24 deputadas, PCdoB, respectivamente com 18, 14, 14 e 9⁸⁰. Quando somados, os partidos de esquerda apresentam o maior número absoluto de mulheres ocupando cargos na presidência das comissões.

Tabela 26. Distribuição das posições das deputadas em comissões legislativas pelas cinco maiores bancadas femininas

| PARTIDO/POSIÇÃO | Presidente | | 1ª Vice-presidente | | 2ª Vice-presidente | | 3ª Vice-presidente | | TOTAL (100%) |
|-----------------|------------|----|--------------------|----|--------------------|----|--------------------|----|--------------|
| | NA | % | NA | % | NA | % | NA | % | |
| PT | 7 | 29 | 7 | 29 | 8 | 33 | 2 | 8 | 24 |
| PMDB | 2 | 11 | 6 | 33 | 6 | 33 | 4 | 22 | 18 |
| PFL | 1 | 7 | 6 | 43 | 4 | 29 | 3 | 21 | 14 |
| PCdoB | 1 | 11 | 4 | 44 | 1 | 11 | 3 | 33 | 9 |
| PSDB | 4 | 29 | 2 | 14 | 3 | 21 | 5 | 36 | 14 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

5.1.3. Proposições legislativas: como e sobre o que legislam nossas representantes?

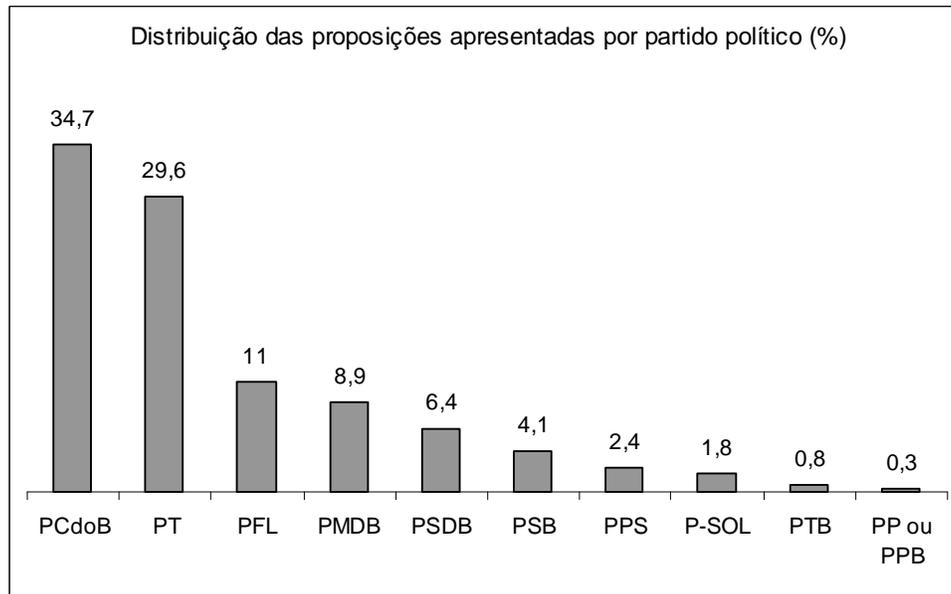
➤ Distribuição de proposições apresentadas por partidos

Ao observarmos a apresentação de proposições percebemos que o PCdoB figura como o partido com maior apresentação de matérias legislativas com 34,7% das proposições da 52ª legislatura. Em seguida, temos o PT com 29,6% das proposições. Dessa forma, ao somarmos os percentuais apresentados observamos que 64,3% das proposições que foram apresentadas partiram de iniciativa de deputadas de esquerda e centro-esquerda. Considerando as cinco maiores bancadas que utilizamos como referenciais de nossa análise, os partidos de direita e

⁸⁰ Observa-se que, apesar de possuírem bancadas semelhantes em tamanho e na distribuição pelas comissões, as parlamentares do PCdoB ocupam menos posições na presidência das comissões do que as deputadas tucanas e pefelistas. A eleição para a presidência da comissão depende de escolha entre os membros da comissão, o que pode indicar um menor capital político das deputadas comunistas em relação às demais bancadas, considerando que a bancada comunista é proporcionalmente mais igualitária que a dos demais partidos considerados. Sistematicamente:

s proposições e as deputadas do PMDB, como partido de as legislativas durante os anos de 2003 e 2006.

Gráfico 13. Distribuição das proposições apresentadas por partido político



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Observando dados gerais sobre a apresentação de proposições no ano de 2005⁸¹ na Câmara dos deputados, encontramos resultados que vão de encontro aos dados relacionados apenas às mulheres. No Anuário Estatístico, o PT figura como o partido com o maior número de apresentações de proposições, seguido do PFL, do PSDB e do PMDB. O PCdoB aparece apenas em 8º lugar em número de apresentações de proposições, o que nos leva a considerar a especificidade da representação feminina do partido comunista em relação ao restante dos parlamentares comunistas e em relação às deputadas dos demais partidos considerados em nossa análise. Nesse sentido, as deputadas do PCdoB se apresentam como mais ativas que seus pares dentro de sua agremiação partidária.

⁸¹ A utilização de dados referentes ao ano de 2005 apresenta-se como válida considerando que na distribuição entre os anos, o percentual de apresentação de proposições desse ano de 26,6% corresponde à média de 25% de proposições apresentadas durante os quatro anos da legislatura.

Na distribuição das matérias analisadas por tipos de proposição, conforme pode ser observada no Gráfico 14, os requerimentos (REC) possuem a maior incidência (58,2%), seguidos dos Requerimentos de Informação (RIC) com 20,5%. Em terceiro lugar, temos os Projetos de lei (PL) com 18,4% das proposições da 52ª legislatura. Observamos que 78,7% das matérias apresentadas pelas deputadas podem ser classificadas como requerimentos (REQ) e requerimentos de informação (RIC), o que pode acontecer devido a alguns fatores descritos a seguir.

Os Requerimentos (REC) e os requerimentos de informação (RIC) juntos correspondem a 78,7% das matérias apresentadas pelas deputadas. O que implica dizer que praticamente $\frac{3}{4}$ das matérias apresentadas por mulheres versam sobre questões internas à Casa Legislativa. A grande quantidade desses instrumentos legislativos pode estar relacionada às amplas possibilidades e situações de uso desse tipo de matéria e à relativa facilidade em sua apresentação que em alguns casos, chegam até a serem dispensados da análise da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, indo diretamente para despacho do presidente da Casa.⁸²

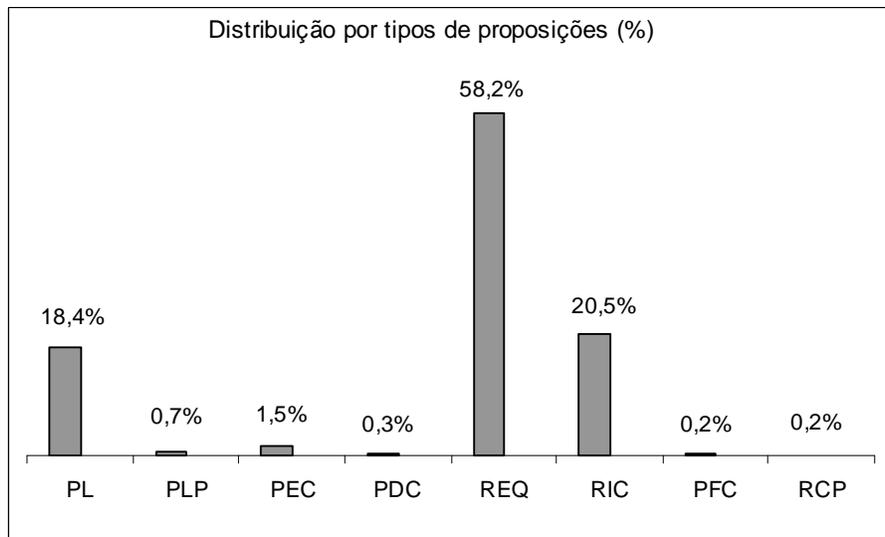
Dessa forma, é possível afirmar que, a apresentação de proposições é inversamente proporcional ao grau de relevância política da proposição. Dessa forma, as propostas de emenda à Constituição, que possuem um dos mais altos *status* políticos entre as proposições, perfazem 1,5% das proposições apresentadas por mulheres. Isso também pode ser observado na iniciativa masculina, entretanto, do número total de PECs apresentadas na 52ª Legislatura,

⁸² Os Requerimentos de Informação a Ministro de Estado, em especial, estão sujeitos a despacho do Presidente, ouvida a Mesa (art. 115, I ó RICD).

apresentadas por mulheres, o que corresponde a 16% do total.

Para que seja possível instituir uma CPI é preciso arregimentar, através de um requerimento (RCP), um terço de assinaturas dos membros da Câmara dos Deputados, 171 parlamentares. Dessa forma, a baixa apresentação de Requerimentos de Instituição de CPI pode ser explicada considerando, em primeiro lugar, as circunstâncias necessárias para que uma CPI seja instalada, ao número relativamente menor de proposições dessa natureza e ao baixo capital político das mulheres que influencia a importância e a relevância dada a suas propostas interferindo, assim, em sua atuação política. É possível que, em função dessas especificidades, as deputadas concentrem seus esforços na apresentação de outras matérias legislativas.

Gráfico 14. Distribuição das proposições apresentadas por tipo



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Para efeitos de comparação, ressaltamos ainda, usando dados relativos ao ano de 2005, as incidências de tipos de proposição legislativa. Diferentemente das iniciativas femininas,

⁸³ Dados extraídos dos Relatórios da Presidência do Senado Federal dos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006 disponíveis no site www.senado.gov.br.

posições indicam que as matérias mais apresentadas são, P, PRC, PDC, PFC, o que nos leva a chamar a atenção

para a prevalência de RICs e REQs nas iniciativas legislativas das mulheres, em detrimento dos PLs.

Mesmo que nos dados gerais, os RICs figurem em segundo lugar, a variação entre a apresentação destes e dos PLs é baixa, enquanto os PLs contam com 1548 apresentações, os RICs contam com 1042. Os dados de apresentação legislativa das deputadas demonstram uma concentração significativa das iniciativas em matérias do tipo REQ e RIC em detrimento do percentual de apresentação dos PLs. Esses resultados nos levam a supor que as iniciativas legislativas femininas estão concentradas em tipos de proposições com menor capital político.

➤ *Situação das proposições apresentadas*

A fim de obter informações sobre a tramitação das proposições apresentadas por mulheres, a situação de cada proposição foi identificada, conforme se observa no Gráfico 15. As situações possíveis eram: em trâmite, aprovada, rejeitada, arquivada e outros. Devido a problemas na base de informação da Câmara dos Deputados, 14% das proposições não possuíam informações acerca de sua situação. Entre as demais proposições, 38,5% eram definidas como arquivadas. Das proposições apresentadas por mulheres no período, 25% estavam em trâmite; 18,5% foram aprovadas; 0,6% foram rejeitadas e 3% foram classificadas com outras situações. Nos casos em que as proposições haviam sido devolvidas às suas autoras; ou haviam sido retiradas de pauta pelas autoras ou as proposições haviam sido prejudicadas.⁸⁴

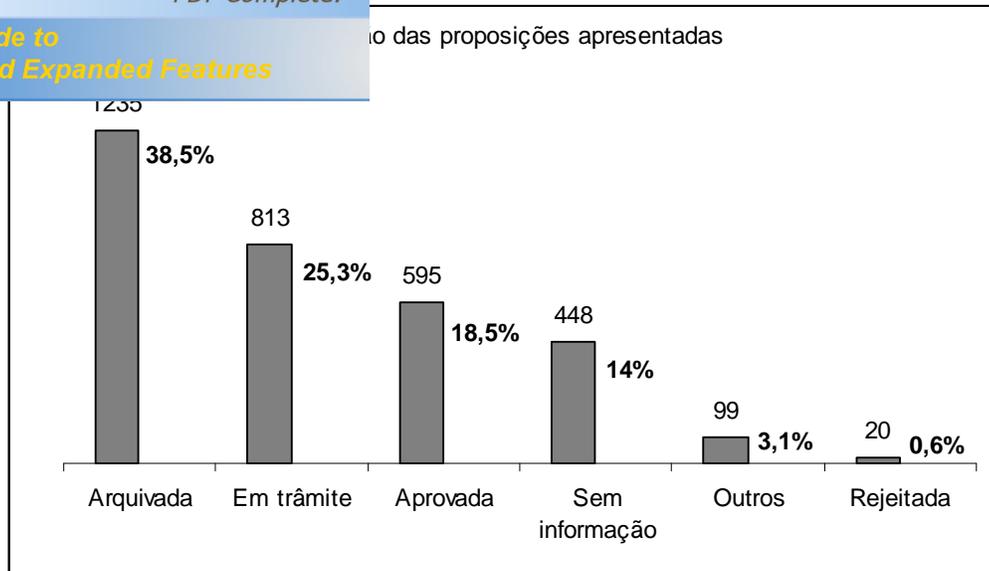
⁸⁴ Uma proposição é considerada prejudicada quando for rejeitada na votação, ou quando estiver em sentido contrário ao de outra já aprovada, ou de dispositivo já aprovado (RI-CD).

ura indicam que durante o período foram arquivadas, no
205 seguiram o fluxo de tramitação⁸⁵. Dessa forma, de
um total de 14.682 proposições apresentadas entre os anos de 2003-2006, 64,5% delas foram
arquivadas indicando que existe na produção legislativa de homens e mulheres um grande
número de arquivamentos das proposições apresentadas.

Entretanto, percebe-se também através desse número, o quanto a produção legislativa
das mulheres é menor, mesmo que, proporcionalmente, as mulheres correspondam a apenas
9% da Câmara dos Deputados. De 14.682 proposições que foram apresentadas no período
apenas 3.210 foram de autoria das deputadas analisadas, ou seja, considerando esses dados,
21% da produção legislativa é de autoria feminina na Câmara dos Deputados. Esses dados
mostram a insuficiência de proposições apresentadas por mulheres, mesmo considerando que
as mulheres são apenas 9% dos membros da Câmara dos Deputados e apresentam 21% das
matérias legislativas, em termos numéricos, as possibilidades de inclusão de demandas e
questões ligadas às mulheres são inexpressivas frente à produção masculina. Nesse sentido,
mesmo que, proporcionalmente, as mulheres tenham uma produção expressiva, quando
comparada ao universo de produção legislativa dos homens, as proposições de autoria
femininas diminuem seu potencial reestruturador ou modificador pela ausência de um maior
número de mulheres propondo políticas.

Gráfico 15. Distribuição das proposições apresentadas por situação legislativa

⁸⁵ Informações extraídas do site da Câmara dos Deputados: www.camara.gov.br.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

➤ *Temas das proposições*

Se agruparmos os temas listados na Tabela 28 nos quatro grandes grupos temáticos classificados segundo a divisão: temas sociais, temas políticos-legais, temas econômicos e outros temas, obtemos a seguinte tabela sobre a distribuição temática das iniciativas legislativas das deputadas federais:

Tabela 27. Distribuição das proposições legislativas por eixo temático

| Eixos temáticos | N.A. | (%) |
|-----------------|------|------|
| Político-legal | 1221 | 38 |
| Social | 1012 | 31,5 |
| Outros | 492 | 15,3 |
| Economia | 487 | 15,2 |
| TOTAL | 3210 | 100 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Com base na Tabela 27, observamos uma maior distribuição temática das proposições apresentadas pelas deputadas em relação à prevalência de temas ligados à área social encontrada na atuação em comissões (50% do total). Nas proposições, diferentemente das

ca se dá na área político-legal com 38%, seguida da área temas temáticos prevalecem os mesmos nas atuações em comissões e proposições, entretanto, observa-se uma maior liberdade de iniciativa temática sobre as proposições que independe da escolha partidária. Em terceiro lugar, aparecem as proposições ligadas a Outros temas, com 15,3% das proposições. Por último, repete-se a prevalência de assuntos relacionados à área econômica, onde também figuram questões de infra-estrutura, com 15,1% do total de proposições apresentadas.

Observando a Tabela 28, com os temas desagregados, a maior incidência temática das proposições se dá nos seguintes temas: questões internas ao CN; administração pública; homenagens e infra-estrutura. E as menores incidências (abaixo de 1%) se dão sobre os temas: questões sociais; reforma política e legislação eleitoral; cultura; habitação; outros e política habitacional. Dessa forma, confirma-se uma tendência de maior autonomia na escolha dos temas das iniciativas legislativas das parlamentares, inclusive com a presença de temas considerados mais masculinos como infra-estrutura. A presença, em terceiro lugar, do tema Homenagens e comemorações em geral, confirma, aliado aos dados sobre os tipos de proposições mais apresentados pelas mulheres, o baixo capital político que elas detêm observado através da grande produção legislativa versando sobre temas que não estão diretamente ligados à função legislativa⁸⁶.

Tabela 28. Distribuição das proposições legislativas por tema

| TEMAS | N.A. | % |
|------------------------------------------------------------------|------|--------|
| Questões internas ao Congresso | 422 | 13,10% |
| Administração pública, reforma do Estado e funcionalismo público | 241 | 7,50% |
| Homenagens e comemorações em geral | 242 | 7,50% |

⁸⁶ A falta de dados sobre a atuação legislativa masculina nos impede de afirmar se esse baixo capital político é também compartilhado por um número significativo de deputados ou se tem relação com questões de gênero que apontamos durante a pesquisa. O Anuário legislativo da Câmara dos Deputados não traz informações sobre a produção legislativa geral sobre questões ligadas ao tema Homenagens e comemorações em geral.

| | | |
|---------------------------------------------------------------|------|-------|
| | 234 | 7,30% |
| Profissional | 187 | 5,80% |
| Educação | 177 | 5,50% |
| Saúde pública e saneamento | 162 | 5,00% |
| Violência e segurança pública | 150 | 4,70% |
| Família, infância, adolescência, idosos | 146 | 4,50% |
| Meio-ambiente | 135 | 4,20% |
| Corrupção | 129 | 4,00% |
| Relações exteriores | 118 | 3,70% |
| Política econômica e tributária, economia em geral e finanças | 110 | 3,40% |
| Questões de gênero | 110 | 3,40% |
| Propriedade intelectual | 87 | 2,70% |
| Direitos Humanos | 77 | 2,40% |
| Ciência e tecnologia | 60 | 1,90% |
| Previdência social | 57 | 1,80% |
| Política agrícola | 45 | 1,40% |
| Questões étnico-raciais | 45 | 1,40% |
| Defesa | 39 | 1,20% |
| Direitos do consumidor | 40 | 1,20% |
| Jurisdição | 40 | 1,20% |
| Reforma agrária | 36 | 1,10% |
| Questões sociais | 30 | 0,90% |
| Reforma política e legislação eleitoral | 25 | 0,80% |
| Cultura | 27 | 0,80% |
| Habitação | 15 | 0,50% |
| Outros | 15 | 0,50% |
| Política industrial | 11 | 0,30% |
| TOTAL | 3210 | 100% |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Podemos, com base em dados do Anuário Estatístico do Processo Legislativo (2005), indicar que existem diferenças entre as temáticas abordadas pelas proposições de autoria de homens e mulheres na Câmara dos Deputados e os dados referentes apenas às mulheres. As temáticas mais abordadas por homens e mulheres são:

- 2°. Economia e finanças e administração pública, empatados;
- 3°. Indústria e comércio;
- 4°. Trabalho e emprego

MULHERES

- 1°. Administração pública;
- 2°. Saúde;
- 3°. Trabalho e emprego;
- 4°. Organização política do Estado

Nesse sentido, fica explícita a divergência, quando desconsideramos os temas referentes ao eixo político-legal e a preocupação com temas referentes a Trabalho e emprego, entre as incidências temáticas de proposições de autoria feminina, mais voltadas para questões de cuidado, e de autoria masculina, voltadas para economia, finanças, indústria e comércio.

O mesmo fenômeno é observado por Barbacena (2006) em relação às proposições apresentadas pelas senadoras: mais da metade das proposições versam sobre Fiscalização e regulação do Estado (27%), geração de símbolos⁸⁷ (23%) e economia (8%). As proposições classificadas como sociais ocupam apenas as próximas posições com temáticas voltadas para saúde, educação e outros assuntos sociais. Em Pinheiro (2007) também encontramos resultados que apontam uma concentração das proposições em assuntos sociais.

➤ *Temas X partidos políticos*

A distribuição dos eixos temáticos pelos cinco partidos com as maiores bancadas na Câmara no período nos dá um retrato de quais os temas de concentração dos partidos e se existem diferenças temáticas nas proposições apresentadas por cada um desses partidos.

⁸⁷ Corresponde ao nosso tema definido como *Homenagens e comemorações em geral*.

DB é o partido com maior proporção de matérias e o PT
posições de autoria feminina nesse eixo;

- No eixo Economia: o partido com mais proposições é o PCdoB e o partido com menos proposições, o PSDB.

- No eixo social: O PT prevalece sobre os demais em proporção de matérias nesse eixo e o PSDB é o partido com menos matérias de autoria feminina;

- No eixo Outros: O PMDB tem a maior proporção de matérias classificadas nesse eixo e, novamente, o PSDB tem a menor presença.

Tabela 29. Distribuição partidária das proposições apresentadas por eixo temático

| PARTIDO | Eixos | | Economia | | Social | | Outros | | TOTAL |
|---------|-------|-----|----------|-----|--------|-----|--------|-----|-------|
| | N.A. | (%) | N.A. | (%) | N.A. | (%) | N.A. | (%) | |
| PCdoB | 401 | 36 | 245 | 22 | 308 | 27 | 159 | 14 | 1113 |
| PT | 317 | 33 | 119 | 12 | 377 | 40 | 138 | 14 | 951 |
| PFL | 140 | 39 | 43 | 12 | 113 | 32 | 58 | 16 | 354 |
| PMDB | 106 | 37 | 35 | 12 | 82 | 29 | 62 | 22 | 285 |
| PSDB | 126 | 61 | 11 | 5 | 46 | 22 | 22 | 11 | 205 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Considerando os dados descritos acima, é possível apontar algumas conclusões. Em primeiro lugar, existe, entre as deputadas do PSDB, uma concentração, proporcionalmente, muito superior no eixo Político-legal (61%) do que o observado nos demais eixos que correspondem a 22%, 11% e 5%.

As deputadas do PT se ocupam mais de temáticas relacionadas ao eixo social (40%) e menos de temáticas ligadas ao eixo Político-legal (33%) do que os demais partidos. E as deputadas do PCdoB possuem uma maior atuação ligada ao eixo Economia, tradicionalmente associado ao mundo masculino da política. Isso pode dever-se à atuação diferenciada das

...e, historicamente, possui um debate sobre inclusão de questionamentos em torno da questão dos estereótipos de gênero.

O PFL e o PMDB mantêm uma distribuição mais equilibrada entre os diferentes eixos. Entretanto é possível observar uma prevalência de proposições ligadas ao eixo Político-legal em relação aos demais eixos.

Observando a Tabela 30, os temas isolados nos quais os partidos mais possuem matérias são: PCdoB ó infra-estrutura; PFL ó questões internas do Congresso; PT ó Questões internas do Congresso; PSDB ó administração pública e reforma política; PMDB ó Questões internas ao Congresso.

Tabela 30. Distribuição partidária das proposições apresentadas por tema

| Temas/Partido | PCdoB | PFL | PMDB | PSDB | PT | TOTAL |
|------------------------------------------------------------------|-------|-----|------|------|-----|-------|
| Questões internas ao Congresso | 105 | 46 | 64 | 38 | 116 | 422 |
| Homenagens e comemorações em geral | 70 | 35 | 15 | 11 | 90 | 242 |
| Administração pública, reforma do Estado e funcionalismo público | 65 | 14 | 18 | 65 | 57 | 241 |
| Infra-estrutura | 106 | 13 | 16 | 5 | 77 | 234 |
| Emprego, trabalho e formação profissional | 43 | 21 | 12 | 4 | 88 | 187 |
| Educação | 50 | 16 | 6 | 29 | 65 | 177 |
| Saúde pública e saneamento | 74 | 17 | 17 | 3 | 39 | 162 |
| Violência e segurança pública | 36 | 31 | 14 | 7 | 47 | 150 |
| Família, infância, adolescência, idosos | 24 | 20 | 23 | 5 | 56 | 146 |
| Meio-ambiente | 54 | 5 | 32 | 8 | 24 | 135 |
| Corrupção | 87 | 15 | 4 | 1 | 10 | 129 |

| | | | | | | |
|------------------------------------------|-------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| | 12 | 6 | 0 | 7 | 45 | 118 |
| tributaria, economia em geral e finanças | 39 | 15 | 14 | 6 | 27 | 110 |
| Questões de gênero | 36 | 16 | 13 | 3 | 33 | 110 |
| Propriedade intelectual | 76 | 2 | 2 | 0 | 3 | 87 |
| Direitos Humanos | 17 | 4 | 3 | 0 | 49 | 77 |
| Ciência e tecnologia | 21 | 6 | 3 | 0 | 14 | 60 |
| Previdência social | 27 | 14 | 0 | 2 | 12 | 57 |
| Política agrícola | 15 | 13 | 3 | 0 | 12 | 45 |
| Questões étnico-raciais | 19 | 2 | 1 | 1 | 21 | 45 |
| Direitos do consumidor | 12 | 6 | 8 | 2 | 8 | 40 |
| Jurisdição | 9 | 4 | 3 | 0 | 14 | 40 |
| Defesa | 17 | 10 | 1 | 3 | 6 | 39 |
| Reforma agrária | 11 | 10 | 2 | 0 | 4 | 36 |
| Questões sociais | 18 | 2 | 2 | 0 | 6 | 30 |
| Cultura | 9 | 3 | 3 | 1 | 10 | 27 |
| Reforma política e legislação eleitoral | 3 | 0 | 2 | 3 | 10 | 25 |
| Habituação | 7 | 2 | 0 | 0 | 6 | 15 |
| Outros | 2 | 6 | 4 | 1 | 2 | 15 |
| Política industrial | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 |
| TOTAL | 1113 | 354 | 285 | 205 | 951 | 3212 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

➤ *Temas X tipos de proposições*

O cruzamento das informações acerca dos tipos de proposição e dos diferentes eixos temáticos, como mostra a Tabela 31, indica que, em termos percentuais, a maior parte dos Projetos de Lei Ordinária (PL) versa sobre temáticas do eixo social, assim como resultados encontrados em outros estudos⁸⁸.

⁸⁸ Barbacena (2006), em que 52,6% das proposições versam sobre *soft politics*.

uma prevalência de 70% de RECs, especialmente em proposições dessa natureza definidas como o tema homenagens e comemorações em geral. No eixo Economia, os maiores percentuais de matérias estão classificados como RICs e no eixo Político-legal observa-se também uma maior incidência de proposições do tipo PL.

Entretanto quando observamos os dados absolutos de apresentação de projetos em relação aos tipos de proposições legislativas observamos que:

- A maioria dos RECs e RICs versa sobre temas ligados ao eixo político-legal;
- A maioria dos PLs trata de temáticas sociais;
- A maioria das PECs versa sobre assuntos ligados ao eixo político-legal.

Essa tendência se repete em outras análises, como a de Barbacena (2006), em que os Requerimentos versam sobre geração de símbolos (46,5%) e sobre assuntos de *hard politics* (28%). As temáticas relacionadas a *soft politics* aparecem apenas em 3º lugar com 18,5% o que indica uma menor concentração de mulheres nas áreas consideradas mais femininas nos momentos de apresentação de proposições legislativas.

Tabela 31. Distribuição por eixo temático dos tipos de proposições apresentadas

| TIPO | PL | | PLP | | PEC | | PDC | | REQ | | RIC | | PFC | | RCP | | TOTAL |
|----------|-----|----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|----|-----|----|-----|-----|-----|-----|-------|
| | N.A | % | N.A | % | N.A | % | N.A | % | N.A | % | N.A | % | N.A | % | N.A | % | |
| Política | 115 | 9 | 9 | 0,7 | 21 | 1,7 | 5 | 0,4 | 805 | 66 | 260 | 21 | 4 | 0,3 | 2 | 0,2 | 1221 |
| Economia | 64 | 13 | 10 | 2,0 | 8 | 1,6 | 2 | 0,4 | 241 | 49 | 160 | 33 | 2 | 0,4 | 0 | 0 | 487 |
| Social | 325 | 32 | 3 | 0,3 | 13 | 1,3 | 2 | 0,2 | 479 | 47 | 187 | 18 | 0 | 0 | 3 | 0,3 | 1012 |
| Outros | 86 | 17 | 1 | 0,2 | 5 | 1,0 | 1 | 0,2 | 345 | 70 | 53 | 11 | 1 | 0,2 | 0 | 0 | 492 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

por tema dos tipos de proposições apresentadas

| | PL | PLP | PEC | PDC | REQ | RIC | PFC | RCP | TOTAL |
|------------------------------------------------------------------|----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| Questões internas ao Congresso | 0 | 0 | 2 | 0 | 413 | 7 | 0 | 0 | 422 |
| Homenagens e comemorações em geral | 39 | 0 | 0 | 0 | 202 | 1 | 0 | 0 | 242 |
| Administração pública, reforma do Estado e funcionalismo público | 20 | 6 | 8 | 2 | 84 | 121 | 0 | 0 | 241 |
| Infra-estrutura | 21 | 0 | 2 | 2 | 114 | 94 | 1 | 0 | 234 |
| Emprego, trabalho e formação profissional | 95 | 0 | 2 | 0 | 72 | 18 | 0 | 0 | 187 |
| Educação | 62 | 1 | 3 | 0 | 81 | 30 | 0 | 0 | 177 |
| Saúde pública e saneamento | 39 | 1 | 1 | 0 | 55 | 65 | 0 | 1 | 162 |
| Violência e segurança pública | 47 | 0 | 1 | 1 | 75 | 24 | 0 | 2 | 150 |
| Família, infância, adolescência, idosos | 55 | 0 | 3 | 0 | 71 | 15 | 0 | 2 | 146 |
| Meio-ambiente | 18 | 0 | 3 | 1 | 79 | 34 | 0 | 0 | 135 |
| Corrupção | 2 | 3 | 0 | 0 | 70 | 51 | 3 | 0 | 129 |
| Relações exteriores | 2 | 0 | 0 | 0 | 88 | 28 | 0 | 0 | 118 |
| Política econômica e tributária, economia em geral e finanças | 29 | 10 | 6 | 0 | 34 | 31 | 0 | 0 | 110 |
| Questões de gênero | 26 | 0 | 2 | 0 | 75 | 7 | 0 | 0 | 110 |
| Propriedade intelectual | 3 | 0 | 0 | 0 | 68 | 16 | 0 | 0 | 87 |
| Direitos Humanos | 12 | 0 | 0 | 0 | 59 | 6 | 0 | 0 | 77 |
| Ciência e tecnologia | 2 | 0 | 2 | 0 | 45 | 11 | 0 | 0 | 60 |
| Previdência social | 14 | 0 | 3 | 0 | 20 | 19 | 1 | 0 | 57 |
| Política agrícola | 9 | 0 | 0 | 0 | 19 | 16 | 1 | 0 | 45 |
| Questões étnico-raciais | 4 | 0 | 2 | 0 | 31 | 8 | 0 | 0 | 45 |
| Direitos do consumidor | 25 | 1 | 0 | 0 | 11 | 2 | 1 | 0 | 40 |
| Jurisdição | 15 | 0 | 4 | 1 | 18 | 2 | 0 | 0 | 40 |
| Defesa | 5 | 0 | 2 | 1 | 23 | 8 | 0 | 0 | 39 |
| Reforma agrária | 7 | 0 | 0 | 2 | 17 | 10 | 0 | 0 | 36 |
| Questões sociais | 8 | 1 | 0 | 0 | 4 | 17 | 0 | 0 | 30 |
| Cultura | 9 | 0 | 0 | 0 | 13 | 5 | 0 | 0 | 27 |

| | | | | | | | | | |
|---------------------|------------|-----------|-----------|-----------|-------------|------------|----------|----------|-------------|
| | 0 | 1 | 0 | 14 | 0 | 0 | 0 | 25 | |
| Habilitação | 8 | 0 | 0 | 1 | 6 | 0 | 0 | 15 | |
| Outros | 2 | 0 | 0 | 8 | 5 | 0 | 0 | 15 | |
| Política industrial | 2 | 0 | 0 | 6 | 3 | 0 | 0 | 11 | |
| TOTAL | 590 | 23 | 47 | 10 | 1870 | 660 | 7 | 5 | 3212 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

➤ *Temas X situação das proposições*

As maiores incidências de aprovação das proposições se dão nas matérias que versam sobre: questões internas do CN (71); questões de gênero (45) e direitos humanos (41). Em função de ser o tema mais recorrente nas proposições apresentadas pelas deputadas da 52ª legislatura, o tema questões internas ao Congresso também apresenta os maiores índices de rejeição e classificadas como outros e sem informação.

O número de arquivamentos é maior nas matérias relativas às questões internas ao CN; infra-estrutura, homenagens e comemorações em geral e administração pública, reforma do Estado e funcionalismo. O tema emprego, trabalho e formação profissional é aquele com maior quantidade de proposições em trâmite.

Tabela 33. Distribuição das situações das proposições por tema

| TEMAS | Situação | Sem informação | Em trâmite | Aprovada | Rejeitada | Arquivada | Outros | TOTAL |
|------------------------------------------------------------------|----------|----------------|------------|----------|-----------|-----------|--------|-------|
| Questões internas ao Congresso | | 78 | 66 | 71 | 8 | 193 | 6 | 422 |
| Homenagens e comemorações em geral | | 71 | 55 | 15 | 1 | 98 | 2 | 242 |
| Administração pública, reforma do Estado e funcionalismo público | | 51 | 51 | 36 | 0 | 97 | 6 | 241 |
| Infra-estrutura | | 36 | 42 | 36 | 1 | 114 | 5 | 234 |
| Emprego, trabalho e formação profissional | | 15 | 88 | 36 | 2 | 34 | 12 | 187 |

| | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------|------------|------------|------------|-----------|-------------|-----------|-------------|
| | | | 32 | 0 | 66 | 0 | 177 |
| Saúde pública e saneamento | 25 | 45 | 36 | 1 | 51 | 4 | 162 |
| Violência e segurança pública | 9 | 48 | 32 | 1 | 52 | 7 | 149 |
| Família, infância, adolescência, idosos | 9 | 56 | 19 | 1 | 57 | 4 | 146 |
| Meio-ambiente | 16 | 31 | 32 | 0 | 53 | 3 | 135 |
| Corrupção | 25 | 20 | 21 | 1 | 56 | 6 | 129 |
| Relações exteriores | 19 | 6 | 7 | 1 | 81 | 4 | 118 |
| Questões de gênero | 9 | 29 | 45 | 0 | 23 | 5 | 111 |
| Política econômica e tributária, economia em geral e finanças | 7 | 49 | 18 | 2 | 32 | 2 | 110 |
| Propriedade intelectual | 8 | 5 | 6 | 0 | 59 | 9 | 87 |
| Direitos Humanos | 5 | 12 | 41 | 1 | 15 | 3 | 77 |
| Ciência e tecnologia | 4 | 11 | 23 | 0 | 22 | 0 | 60 |
| Previdência social | 6 | 15 | 23 | 0 | 9 | 4 | 57 |
| Política agrícola | 3 | 13 | 9 | 0 | 17 | 3 | 45 |
| Questões étnico-raciais | 1 | 8 | 11 | 0 | 25 | 0 | 45 |
| Direitos do consumidor | 0 | 28 | 6 | 0 | 5 | 1 | 40 |
| Jurisdição | 2 | 20 | 10 | 0 | 6 | 2 | 40 |
| Defesa | 1 | 7 | 8 | 0 | 21 | 2 | 39 |
| Reforma agrária | 4 | 9 | 6 | 0 | 11 | 6 | 36 |
| Questões sociais | 13 | 6 | 2 | 0 | 8 | 1 | 30 |
| Cultura | 2 | 9 | 2 | 0 | 14 | 0 | 27 |
| Reforma política e legislação eleitoral | 4 | 10 | 5 | 0 | 5 | 1 | 25 |
| Habitação | 1 | 9 | 0 | 0 | 4 | 1 | 15 |
| Outros | 2 | 2 | 7 | 0 | 4 | 0 | 15 |
| Política industrial | 3 | 4 | 0 | 0 | 4 | 0 | 11 |
| TOTAL | 448 | 814 | 595 | 20 | 1236 | 99 | 3212 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

nas situações das proposições em relação aos eixos, observamos que o eixo Político-legal, além de ter o maior número de proposições apresentadas pelas deputadas, é o eixo com maior número de arquivamentos. Dessa forma, as deputadas apresentam 1221 proposições desse eixo e, aproximadamente, 42,5% delas são arquivadas. O eixo Político-legal é também aquele que conta com o maior número de proposições rejeitadas em relação aos demais eixos.

Entretanto, quando são observadas as quantidades de proposições nas situações em trâmite e não aprovada, o eixo social aparece como o primeiro em relação aos demais. O que nos leva a crer que, apesar de apresentarem mais projetos ligados à temática político-legal, as maiores probabilidades de que haja deliberação e aprovação das matérias apresentadas pelas deputadas se dão quando os temas estão ligados ao eixo social.

Tabela 34. Distribuição das situações das proposições por eixo temático

| Situação EIXOS | Sem informação | | Em trâmite | | Aprovada | | Rejeitada | | Arquivada | | Outros | | TOTAL (100%) |
|-------------------|----------------|----|------------|----|------------|----|-----------|----------|-----------|-----------|--------|---|-----------------|
| | NA | % | NA | % | NA | % | NA | % | NA | % | NA | % | |
| Político-legal | 195 | 16 | 244 | 20 | 213 | 17 | 11 | 1 | 520 | 43 | 38 | 3 | 1221 |
| Economia | 57 | 12 | 113 | 23 | 69 | 14 | 3 | 1 | 226 | 46 | 19 | 4 | 487 |
| Social | 103 | 10 | 330 | 33 | 230 | 23 | 5 | 0 | 308 | 30 | 36 | 4 | 1012 |
| Outros | 93 | 19 | 127 | 26 | 83 | 17 | 1 | 0 | 182 | 37 | 6 | 1 | 492 |
| TOTAL | 448 | 14 | 814 | 25 | 595 | 19 | 20 | 1 | 1236 | 38 | 99 | 3 | 3212 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

5.2. Temas, partidos políticos e acumulação de capital político: apontamentos conclusivos.

Retomando nossas hipóteses e a partir dos dados apresentados buscamos entender, partindo da indicação de que existem desigualdades de gênero que são arbitrariamente estabelecidas através de processos históricos e do entendimento de que essas relações de poder afetam a representatividade política e a inserção política das mulheres, quais são as



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.
[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

de mulheres. Como podemos entender os processos que mulheres no campo político e que, uma vez eleitas,

restringem suas possibilidades de atuação? Como se dá a atuação política das parlamentares em relação aos dados que temos sobre seus pares do sexo masculino nas instâncias representativas? Existem diferenças entre a atuação das parlamentares pertencentes a diferentes partidos políticos? Como descrever essas diferenças?

5.2.1. Círculo de contenções

Analisando os dados descritos nas páginas anteriores e considerando nossas questões de pesquisa é possível apontar tendências e indicações da existência de um *círculo de contenções* que limita e estrutura a entrada e o trânsito das mulheres na Câmara dos Deputados.

As marcas de distinção das trajetórias e os perfis hegemônicos das mulheres, em nosso caso, possuem menor capital simbólico, no sentido de Bourdieu (1989), em relação aos seus pares masculinos, como resultado da desvalorização na política de características atribuídas às mulheres. Os elementos mais valorizados na composição do capital simbólico possuem sentidos e significados mais androcêntricos: idéia da política como luta, temas mais relevantes de atuação ligados às áreas econômicas e político-legais, valorização da racionalidade e força em detrimento da sensibilidade e emotividade ditas "femininas". Dessa forma, as habilidades mais valorizadas e consideradas mais "adequadas" em um determinado campo atribuem ao sujeito que as possui um maior capital simbólico e estão relacionadas ao que é considerado "melhor" na prática política.

A. Perfil das deputadas federais

de analisarmos a clivagem de gênero predominante no possível apontar um processo de homogeneidade expressivo no que se refere aos aspectos sócio-econômicos do perfil das parlamentares. É explícita a preponderância de altos níveis educacionais, concentração de deputadas em regiões mais desenvolvidas, além de formações acadêmicas e profissionais semelhantes e ligadas a áreas consideradas mais "femininas" um fenômeno relacionado à "construção social das vocações" nos termos de Bourdieu (2001), em que processos de socialização orientados para estereótipos de gênero afetam de forma significativa o leque de preferências entendidas como possíveis pelos sujeitos sociais. Nesse sentido, a família, a escola, as religiões, entre outras instituições exercem um papel fundamental na construção dessas orientações ou dessas "vocações" que se refletem, no caso das deputadas federais, numa quase totalidade de mulheres voltadas para áreas do conhecimento e profissionais que se relacionem com características menos técnicas e, portanto, menos valorizadas no campo acadêmico e no mundo do trabalho.

Considerando essa homogeneidade da bancada feminina, é possível supor que perfis variantes e divergentes terão suas possibilidades de eleição significativamente diminuídas em dois níveis⁸⁹. No primeiro, considerando tanto homens quanto mulheres, trajetórias diferenciadas constituídas por elementos pouco valorizados na acumulação de capital político, como diferenças educacionais e sociais ligadas a estereótipos de classe, gênero ou raça, por exemplo, terão menos possibilidades ou, pelo menos, mais dificuldades na entrada e ação dentro do campo político.

Em um segundo nível, mulheres que não corresponderem aos "padrões" construídos para a figura da "mulher política" também terão dificuldades em adentrar a esfera da política legislativa, como foi considerado em nossa pesquisa. Existe um filtro duplo nesse sentido, o

⁸⁹ O que nos representa uma peculiaridade da representação feminina, como já foi dito, mas da representação parlamentar como um todo.

eres, de forma geral, considerando a competição com os
entrada de mulheres que não se encaixem no perfil
majoritário das candidatas elegíveis. Nesse sentido, é possível apontar alguns filtros de
seleção entre as deputadas mais aptas a se elegerem:

- Deputadas de partidos orientados mais à esquerda do espectro ideológico⁹⁰;
- Deputadas de regiões com índices sociais e econômicos mais elevados e posicionadas de forma mais central na política brasileira como Sul e Sudeste;
- Deputadas com nível educacional e grau de instrução mais elevados;
- Predomínio de profissões e formações acadêmicas tradicionalmente caracterizadas como «femininas» ou mais adequadas às «especificidades femininas»

B. Trajetórias políticas e meios de acumulação de capital político

É possível perceber através das trajetórias políticas predominantes das deputadas federais analisadas a existência de uma série de limites e convergências entre as experiências políticas das parlamentares que está associada à nossa hipótese de que, em função da existência de *círculos de contenções* que restringem o acesso das mulheres a determinados meios de acumulação do capital político, as possibilidades de ação/eleição das mulheres são mais restritas que dos homens:

- Número significativamente baixo de deputadas que ocuparam outros cargos eletivos ou não, nos poderes executivos e legislativos. A maioria das deputadas ocupou apenas cargos de deputada federal, em especial parlamentares pertencentes a partidos mais à direita e centro do espectro ideológico;

⁹⁰ Em função de um suposto apoio maior a suas candidaturas, embora esse critério venha se enfraquecendo devido ao efeito-contágio.

- le capital político entre as deputadas situadas mais à
- timamente relacionadas a atividades políticas anteriores
- no âmbito da sociedade civil, enquanto nos demais partidos o capital político é oriundo de capital familiar ou de ocupação de cargos na administração pública;
- O recrutamento político dos partidos orientados à esquerda é mais endógeno do que nos partidos à direita em que a fidelidade partidária é menor devido à migração entre outros partidos de direita e de centro;
 - Participação em atividades partidárias não implica, necessariamente, em maior acúmulo de capital político, tendo em vista os altos índices de participação de deputadas em atividades partidárias, especialmente entre os partidos de esquerda;
 - A taxa de renovação das deputadas é alta, o que implica em, por um lado, uma ampliação da diversidade da representação (maiores possibilidades de que outras mulheres sejam eleitas), e por outro lado, um menor acúmulo de capital político, tendo em vista a valorização no campo político da experiência como elemento definidor de competência política.

5.2.2. Inclusão orientada

Partindo de pressupostos presentes no projeto *Determinantes de gênero, visibilidade midiática e carreira política no Brasil* pudemos observar as especificidades temáticas da atuação feminina na Câmara dos Deputados. Nossa hipótese de que a atuação das representantes do sexo feminino se dá sob as formas de uma *inclusão orientada* não pode ser prontamente respondida em função da ausência de dados de comparação sobre a atuação legislativa dos parlamentares do sexo masculino. Entretanto, com base em alguns resultados e em dados gerais sobre a atuação de deputadas e deputados da Câmara Federal tornou-se possível apontar algumas indicações e/ou tendências na atuação das deputadas federais,



PDF Complete
Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

concentração da atuação das deputadas em áreas sociais

Temas das comissões

Conforme esperado, os temas preponderantes nas comissões legislativas das quais participaram as deputadas federais referiam-se ao Eixo Social e as menores incidências se deram nos temas relativos ao Eixo Economia que possuem um maior capital político nas deliberações em relação aos temas incluídos na pauta social, como direitos humanos, infância, adolescência, gênero, idosos, entre outros, com menor repercussão e peso político.

Analisando os dados percebemos que a distribuição temática das comissões não sofreu efeitos significativos quando considerados os partidos políticos, o que indica um padrão de distribuição das deputadas independente do perfil ideológico do partido ao qual a parlamentar pertence. Nesse sentido, quando tecemos conclusões acerca dos padrões e critérios utilizados na distribuição dos trabalhos das comissões prevalece a indicação de que clivagens de gênero estão mais associadas aos temas das comissões do que à orientação ideológica das deputadas, embora, seja possível perceber, como apontamos na análise, alguns deslocamentos quando considerados partidos específicos.

Além da participação mais expressiva de deputadas em comissões com temáticas sociais, quando as presidências exercidas pelas parlamentares são observadas, novamente as comissões com pautas sociais prevalecem, o que demonstra um maior capital político das deputadas ao assumirem um número maior de postos politicamente mais relevantes em comissões relacionadas a temas definidos como mais adequados às habilidades e especificidades ditas "femininas"



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Foi observada uma maior autonomia de escolha nas iniciativas legislativas das deputadas federais, que apresentaram, diferentemente do esperado, proposições mais relacionadas aos temas do Eixo Político-Legal em detrimento do Eixo Social. Entretanto, grande parte dos tipos de proposições apresentadas pelas deputadas pôde ser classificada como matérias legislativas com menor relevância política nas deliberações da Câmara como os RICs e REQs.

Apesar da prevalência de assuntos menos ligados ao eixo social no total das proposições, os PLs, instrumentos legislativos com capital político superior aos REQs e RICs e mais utilizados na proposição de normas ordinárias acerca de assuntos variados, quando apresentados pelas deputadas, estão relacionados, preponderantemente, a questões sociais. Corroborando essa tendência, observa-se um aumento dos índices de aprovação das proposições ligadas ao Eixo Social em relação às demais proposições que versam sobre temáticas diferentes, especialmente temas ligados ao eixo econômico. Portanto, apesar da maior incidência de temáticas mais amplas e diversificadas nas proposições apresentadas pelas deputadas, as chances de aprovação de suas matérias são maiores em temas em que sua competência política é mais reconhecida, como nas políticas de cunho social.

De forma complementar, a análise feita por Feitosa (2007) acerca dos discursos proferidos pelas deputadas na 51ª e 52ª legislatura demonstram também um grau de autonomia maior que a presença em comissões, sendo que os assuntos mais versados estão concentrados no campo da *hard politics* devido, principalmente, à relevância política atribuída a estes temas nos debates em plenário da Câmara e ao fato de gerarem uma maior visibilidade aos parlamentares. Um outro dado interessante observa que quanto mais tempo de Legislativo menos as parlamentares falam e mais se concentram em temas de política *hard*. Nesse sentido, as falas frequentes e sobre assuntos mais ligados a temas sociais, têm menos projeção



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

tares iniciantes com menor capital político. O que indica à política *hard* e maior acúmulo de capital político no

Legislativo.

5.2.3. Relações entre o *círculo de contenções* e inclusão orientada

Os partidos são entendidos nesta pesquisa como elementos que compõem o *círculo de contenções* que limita e orienta a ação feminina nos espaços legislativos e partidários. Dessa forma, os partidos desempenham funções importantes na seleção, inclusão e exclusão de estruturas de configuração das possibilidades dentro do campo político de mulheres e homens. Observando, especificamente, a Câmara dos deputados e a atuação das deputadas em comissões legislativas e iniciativas parlamentares, os partidos desempenham um papel importante nos seguintes momentos da organização dos trabalhos legislativos:

- Indicação para posições no interior dos partidos e atividades partidárias na Executiva Nacional, nos diretórios estaduais ou municipais e outras instâncias da organização partidária como secretarias;
- Recrutamento político de possíveis candidatas e apoio em fases anteriores à eleição a cargos no Executivo e no Legislativo;
- Escolha e indicação, em diferentes graus, de parlamentares para comporem as comissões legislativas temáticas;
- Escolha e indicação de parlamentares que vão compor os cargos das presidências das comissões legislativas (Presidente, 1º, 2º ou 3º vice);
- Indicação das lideranças partidárias, do bloco, maioria, minoria e bancada no interior da Câmara dos Deputados.



PDF Complete
Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ha feita pelos partidos políticos, a atuação política das as. No caso das deputadas federais, foi possível perceber que, em momentos com maior grau de liberdade de escolha das deputadas, os estereótipos de gênero e as orientações de atuação ficaram menos marcadas, embora ainda existissem. Entretanto, naqueles contextos em que a decisão final passa pelo crivo partidário os níveis de envolvimento de cada partido com as questões de igualdade de gênero geraram alguns resultados diferenciados segundo suas orientações ideológicas.

Em partidos situados mais à esquerda, observamos um número maior de deputadas eleitas para diferentes cargos dos poderes Executivo e Legislativo, assim como mais deputadas com carreiras políticas mais diversificadas passando por cargos de vereança e como deputadas estaduais antes de chegarem à Câmara dos Deputados. Nesses partidos também foi observado um número maior de mulheres indicadas como lideranças partidárias na Câmara dos Deputados e uma participação mais expressiva em atividades políticas anteriores à eleição em sindicatos, entidades de classe e movimentos sociais.

As deputadas pertencentes aos partidos de esquerda, também figuram entre as demais com as maiores participações em comissões, proporcionais aos tamanhos de suas bancadas, e apresentam, quantitativamente, mais proposições legislativas. Finalmente, em partidos orientados mais à esquerda, a distribuição temática das proposições está mais voltada para os Eixos Social e Economia, neste último caso, indicando uma prevalência em menor grau de estereótipos de gênero e maior capital político atribuído a algumas das deputadas pertencentes a essas legendas.

eram os partidos localizados no centro e à direita⁹¹ do uma prevalência de deputadas eleitas apenas como deputadas federais, indicando trajetórias políticas menos diversificadas em termos de cargos ocupados em diferentes níveis legislativos (estadual e municipal). Grande parte do capital político das deputadas pertencentes a esses partidos é oriundo da conversão de capital familiar e/ou de ocupação de cargos em capital político, indicando uma menor participação em instâncias da sociedade civil. Finalmente, as parlamentares de centro e de direita apresentam taxas de migração partidária maiores e, conseqüentemente, menores índices de fidelidade partidária em relação às deputadas situadas mais à esquerda do espectro e sua distribuição temática nas proposições apresentadas estão mais voltadas para o eixo político-legal que para os demais eixos.

Por outro lado, foram encontrados resultados que indicavam semelhanças de atuação e padrões de organização dos trabalhos legislativos entre os diferentes partidos políticos, o que nos leva a indicar que essas variáveis não estão relacionadas diretamente, nem com aspectos de estereótipos de gênero nem com diferenças ideológicas que pautem a ação legislativa dessas parlamentares. Embasa essa tendência a distribuição das deputadas por tipo de comissão legislativa e entre as condições de titulares e suplentes que aparecem mais como padrões de organização legislativa do que como ações estruturadas sobre clivagens de gênero ou perfis ideológicos. Nesse mesmo sentido, as taxas de renovação das deputadas são similarmente altas para todos os partidos e os índices de arquivamento de proposições também apresentam padrões similares tanto entre partidos quanto entre homens e mulheres na Câmara dos Deputados.

⁹¹ Em função das similaridades dos resultados entre os partidos de direita e de centro, esses partidos serão considerados de forma conjunta, inclusive para evitar que os números relativos ao partido de centro sejam sempre inferiores devido a ser formado apenas pelo PMDB, enquanto os demais eixos possuem dois partidos.



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

As diversas instituições que organizam a vida social desempenham um papel político e social através de processos de diferenciação, distinção e significação das relações travadas entre os sujeitos e destes com as próprias estruturas institucionais. Nesse sentido, o gênero aparece como uma das possíveis distinções realizadas, operadas e perpetuadas pelas instituições sociais, assim como marcas de distinção ligadas a clivagens de raça e classe social, por exemplo. O estabelecimento e a atribuição de sentido a essas clivagens resultam de processos de hierarquização das diferenças percebidas e valorizadas ou reprimidas em determinado momento histórico.

A legitimação de formas de marginalização e exclusão consideradas «naturais» ou «normais» resultantes de estruturas de diferenciação baseadas em critérios arbitrariamente construídos, gera configurações desiguais de poder, o que implica dizer que sujeitos sociais portadores de marcas de distinção socialmente entendidas e percebidas como ilegítimas, piores, negativas ou inferiores estão submetidos aos sujeitos sociais portadores de marcas opostas a estas, configurando relações de dominação, sejam elas baseadas na coerção física ou na coerção simbólica.

Nesse sentido, mulheres, enquanto grupo social, estão sujeitas a processos complementares e simultâneos de exclusão. Consistem, por um lado, em exclusões que se dão no campo do simbólico no qual padrões binários de diferenciação entre os sujeitos definem as características ligadas ao feminino como características pouco valorizadas ou inferiorizadas pelo conjunto de valores que perpassa as relações sociais num dado momento histórico. E, por outro lado, em exclusões formais que limitam o acesso e trânsito das mulheres, em função da internalização por parte de mulheres e homens das regras binárias e hierarquizadas que



PDF Complete
Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

em função da existência de estruturas hegemônicas que
desafiam a distribuição do poder no seio das relações sociais.

Pensando os problemas como interligados e como elementos que se relacionam de forma dialética e complementar, é preciso pensar possíveis medidas de melhoria como processos simultâneos e conectados. A mudança estrutural dos elementos que regem as relações de gênero passa pela perspectiva de que se faz necessário um processo de ressignificação das relações *inter e intra* sexos, através da rejeição a distinções binárias e excludentes e através da desconstrução de estereótipos de gênero.

Processos de desconstrução passam pela rejeição a posições binárias que colocam os sujeitos como pertencentes a um lugar social em contraposição a um outro. É preciso considerar as posições múltiplas, plurais e contraditórias que os indivíduos ocupam e trazer essas diferenciações para o interior da esfera política, sejam elas ligadas a classe, gênero ou raça. Desconstruir, como indica Mariano (2005), significa questionar a homogeneidade e unidade atribuída ao indivíduo preconizado pelos ideais liberais de racionalidade, autonomia e universalidade e, conseqüentemente, questionar as relações de hierarquias e subordinações advindas desses critérios que acabam definindo como sujeito universal indivíduos burgueses, brancos e masculinos. Para ela, os sujeitos se constroem de maneira histórica, relacionados com as posições estruturais que ocupam e que são permeadas por significados e representações sociais marcadas por relações de poder.

Não é possível, dessa forma, pensar os sujeitos enquanto categorias unitárias e homogêneas, mas sim enquanto sujeitos que se constituem discursivamente em contextos sociais e históricos específicos, e por isso, a essas diferenciações dos indivíduos seria necessário combinar uma prática política que atendesse a critérios diferenciados e menos homogêneos do que os perfis e trajetórias observadas nas parlamentares consideradas em

que são observados filtros e critérios de seleção que
cesso a determinados meios de acumulação de capital
simbólico de alguns sujeitos sociais em detrimento de outros.

A luta política como luta pelo direito de ser reconhecido e, portanto, reconhecer e atribuir significado às relações, no sentido estabelecido por Bourdieu (2001), é um esforço nesse sentido. A presença de mais mulheres nas instâncias deliberativas, por exemplo, faz parte de uma dinâmica que permite *potencializar* certos questionamentos e reconfigurar as relações entre os sujeitos, além de *potencializar* a ação das mulheres como vozes dissonantes no interior de campos orientados por valores androcêntricos.

Os efeitos da hierarquização das marcas de distinção atribuídas às mulheres se dão em diferentes campos do espaço social. Em nosso caso, analisamos o campo político em que a desvalorização de competências e habilidades compreendidas como `femininas` gera resultados políticos significativos na representação de mulheres, seja pela ausência (ou pouca presença) de mulheres nas esferas deliberativas, seja pela atuação orientada e restrita encampada pelas parlamentares do sexo feminino depois de eleitas. Como indica a pesquisa aqui apresentada, essas restrições estão ligadas à concentração de mulheres em temáticas de cunho social em detrimento de áreas econômicas e de maior destaque público, quando se trata de comissões legislativas e proposições de maior relevância política. O problema como foi dito antes, não está na ênfase em questões de cunho social, mas nos limites que se apresentam ao trânsito das mulheres por outras áreas da política, sobretudo quando são essas as áreas que, hoje, possuem maior prestígio no campo político.

políticas e ações que visem a ampliação da participação política são importantes quando considerados a partir do entendimento da luta política como luta pela legitimidade para impor formas de entender e se inserir no mundo, além de potencializar ações reestruturantes e transformadoras da condição feminina no espaço público. Vale lembrar que a questão não é só a de permitir ou ampliar a entrada de mulheres em determinados espaços, mas a de suas possibilidades de permanência e de atuação relativamente livre de estereótipos e constrangimentos.

Nesse sentido, ressaltamos que, devido à crença de que existem filtros seletivos que caracterizam as instituições e suas estruturas, extraída da perspectiva de Offe, essas ações estão limitadas por regras condicionantes do campo que garantem que o alargamento da entrada de novos elementos não coloque em questão a própria forma de organização do campo e de distribuição do poder em seu interior, como discutido por Bourdieu (1989).

A entrada de mulheres no legislativo, dessa forma, está sujeita a limitações baseadas em referenciais masculinos de valorização de competências e em função de limites institucionais formais que neutralizam os possíveis efeitos da inclusão desses novos setores, como observado nos padrões de dinâmica congressual adotados pelos partidos políticos.

Dentro dos partidos políticos, a presença das mulheres é entendida, com base em nossa hipótese de que os partidos são elementos constitutivos de um *círculo de contenções*, a partir de um cenário composto por duas dimensões. A primeira considerando a organização partidária interna, suas regras de acesso e trânsito e, a segunda, considerando as relações estabelecidas entre os partidos no âmbito da competição eleitoral e da atuação legislativa depois das eleições. Os partidos como instituições seletivas adotam padrões legislativos que influenciam a atuação de mulheres, o que não implica afirmar que os partidos assumam uma posição contrária à presença ou à atuação de mulheres em suas fileiras, entretanto, devido à



PDF Complete
Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

As lógicas hegemônicas da competição eleitoral e da política, como detentores de maior capital simbólico no campo político, são privilegiados em detrimento das representantes do sexo feminino.

O sucesso de políticas inclusivas dependeria, dessa forma, do comprometimento efetivo dos partidos políticos, de mudanças institucionais nos sistemas eleitoral e partidário realizadas através da pressão de movimentos organizados em torno das demandas ligadas às mulheres e de ações que visem o alargamento do campo discursivo e simbólico regido por relações de poder que submetem através de naturalizações a condição feminina a referenciais sociais de rebaixamento e de ilegitimidade.

Não há dúvidas de que esforços no sentido de implementar políticas e ações voltadas para a inclusão de setores marginalizados nas esferas deliberativas são de extrema relevância, no entanto, garantir que essas políticas sejam mais do que esforço retórico implica questionar de que forma esses processos de *inclusão orientada* se dão, quais os limites de sua ação, quais as estruturas significantes que os constituem e qual o papel das estruturas formais e simbólicas nas relações de construção/desconstrução estabelecidas entre os sujeitos.



ARAÚJO, Clara. "Partidos Políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política". *Revista Sociologia e Política*, nº24, Curitiba, 2005.

_____. "Participação política e gênero: algumas tendências analíticas recentes". *BIB*, nº 52, São Paulo, 2001.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer: editora da Unesp, 2001

BARBACENA, Érika Mara. *A mulher no legislativo: uma análise das desigualdades de gênero no Senado Federal*. Monografia de final de curso apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília, fevereiro 2006.

BRASIL, Confederação Nacional do Comércio. *Como um projeto se torna lei?* Confederação Nacional do Comércio. 2. ed, Brasília: CNC, 2004.

BRASIL, Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Brasília. Centro de Documentação e Informação: Coordenação de Publicações, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2002.

_____. *Meditações pascalianas*. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2001.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil Editora, 1989.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

CARREIRÃO, Yan. "Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina". *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, 2006

CHACON, Vamireh. *História dos partidos políticos brasileiros*. Editora Universidade de

CORRÊA, Mariza. O sexo da dominação. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, número 54, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. *Revista Estudos Feministas*, vol.12, Número especial, Florianópolis, 2004.

DEL PRIORI, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Edições Graal, Rio de Janeiro, 2006

_____. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1985.

_____. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1984.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FEITOSA, Fernanda. *Penetras no clube do Bolinha: estratégias políticas de mulheres na Câmara dos Deputados*. Monografia de final de curso apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília, dezembro 2007.

FRASER, Nancy. "Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista". In: SOUZA, Jessé. *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Editora da UnB, Brasília, 2001.

_____. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. Verso, London e New York, 2003.

HOBSBAWN, Eric. A invenção das tradições. In: *A invenção das tradições*. HOBSBAWN,

ra Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.

KINZO, Maria D'Álva Gil. OS partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.20, nº 57, 2005.

LAHIRE, Bernard. "Reprodução ou prolongamentos críticos?" *Revista Educação e Sociedade*, vol. 23, nº78, Campinas, 2002.

MARIANO, Silvana Aparecida. "O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo". *Revista Estudos feministas*, vol.13, nº 3, Florianópolis, 2005.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. "Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização". *Opinião Pública*, v. 11, n. 2, 2005.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora UnB, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. "Política de interesses, política do desvelo: representação e 'singularidade feminina' ". *Revista Estudos Feministas*, vol.9, nº1, Florianópolis, 2001.

_____. "Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, nº 44, São Paulo, 2000.

MONTENEGRO, Thereza. Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. *Revista Estudos Feministas*, vol.11, nº 2, Florianópolis, 2003.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. *As heterotopias feministas: espaços outros de criação*. Brasília, 2006. Disponível em http://www.corpuscrisis.org/confabulando/tiki-read_article.php?articleId=55.

OFFE, Claus. Partido competitivo e identidade política coletiva. In: *Problemas estruturais do estado capitalista*. Editora Tempo Brasileiro, RJ, 1984.

_____. Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas. In: *Problemas estruturais do estado capitalista*. Editora Tempo Brasileiro, RJ, 1984.

e idéias a uma política de presença?" *Revista de Estudos*

Feministas, vol. 9, nº 1, Florianópolis, 2001.

PITKIN, Hanna. *El concepto de representación*. Madrid: Centro de Estudios. Constitucionales, 1985.

PINHEIRO, Luana. *Vozes femininas na política*. Dissertação de Mestrado. UnB, Brasília, 2006.

RAGO, Margareth. "Foucault, a subjetividade e as heterotopias feministas". In: ALVAREZ, Marcos César; MISKOLSCI, Richard e SCAVONE, Lucila (orgs). *O legado de Foucault*, Editora Unesp, São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Almira. "Eleições de 2006 no Brasil: a difícil conquista de mandatos eletivos por Mulheres". *CFEMEA*, nov. 2006. Disponível em www.cfemea.org.br.

_____. "Cidadania das mulheres e legislativo federal: novas e antigas questões e fins do século XX no Brasil". *CFEMEA*, Brasília, 2001.

RODRIGUES, Carla. "Butler e a desconstrução do gênero". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.13, 2005.

RODRIGUES, Leôncio Martins. "Partidos, ideologia e composição social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17, nº 48, 2002.

OKIN, Susan. "Gender, the public, and the private". In: PHILLIPS, Anne. *Feminism and politics*. Oxford University Press, Oxford, New York, 1998.

SARTI, Cynthia Andersen. "O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória". *Revista Estudos Feministas*, vol.12, nº2, Florianópolis, 2004.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo De Cultura, 1961.

1990.

SOARES, Vera. "Muitas faces do feminismo no Brasil". In: *Mulher e Política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs.). São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

THERBORN, Goran. *Sexo e poder. A família no mundo (1900-2000)*. Editora Contexto, São Paulo, 2006.

URBINATI, Nadia. "O que torna a representação democrática?". *Revista Lua Nova*, São Paulo, 67, 2006.

YOUNG, Iris M. *Inclusion and democracy*. Oxford University Press, New York, 2000.

_____ "Representação política, identidade e minorias". *Revista Lua Nova*, São Paulo, 67, 2006.



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ANEXO 01

Fichas utilizadas no software *Sphinx* para coleta de dados

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Bloco 01 ó Trajetórias ó vida política e biografia.

1. Por que o interesse por política? Quando e como surgiu esse interesse?
2. Como foi o começo da sua vida política? Quais foram as primeiras atividades políticas?
3. Qual a relação com partido em que começou? Qual motivação para entrar? Como entrou? Por que determinado partido? Por que mudou de partido, se for o caso.
 - Buscar elementos sobre orientação ideológica (compreensão da realidade + auto-representação ó como se posiciona no espectro).
4. como foi sua primeira candidatura (mesmo que não tenha sido eleita)? A senhora encontrou alguma dificuldade para apresentar sua candidatura ou na campanha eleitoral? Quais? E como elas foram resolvidas?
5. Qual a relação que teve, enquanto mulher, com o partido? Como o partido vê a presença de mulheres? Sofreu algum tipo de discriminação, etc? Acha que o partido apóia mais ou menos determinados candidatos? Acha que ser mulher é motivo para alguma diferenciação?
6. Ocupou algum cargo nos partidos aos quais pertenceu?
7. Como concilia atividades públicas (profissionais) e privadas (pessoais)? Quais as dificuldades que enfrenta?

Bloco 02 ó atuação parlamentar e representação política.

8. Quais as áreas em que atua ou já atuou? Como escolhe as áreas de atuação? Se sente limitada na escolha? Como é decidida a posição do parlamentar como suplente ou como titular nas comissões?
 - Conferir se existem divergências entre as áreas que cita, as áreas das comissões das quais participa e os temas dos projetos que apresentou.
9. Em sua opinião, existem algumas áreas em que existe uma predominância de atuação feminina? Se sim, quais? Acredita na divisão *hard politics* (homens) X *soft politics* (mulheres)?
10. Como é ser representante? Quem ou quais grupos sociais a senhora representa? Quem é sua base eleitoral?
 - Perceber como ela vê a própria atuação.
11. A senhora se considera uma representante das demandas femininas e de questões ligadas à mulher? Se sim, quais suas ações nesse sentido?
12. Como vê a questão das cotas?

Questões de gênero.

13. Qual sua opinião sobre a participação das mulheres na política? Acha que precisamos de mais mulheres no Congresso? Por quê?
14. Qual a diferença entre homens e mulheres na política? Acredita que existe uma forma feminina de fazer política? O que mulheres trazem para a política?
15. A senhora acha que existem diferenças entre as atuações femininas e masculinas nas comissões ou na apresentação de projetos ou em seus discursos?
16. Em sua opinião, por que certos temas não são abordados por mulheres?
17. A senhora já sofreu algum tipo de discriminação por ser mulher (assédio, piadas, constrangimentos, falta de credibilidade, etc) em sua vida política? Como enfrentou esse problema? Isso afeta sua atuação política?
18. Quais principais problemas ligados à questão de gênero?
19. A senhora acha que mulheres deveriam votar mais em mulheres? Por quê?
20. Quais questões a senhora considera prioritárias para serem discutidas no Congresso? Quais os problemas que considera centrais no Brasil?
 - Observar se alguma das questões corresponde às áreas em que atua.
21. Quais seus objetivos na vida política? Aonde quer chegar em sua trajetória?
22. Como a senhora acha que é vista a deputada ãome da entrevistada?
 - Ver de que formas a parlamentar percebe sua própria visibilidade: Como ela acha que os outros a vêem? Como ela se define enquanto política?
23. Existe alguma coisa que a senhora queira acrescentar?

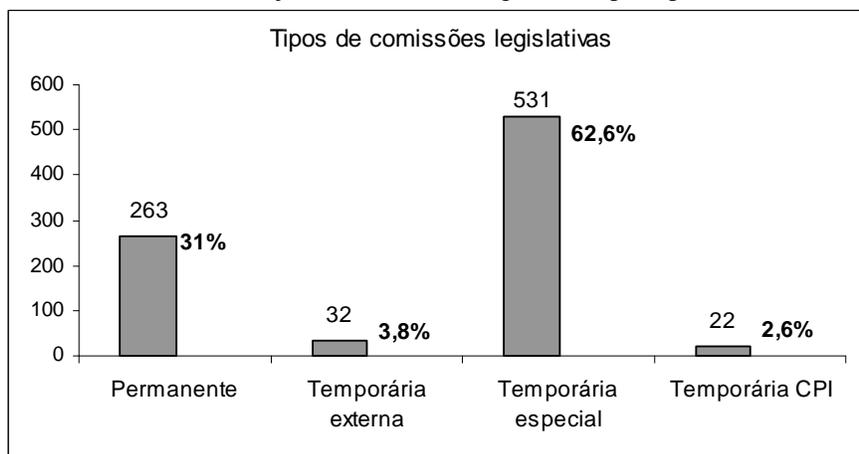
TABELAS COMPLEMENTARES

Eleições das deputadas analisadas por partido político e UF

| DEPUTADA | PARTIDO/UF |
|------------------------|------------|
| Alice Portugal | PCdoB/BA |
| Almerinda de Carvalho | PMDB/RJ |
| Ana Alencar | PSDB/TO |
| Ana Guerra | PT/MG |
| Ângela Guadagnin | PT/SP |
| Ann Pontes | PMDB/ba |
| Celcita Pinheiro | PFL/MT |
| Dra. Clair | PT/PR |
| Edna Macedo | PTB/SP |
| Elaine Costa | PTB/RJ |
| Fátima Bezerra | PT/RN |
| Iara Bernardi | PT/SP |
| Iriny Lopes | PT/ES |
| Jandira Feghali | PCdoB/RJ |
| Juíza Denise Frossard | PPS/RJ |
| Kátia Abreu | PFL/TO |
| Kelly Moraes | PTB/RS |
| Laura Carneiro | PFL/RJ |
| Luci Choinacki | PT/SC |
| Lúcia Braga | PMDB/PB |
| Luciana Genro | PSOL/RS |
| Luiza Erundina | PSB/SP |
| Maninha | PSOL/DF |
| Maria do Carmo Lara | PT/MG |
| Maria do Rosário | PT/RS |
| Maria helena | PSB/RR |
| Mariângela Duarte | PT/SP |
| Marinha Raupp | PMDB/RO |
| Neyde Aparecida | PT/GO |
| Nice Lobão | PFL/MA |
| Perpétua Almeida | PCdoB/AC |
| Profª. Raquel Teixeira | PSDB/GO |
| Rose de Freitas | PMDB/ES |
| Sandra Rosado | PSB/RN |
| Selma Schons | PT/PR |
| Socorro Gomes | PCdoB/PA |
| Suely Campos | PP/RR |
| Telma de Souza | PT/SP |
| Terezinha Fernandes | PT/MA |
| Teté Bezerra | PMDB/MT |
| Thaís Barbosa | PMDB/MT |

| | |
|----------------|----------|
| veira | PSDB/MT |
| ziotin | PCdoB/AM |
| us | PSDB/RS |
| Zelinda Novaes | PFL/BA |
| Zulaiê Cobra | PSDB/SP |

Distribuição das comissões legislativas por tipos



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

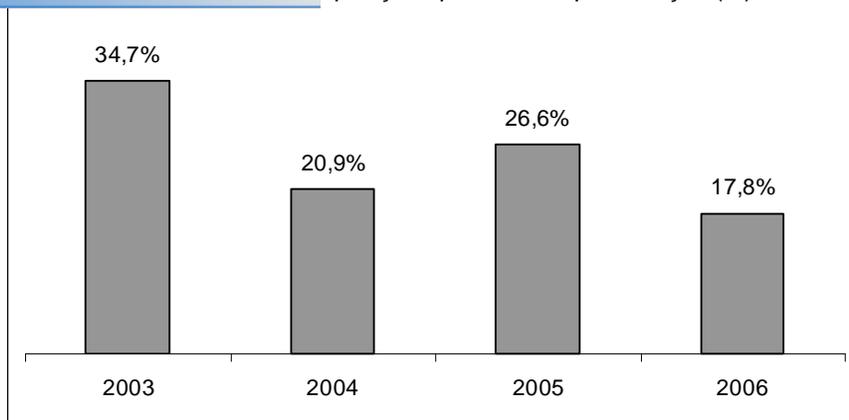
Distribuição partidária das condições das deputadas

| PARTIDO/CONDIÇÃO | TITULAR | SUPLENTE | TOTAL |
|------------------|------------|------------|------------|
| PT | 134 | 101 | 235 |
| PMDB | 89 | 53 | 142 |
| PFL | 72 | 34 | 106 |
| PCdoB | 56 | 48 | 104 |
| PSDB | 56 | 45 | 101 |
| PSB | 37 | 18 | 55 |
| PTB | 25 | 16 | 41 |
| P-SOL | 13 | 14 | 27 |
| PPS | 16 | 6 | 22 |
| PP ou PPB | 10 | 5 | 15 |
| TOTAL | 508 | 340 | 848 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

as proposições apresentadas por ano

proposições por ano de apresentação (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Distribuição partidária por tipo de proposição apresentada

| Partido/Tipo | PL | PLP | PEC | PDC | REQ | RIC | PFC | RCP | TOTAL |
|--------------|------------|----------|-----------|----------|------------|------------|----------|----------|-------|
| PCdoB | 86 | 6 | 4 | 2 | 575 | 438 | 1 | 1 | 1113 |
| PT | 220 | 4 | 16 | 3 | 657 | 51 | 0 | 0 | 951 |
| PFL | 106 | 4 | 5 | 0 | 174 | 58 | 4 | 2 | 353 |
| PMDB | 82 | 1 | 6 | 1 | 169 | 26 | 0 | 0 | 285 |
| PSDB | 34 | 2 | 9 | 1 | 100 | 58 | 0 | 0 | 204 |
| TOTAL | 590 | 23 | 47 | 10 | 1869 | 659 | 7 | 5 | 3210 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados

Distribuição partidária por situação da proposição apresentada

| Situação PARTIDO | Sem informação | Em trâmite | Aprovada | Rejeitada | Arquivada | Outros | TOTAL |
|---------------------|-------------------|------------|----------|-----------|-----------|--------|-------|
| PCdoB | 241 | 190 | 61 | 4 | 588 | 29 | 1113 |
| PT | 81 | 248 | 239 | 5 | 346 | 32 | 951 |
| PFL | 42 | 122 | 130 | 7 | 23 | 29 | 353 |
| PMDB | 20 | 105 | 68 | 2 | 90 | 0 | 285 |
| PSDB | 32 | 51 | 5 | 0 | 116 | 0 | 204 |
| PSB | 19 | 31 | 53 | 0 | 27 | 2 | 132 |
| PPS | 4 | 36 | 12 | 1 | 24 | 0 | 77 |
| P-SOL | 6 | 14 | 17 | 1 | 13 | 7 | 58 |
| PTB | 3 | 13 | 10 | 0 | 0 | 0 | 26 |
| PP ou PPB | 0 | 3 | 0 | 0 | 8 | 0 | 11 |
| TOTAL | 448 | 813 | 595 | 20 | 1235 | 99 | 3210 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Câmara dos Deputados